

IMIGRAÇÃO UCRANIANA EM PORTUGAL E NO SUL DA EUROPA:

A EMERGÊNCIA DE UMA OU VÁRIAS COMUNIDADES?

ORGANIZADO POR
MARIA IOANNIS BAGANHA
JOSÉ CARLOS MARQUES
PEDRO GÓIS



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS




acidi

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P.

**IMIGRAÇÃO
UCRANIANA EM
PORTUGAL
E NO SUL
DA EUROPA:**

**A EMERGÊNCIA DE UMA
OU VÁRIAS COMUNIDADES?**

**ORGANIZADO POR
MARIA IOANNIS BAGANHA
JOSÉ CARLOS MARQUES
PEDRO GÓIS**



Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

Imigração ucraniana : a emergência de uma ou várias comunidades?
org. Maria Baganha, José Carlos Marques, Pedro Góis. - (Comunidades; 3)
ISBN 978-989-8000-96-5

I – BAGANHA, Maria Ioannis Benis,
II – MARQUES, José Carlos
III – GÓIS, Pedro

CDU 314
316

Promotor

Observatório da Imigração
www.oi.acidi.gov.pt

Coordenador do OI

Roberto Carneiro

Organização

Maria Ioannis Baganha
José Carlos Marques
Pedro Góis

Autores

José Carlos Marques, Pedro Góis, Maria Paula Oliveira, Maria Manuela Mendes, Barbara Dietz, Renata Hosnedlová,
Mikolaj Stanek, Lena Näre

Edição

Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.)
Rua Álvaro Coutinho, 14, 1150-025 Lisboa
Telefone: (00351) 21 810 61 00 • Fax: (00351) 21 810 61 17 • E-Mail: acidi@acidi.gov.pt

Execução Gráfica

PROS – Promoções e Serviços Publicitários, Lda.

Primeira Edição

750 Exemplares

ISBN

978-989-8000-96-5

Depósito Legal

319964/10

Lisboa, Janeiro 2010

ÍNDICE GERAL

Prefácio <i>Roberto Carneiro</i>	9
Tributo a Maria Ioannis Baganha <i>José Carlos Marques e Pedro Góis</i>	11
Introdução Novos fluxos de imigração em Portugal: o novo posicionamento de Portugal no sistema migratório europeu <i>Pedro Góis e José Carlos Marques</i>	13
PARTE I - Quando os extremos se tocam: imigrantes ucranianos em Portugal <i>José Carlos Marques e Pedro Góis</i>	25
I. Do Leste ao Oeste: novos fluxos migratórios em Portugal	26
II. Novos fluxos imigratórios - Imigrantes da Europa de Leste em Portugal: Resultados do inquérito de 2002	31
III. Os imigrantes do Leste em Portugal. Resultados do inquérito de 2004	81
PARTE II – Os ucranianos na Europa do Sul	119
IV. Os ucranianos no concelho de Leiria - Percursos migratórios e integração social <i>Maria Paula Oliveira</i>	121
V. Representações e estereótipos face à maioria <i>Maria Manuela Mendes</i>	145
VI. Migration from Ukraine: A challenge for the European Union? <i>Barbara Dietz</i>	187
VII. Ukrainian migration to Spain: sociodemographic profile, mobility patterns and migratory projects <i>Renáta Hosnedlová e Mikolaj Stanek</i>	211
VIII. Ukrainian migration to Italy: Lone female breadwinners as ‘skilled’ workers in ‘low’-skilled occupations <i>Lena Näre</i>	231

PARTE I.

QUANDO OS EXTREMOS SE TOCAM: IMIGRANTES UCRANIANOS EM PORTUGAL

JOSÉ CARLOS MARQUES

Instituto Politécnico de Leiria

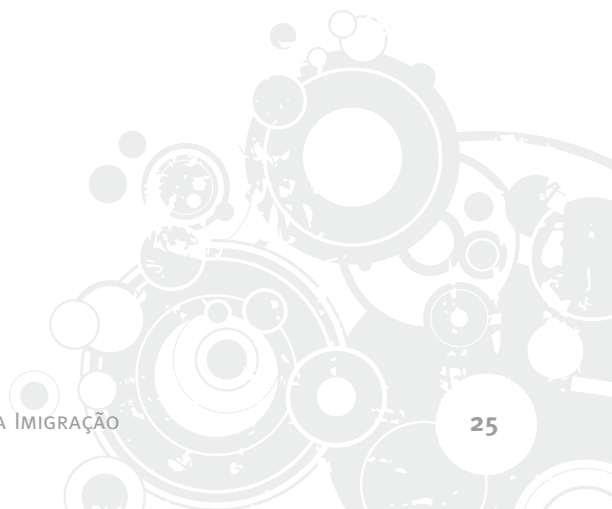
Centro de Investigação Identidade(s) e Diversidade(s)

Centro de Estudos Sociais

PEDRO GÓIS

Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto

Centro de Estudos Sociais



I

DO LESTE AO OESTE: NOVOS FLUXOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL

o. Nota introdutória e justificação

O conjunto de investigações sobre a imigração de Leste da Europa para Portugal desenvolvidos pelo Núcleo de Estudo das Migrações do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, que dão origem a este texto tiveram início com o projecto “Novos fluxos migratórios: imigrantes de leste em Portugal” nos anos de 2002 e 2003.¹¹ Numa época marcada pela ausência de análises abrangentes e actualizadas sobre as, então emergentes, vagas migratórias para Portugal, tornava-se necessário proceder a uma análise extensiva desta população imigrante, ensaiando uma caracterização da primeira fase deste fluxo migratório. A Maria Ioannis Baganha lançou, decorria o ano de 2001, um desafio à nossa equipa: realizar um estudo quantitativo que permitisse caracterizar a imigração com origem no Leste da Europa no momento imediatamente após a sua chegada massiva ao nosso país. Na altura tal projecto parecia irrealizável. Necessitávamos de financiamento, de construir um projecto sobre uma população quase totalmente desconhecida, de construir uma rede de contactos que pudesse levar a cabo todo o “trabalho de campo” e de apresentar resultados em tempo útil que informassem sobre as características desta população. E, no entanto, foi possível. Em pouco tempo foi montado um projecto, construída uma equipa internacional e obtido um financiamento que o viabilizaria. Os resultados deste projecto foram rapidamente transformados em dados empíricos dando origem a diversas apresentações de resultados, e de publicações em livros e revistas nacionais e internacionais.

Ao primeiro projecto seguiu-se um outro, em 2004, intitulado “Quando os Extremos se Tocam: Imigrantes da Europa de Leste em Portugal”.¹² Neste projecto procurámos compreender os mecanismos que se encontram por detrás da criação e estruturação deste fluxo migratório do leste europeu para Portugal, um fluxo migratório original de um conjunto de países com o qual Portugal não tinha ligações históricas, nem partilhava a pertença a qualquer sistema migratório. Já na altura, a evidência empírica disponível indicava que esta população era muito distinta da de fluxos migratórios anteriores. Assim, enquanto fluxos migratórios anteriores poderiam ser atribuídos principalmente aos antigos laços coloniais, esta nova vaga parecia ser estruturada e alimentada a partir da área de origem, o que a investigação se encarregou de comprovar. Num terceiro momento, um outro projecto foi ainda desenvolvido. Ao analisar os “imigrantes qualificados em Portugal”, num projecto financiado pelo Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI), o grupo dos imigrantes com origem no Leste da Europa emergiu como essencial para a construção de uma nova tipologia sobre este grupo, permitindo a introdução para o caso português de conceitos como o de “*brain waste*” ou de “*brain gain*”. A inclusão dos “imigrantes de leste” no mercado de trabalho português implicou, nomeadamente, uma mudança analítica fundamental levando-nos a caracterizar a escassez de respostas da sociedade portuguesa a um fluxo sobre qualificado como um claro exemplo de desperdício de cérebros. É com base nestes trabalhos de investigação que este texto se estrutura procurando compreender a emergência na imigração em Portugal de um novo tipo de imigrantes: os imigrantes da Europa de Leste e, de entre estes, da imigração ucraniana.

11 O projecto *Novos Fluxos Migratórios em Portugal* decorreu entre 2002 e 2003 e foi financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

12 Este projecto foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Ensino Superior, através do programa PPOCTI/SOC/44606/2002.

O texto que se segue baseia-se, pois, nos resultados de três projectos: o projecto *Novos Fluxos Migratórios em Portugal*, o projecto *Quando os Extremos se Tocam: Imigrantes da Europa de Leste em Portugal* e o projecto *Imigrantes altamente qualificados em Portugal: um estudo prospectivo* e resume as principais conclusões destas investigações. Neste texto articulamos lógicas mais descritivas com lógicas analíticas procurando, ao mesmo tempo fornecer dados para investigações futuras que outros autores queiram realizar e apresentar a nossa análise sobre este fenómeno migratório excepcional. Após algumas breves observações de carácter metodológico (secção 1), será apresentada, na segunda secção, uma breve panorâmica sobre os movimentos migratórios ucranianos, assim como das suas principais causas. Esta parte centrar-se-á, maioritariamente, nos dados empíricos obtidos através dos inquéritos realizados em 2002 e 2004 que permitiram recolher informação relativa a imigrantes de diversas nacionalidades. No primeiro, a maioria dos inquiridos era de nacionalidade ucraniana (89,4%), seguindo-se a nacionalidade russa com 6,5%, a moldava com 1,2% e um conjunto de outras nacionalidades com 2,9%.¹³ O inquérito tinha por objectivo recolher informação sobre os imigrantes de Leste, independentemente da sua nacionalidade. Neste inquérito, as mulheres representaram 29,3%¹⁴ do total de inquiridos, tendo 88,4% a nacionalidade ucraniana, 7,4% a russa e os restantes 4,2% um conjunto diversificado de nove nacionalidades, nenhuma delas com valores significativos.

No segundo inquérito, o público-alvo foram os nacionais das três principais nacionalidades dos imigrantes da Europa de Leste em Portugal. Neste sentido, foram realizados inquéritos a indivíduos de nacionalidade ucraniana (57,3%), russa (22,0%) e moldava (17,9%). Os restantes 2,8% referem-se a inquiridos que indicaram uma outra nacionalidade e cujas respostas não puderam ser integradas de forma inequívoca numa das nacionalidades referidas (houve, por exemplo, inquiridos que se consideraram “soviéticos”). Neste inquérito, as mulheres representaram 37,2% do total, sendo 51,0% de nacionalidade ucraniana, 26,9% russa e 18,1% moldava.

Em termos de estrutura do texto optámos por apresentar de forma distinta os dados de cada um dos inquéritos, tal como foram apresentados nos relatórios descritivo-analíticos realizados respectivamente em 2003 e em 2004. A linguagem descritiva foi a forma possível encontrada para colocar ao dispor de um público mais vasto um conjunto importante de dados que estava ou disperso por várias publicações ou mesmo inédito. Finalmente, o texto apresenta uma conclusão em que são sumariados os principais aspectos resultantes dos nossos estudos e se apresentam algumas questões a serem desenvolvidas em futuras investigações.

1. Questões metodológicas

A informação que serviu de base a este estudo teve origem:

- (i) em dois inquéritos por questionário realizado em Portugal continental entre Junho e Dezembro de 2002 e entre Abril e Agosto de 2004;
- (ii) num conjunto de entrevistas exploratórias a informadores privilegiados realizadas na Ucrânia;¹⁵
- (iii) em entrevistas realizadas a informadores privilegiados, ucranianos ou russos, que residiam em Portugal;

13 Nestas outras nacionalidades incluem-se indivíduos de países como o Cazaquistão, o Quirguizitão, a Bulgária, a Roménia, a Bielorrússia, a Letónia ou a Lituânia.

14 215 mulheres.

15 As entrevistas na Ucrânia foram realizadas pelo Dr. Victor Susak, um colega da Universidade de Lviv, Ucrânia. Posteriormente, este sociólogo deslocou-se a Portugal onde, ao longo de três meses, participou na construção do inquérito, na selecção e escolha dos inquiridores e na fase inicial de aplicação do inquérito. A sua colaboração com o Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra verificou-se ao abrigo do projecto de investigação “The Political Economy of Migration in an Integrating Europe” (PEMINT), financiado pela Comissão Europeia através do contrato (HP-CT-2001-00059).

- (iv) uma série de entrevistas realizadas em Portugal a informadores privilegiados portugueses, designadamente sindicalistas, dirigentes de associações de imigrantes, dirigentes de ONG ou IPSS.
- (v) em outras fontes de informação, cujos dados complementaram ou serviram de base para as várias análises realizadas. De entre estas fontes destacamos as que tiveram origem no Instituto Nacional de Estatística (INE), no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), no Departamento de Estatísticas do Ministério da Justiça (DEM), e no Instituto Desenvolvimento Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT).

Aspectos metodológicos da metodologia quantitativa utilizada

Os inquéritos que servem de suporte ao presente texto tiveram por base duas amostras diferentes. O inquérito de 2002 foi realizado tendo por base uma amostra de imigrantes originários de países da Europa de Leste presentes em Portugal, calculada com base nos dados da Inspeção-Geral do Trabalho (IGT).¹⁶ O tamanho da amostra inicialmente calculado foi de 816 indivíduos, o que pressupunha um intervalo de confiança de 95,5% e uma margem de erro de 3,5%.¹⁷ Após a verificação dos inquéritos realizados foram validados somente 735 inquéritos, o que aumentou ligeiramente a margem de erro para 3,7%.¹⁸ Este inquérito foi realizado entre Junho e Dezembro de 2002 em Portugal continental, do Minho ao Algarve, com excepção do distrito de Castelo Branco, com uma sobre-representação da região da Grande Lisboa em relação às outras regiões.

O segundo inquérito foi aplicado a uma amostra de 935 imigrantes originários de três países da Europa de Leste (Ucrânia, Rússia e Moldávia) presentes em Portugal. O tamanho da amostra inicialmente calculado foi de 1.055 indivíduos, o que pressupunha um intervalo de confiança de 95% e uma margem de erro de 3%. Após a verificação dos inquéritos realizados foram validados somente 935 inquéritos, o que aumentou ligeiramente a margem de erro para, aproximadamente, 3,2%.¹⁹ Apesar de se terem realizado diversos esforços para conseguir que cada um dos grupos nacionais apresentasse uma margem de erro semelhante à total, não foi possível atingir este objectivo. O trabalho de inquirição decorreu entre Abril e Agosto de 2004, em Portugal continental, do Minho ao Algarve, verificando-se uma sobre-representação da região da Grande Lisboa em relação às outras regiões.

O facto de ter existido desde o início a percepção de que estes imigrantes possuíam um fraco ou nulo domínio do português implicou que o inquérito tenha sido elaborado e aplicado exclusivamente em ucraniano, moldavo e/ou russo, as línguas que a maior parte dos imigrantes de leste em Portugal dominam (havia, porém, a possibilidade do inquirido responder na língua que melhor dominasse, independentemente da sua nacionalidade). Os inquéritos foram anónimos e aplicados em Portugal continental por um conjunto de inquiridores de nacionalidade russa, ucraniana, moldava e portuguesa (neste caso com domínio da língua russa) contratados especificamente para este efeito e sujeitos a uma formação técnica inicial.

16 Os dados recolhidos pela Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) resultam do enquadramento legal criado pelo DL 4/2001 que tornou necessário as propostas de contrato de trabalho terem a informação da Inspeção-Geral do Trabalho (art. 55º alínea a) para que os imigrantes pudessem obter a autorização de permanência.

17 Dada a insuficiência de números exactos sobre a população imigrante dos países da Europa de Leste presente em Portugal, optou-se por utilizar em ambos os inquéritos a fórmula de cálculo da amostra para populações infinitas ou muito numerosas.

18 Trata-se de um intervalo de confiança e de uma margem de erro apenas teórico, dado que o método de selecção dos inquiridos não permite, em rigor, estimar o verdadeiro intervalo de confiança e a margem de erro da amostra efectivamente obtida.

19 Trata-se de um intervalo de confiança e de uma margem de erro apenas teórico, dado que o método de selecção dos inquiridos não permite, em rigor, estimar o verdadeiro intervalo de confiança e a margem de erro da amostra efectivamente obtida.

A técnica de amostragem seguida foi a de “bola de neve” que se reveste de especial utilidade na recolha de informação sobre a população inquirida, uma vez que ela é adequada à obtenção de amostras quando não existe nenhuma lista com base na qual seja possível elaborar uma amostra representativa e quando os indivíduos a inquirir constituem um grupo minoritário na população total.²⁰ Dado que se trata de um método que se constrói a partir das indicações daqueles que vão sendo inquiridos, ele apresenta algumas vantagens e desvantagens que importa referir. A principal vantagem reside na sua capacidade em incluir na amostra indivíduos que, de outro modo, poderiam não ser incluídos na amostra ou que poderiam manifestar alguma reserva quanto à participação no inquérito (como, por exemplo, os imigrantes não-documentados ou os recém-chegados). As desvantagens do método são também múltiplas e prendem-se, nomeadamente, com a elevada probabilidade de incluir apenas elementos que pertençam à rede social dos inquiridores e/ou dos inquiridos (Arber, 1993: 74) e, assim, incorrer numa selecção enviesada que limita a validade da amostra. Isto é, dado que os elementos da amostra não são seleccionados de forma aleatória, as amostras obtidas pelo método da bola de neve estão geralmente enviesadas e, por isso, não permitem a realização de generalizações a partir da amostra. De modo a reduzir a possibilidade de enviesamento da amostra ambos os inquéritos recorreram a um número alargado de inquiridores, distintos nos dois inquéritos, aos quais foram dadas instruções para a realização de inquéritos não apenas junto dos seus amigos e familiares, mas também junto daqueles com quem de alguma forma contactavam. A tentativa de alargar a base de amostragem por esta via parece ter sido conseguida, dados os resultados obtidos (por exemplo, a dispersão geográfica na origem e no destino). No entanto, uma vez que o universo de partida era simultaneamente desconhecido e mutável, o risco de utilizar técnicas de amostragem deste tipo permanece elevado.

As dificuldades de aplicação do inquérito, designadamente a desconfiança em relação aos entrevistadores, de início muitas vezes confundidos com potenciais mafiosos, o facto de o inquérito ser longo e a volatilidade ou mobilidade geográfica de alguns dos entrevistadores levou a que uma parte dos inquéritos já preenchidos se tenha perdido ou tenha sido inutilizada, nomeadamente, devido a incompleta ou errónea inserção de dados. Todas estas contingências tiveram obviamente uma implicação na qualidade da amostra e condicionam os seus resultados. O facto de os entrevistadores terem sido recrutados através de instituições ou organizações próximas dos imigrantes, designadamente organizações religiosas, associações de imigrantes ou IPSS, permitiu reduzir, mas não fazer desaparecer, o grau de desconfiança em relação aos objectivos do inquérito, uma vez que muitas vezes os entrevistados hesitavam em responder temendo que as suas respostas os pudessem prejudicar.²¹

Tendo presentes estas limitações, foram, após uma primeira análise dos questionários, validados, como já foi referido, 735 inquéritos em 2002 e 935 inquéritos em 2004 que depois de inseridos numa base de dados por colaboradores ucranianos (que traduziam e transcreviam as respostas a questões abertas), foram traduzidos e validados internamente (por um novo grupo de ucranianos contratados para certificar as respostas) de modo a servirem de suporte ao presente texto. As não respostas não são quase nunca significativas, mas dado que em alguns casos assumem valores relevantes, optou-se por apresentá-las sempre que os seus valores sejam relevantes juntamente com a totalidade das restantes categorias de resposta, incluindo-as, por isso nas percentagens totais.

20 Sobre a metodologia a usar na inquirição de populações que sejam pouco numerosas e dificilmente encontráveis (conhecidas na terminologia anglo-saxónica por “*hidden populations*” ou “*rare population*”) veja-se, entre outros Frank e Snijders (1994), Heckathorn (1997), Kalton e Anderson (1986) e Sudman *et al.* (1988).

21 De salientar que, no caso do inquérito de 2002, se estava em plena época de actividade de algumas das máfias de leste e, tal implicava, um grau de desconfiança elevado a algumas questões (e.g. área de origem ou de residência, remuneração, etc.).

Aspectos metodológicos da metodologia qualitativa utilizada

No que diz respeito às entrevistas realizadas na Ucrânia elas serviram, essencialmente, para uma melhor compreensão do outro extremo da cadeia migratória, para um despoletar de contactos que foram posteriormente utilizados em Portugal, para compreender a dinâmica migratória a partir da origem, e a pressão do fluxo migratório à época, bem como para avaliar as expectativas dos potenciais migrantes em relação a Portugal. Foram ainda essenciais para permitir caracterizar o modo de actuação das chamadas “agências de viagem”, verdadeiros agentes de intermediação migratória e fornecedores de serviços para os prospectivos imigrantes.

As entrevistas aos imigrantes de Leste em Portugal que se encontravam de férias no seu país de origem permitiu observar o modo como se constroem imagens sobre um destino migratório e de como essas imagens influenciam os futuros migrantes. A imagem que quem regressa ao seu país constrói sobre o país de destino vai constituir-se como um íman para atrair novos imigrantes comprovando, uma vez mais, se tal necessário fosse, que as redes migratórias são também redes de propaganda sobre os destinos migratórios. Por outro lado, a avaliação *in loco* do *modus operandi* dos mediadores ou das máfias, das escolhas selectivas das embaixadas e/ou dos problemas burocráticos para obter um visto de acesso ao espaço Schengen e dos custos, não apenas financeiros, em que estavam envolvidos os potenciais migrantes, foi de importância vital para a selecção e construção de outros instrumentos de recolha de informação.

As entrevistas realizadas em Portugal a informadores imigrantes, por seu turno, permitiram confrontar os entrevistados com os dados previamente obtidos, questionar sobre experiências pessoais e colectivas, ouvir queixas e expectativas em relação a Portugal e aos portugueses, escutar relatos de intrujices por parte de patrões portugueses ou de outros estrangeiros, de extorsões por parte de grupos organizados de criminosos, de percepção de queixas, medos e estratégias de sobrevivência no momento inicial da construção do fluxo migratório e da sua inserção na sociedade portuguesa. Algumas destas entrevistas foram realizadas a representantes e líderes religiosos, o que permitiu, por um lado, estabelecer um grau mínimo de confiança com indivíduos que se mostravam à partida temerosos ou desconfiados e, por outro, estabelecer contactos que nos permitiram seleccionar um conjunto de inquiridores tecnicamente competentes. Estas entrevistas, por terem sido realizadas ao longo de todo o ano de 2002 e na primeira metade de 2003, permitiram ainda um conhecimento diacrónico desta realidade, o que possibilitou o acompanhamento da evolução deste fluxo migratório, que apesar de recente teve, desde o início, momentos de grande pressão migratória, de retornos temporários ou definitivos, de reagrupamento familiar e, posteriormente, de quase estagnação do fluxo.

As entrevistas realizadas em Portugal a informadores privilegiados portugueses permitiram perceber as dificuldades de integração destas populações, as dinâmicas das instituições de acolhimento nacionais, as lógicas por detrás da promoção de cursos de integração, de cursos de língua portuguesa ou de outras actividades de índole cultural. Por seu turno, as entrevistas realizadas a representantes de patrões e de trabalhadores permitiram-nos compreender os mecanismos de inserção laboral, as dinâmicas de concorrência entre grupos de imigrantes, as especializações laborais étnicas, as preferências ou os estereótipos formados sobre esta ou aquela nacionalidade.

Todas as entrevistas foram gravadas e sujeitas a uma análise de conteúdo que permitisse, quando tomadas em conjunto, relevar as tendências principais das respostas detectar regularidades e reduzir o grau de opinião pessoal ou de comentário opinativo contida em cada uma delas.

Finalmente, a recolha de estatísticas de base institucional permitiu avaliar o parco conhecimento que ainda detemos sobre esta vaga migratória recente, aquilatar a evolução do volume de nacionais da Europa de Leste em Portugal, ponderar os diferentes pesos que assumem as diferentes nacionalidades, verificar as mudanças ao nível das hierarquias de nacionalidades ao longo dos últimos anos, verificar as diferentes distribuições espaciais dos imigrantes em Portugal.

II

“NOVOS FLUXOS IMIGRATÓRIOS - IMIGRANTES DA EUROPA DE LESTE EM PORTUGAL”: RESULTADOS DO INQUÉRITO DE 2002

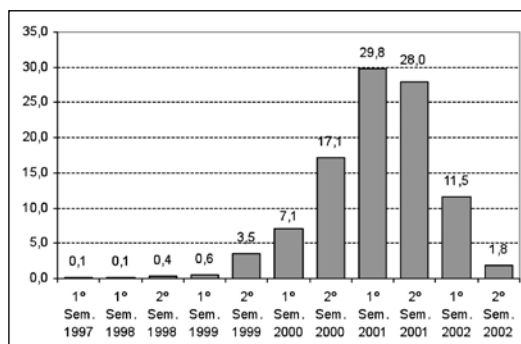
O inquérito levado a cabo pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra em 2002 pretendeu, no essencial, ser um inquérito de caracterização de um fluxo migratório na circunstância exacta em que este se estava ainda a desenvolver. Esta oportunidade, rara em termos de análise de fluxos migratórios, tornou-se possível dadas as especificidades deste fluxo e da maleabilidade da equipa de investigação que assumiu este projecto. A opção por uma ferramenta de metodologia quantitativa tinha como objectivo ultrapassar os constrangimentos de estudar uma população (ainda) sem representantes ou informadores privilegiados em número suficiente que permitisse abarcar toda a sua diversidade. As principais áreas inquiridas tinham como objectivo caracterizar a população migrante em três momentos: pré-imigração, a viagem migratória e, por último, a integração no país de destino em diferentes dimensões. Neste sentido, a sequência de perguntas (intercalada por algumas questões de controlo) permitiu caracterizar esta população através da obtenção de uma sequência de dados originais. A receptividade do questionário por parte dos imigrantes entrevistados foi bastante grande, devendo-se tal facto, por um lado, a tratar-se de uma população escolarizada e com hábitos de resposta a questionários e, por outro, à percepção por parte dos entrevistados de que um melhor conhecimento sobre o seu grupo tenderia a favorecer a definição de políticas de integração portuguesas.

Evolução das chegadas. Quando vieram?

Analisando o semestre de entrada é possível verificar que a evolução do número de chegadas ao país ocorre essencialmente a partir do segundo semestre de 1999 (3,4%) do total, para num movimento crescente atingir o seu máximo no ano de 2001 (o somatório do primeiro e segundo semestre deste ano representam 56,4% do total) e iniciar um percurso descendente desde então com apenas 1,8 % dos respondentes a terem chegado ao país no segundo semestre de 2002. Esta concentração das chegadas num curto espaço de tempo constituirá uma das características diferenciadoras deste grupo migrante em relação a qualquer outro dos grupos presentes em Portugal, levando os autores deste estudo a colocarem a hipótese de estarmos perante um fenómeno com origem na origem (isto é, de uma migração induzida a partir do país de origem) ao invés de se tratar de um fenómeno de simples atracção do mercado de trabalho.

FIGURA 2.1

Semestre de entrada em Portugal (%)



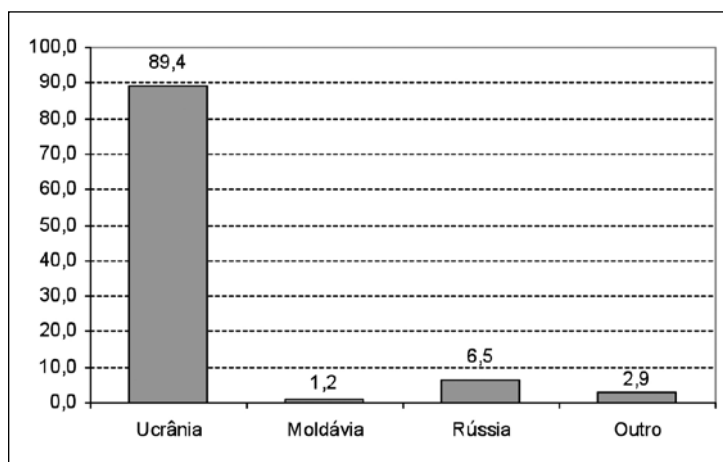
Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

1. Caracterização sócio-demográfica

O inquérito analisou as respostas de 735 indivíduos de 11 nacionalidades diferentes, incluindo uma cidadã de naturalidade ucraniana que entretanto obtivera a cidadania portuguesa através do casamento. A grande maioria dos inquiridos (89,4%) é de nacionalidade ucraniana, seguindo-se a nacionalidade russa com 6,5%, os moldavos com 1,2% e outras nacionalidades com 2,9 % do total. Nestas outras nacionalidades incluem-se indivíduos de vários outros países como, por exemplo, a Bielorrússia, a Bulgária, ou a Lituânia, num total de sete outras nacionalidades. Comparando os resultados obtidos no inquérito com os dados relativos à população da Europa de Leste em Portugal (incluindo, portanto, as autorizações de permanência e as autorizações de residência concedidas até ao final de 2001), podemos verificar algumas discrepâncias de que destacamos as seguintes. Em relação, por exemplo, aos nacionais da Ucrânia, que correspondiam em 31 de Dezembro de 2001 a 62,1% do total de imigrantes de leste em Portugal,²² existe uma sobre-representação. Em relação aos nacionais russos, que nessa mesma data representavam 7,7%, a percentagem de inquiridos aproxima-se desta significativamente, enquanto que em relação aos nacionais da Moldávia, que representavam 12,3% do total, existe uma clara sub-representação.

FIGURA 2.2

Nacionalidade dos inquiridos (em %)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

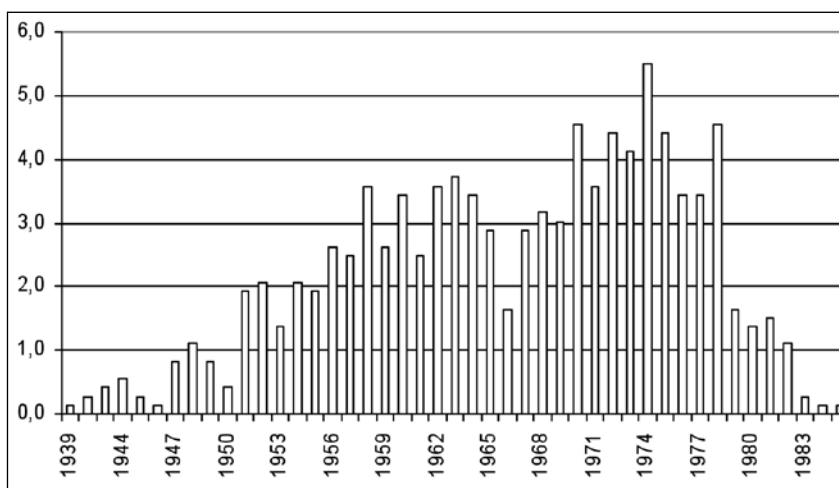
A análise da estrutura demográfica desta população permite, naturalmente, captar algumas das características mais importantes. Os dados relativos à distribuição por sexos e idades captados pelo actual inquérito permitem caracterizar esta população de acordo com os indicadores clássicos do início de um fluxo migratório, isto é, uma população maioritariamente masculina e em idade activa. De facto, em relação ao ano de nascimento dos entrevistados, a grande conclusão a extrair é que se trata de uma população exclusivamente em idade activa em que o mais velho de entre eles nasceu em 1939 (ou seja, tinha no momento do inquérito 63 anos) e o mais novo nasceu em 1987 (isto é, tinha 15 anos à época de aplicação do questionário). A média de idade dos entrevistados é de, aproximadamente, 36 anos. Neste contexto não é possível distinguir grandes diferenças

²² O total de imigrantes de leste em Portugal era, em 31 de Dezembro de 2001, de 73.110 indivíduos.

etárias nos diversos grupos de entrevistados, que se dispersam por todos os grupos etários, embora haja uma ligeira concentração em torno dos nascidos no período que vai de 1970 a 1979 período onde se concentram 39 % dos entrevistados.

FIGURA 2.3

Ano de Nascimento



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Em termos de sexo, os inquiridos dividem-se em 70,7% de homens e 29,3% de mulheres (Figura 2.4). Estes dados não são condizentes quer com distribuição desta população expressa nas estatísticas referentes à Regularização de Trabalhadores Estrangeiros entre 15 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2001, nem com os dados publicados pela Inspeção Geral do Trabalho, ocorrendo no caso dos inquiridos uma aparente sobrevalorização da população feminina.²³ Já no que diz respeito aos dados obtidos no censo de 2001 as disparidades têm a ver com a captação de apenas uma parte da imigração de leste, recém-chegada e invisível na altura de aplicação do inquérito censitário, ainda que como referimos anteriormente, o censo 2001 tenha recenseado 18 vezes mais imigrantes da Ucrânia, Moldávia, Roménia ou Rússia do que os indivíduos destas nacionalidades registados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras em Dezembro de 2000.

Em comparação com outros grupos de imigrantes em Portugal, os elementos identificadores de um novo fluxo migratório surgem com particular visibilidade, mostrando com particular clareza que os imigrantes da Europa de leste em Portugal constituem uma nova vaga de imigrantes no nosso país. Com efeito, enquanto a composição por sexo do total da população estrangeira residente apresenta uma ligeira prevalência do sexo masculino (Relação de Masculinidade de 125),²⁴ a estrutura por sexo da população imigrante proveniente da Europa do Leste encontra-se declaradamente enviesada a favor do sexo masculino (por exemplo, a Relação de Masculinidade é

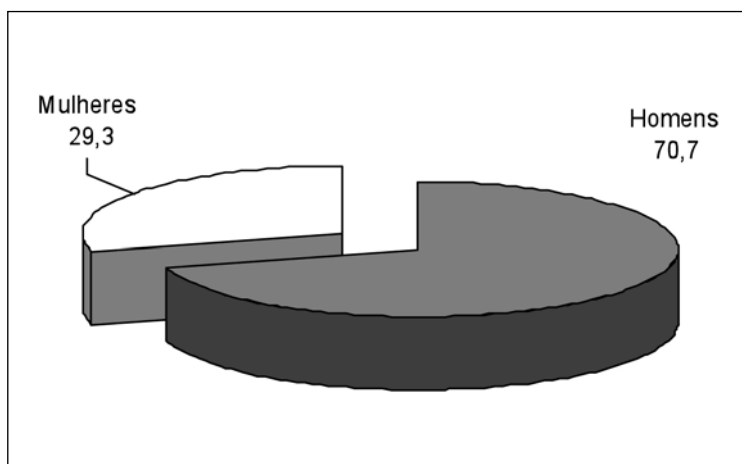
23 De acordo com os dados da Inspeção-Geral do Trabalho (referentes ao número de contratos registados), os imigrantes do sexo masculino representavam 76,6 % do total e as imigrantes 23,4%.

24 Entre os diferentes grupos nacionais existem, contudo, diferenças que importa assinalar. Assim, os europeus têm uma relação de masculinidade de 113, os imigrantes dos PALOP de 139 e os brasileiros têm uma relação de masculinidade de 102.

de 168 para os imigrantes provenientes da Rússia, 437 para os da Ucrânia e 485 para os de origem moldava). Analisando apenas os dados respeitantes aos entrevistados de origem ucraniana (89% do total de entrevistados) verificamos, como seria de esperar, que não existem diferenças significativas em relação ao total da população inquirida (70,6% de homens e 29,4% de mulheres). No entanto, é preciso assinalar que 90,1% dos homens ucranianos foram o primeiro membro da família a chegar a Portugal, enquanto que para as mulheres esse valor se reduz para 54%. Dito de outra forma um em cada cinco dos primeiros imigrantes de cada família da Ucrânia a chegar a Portugal era do sexo feminino, um rácio reduzido quando comparado com outros fluxos migratórios.

FIGURA 2.4

Distribuição dos inquiridos por sexo (%)

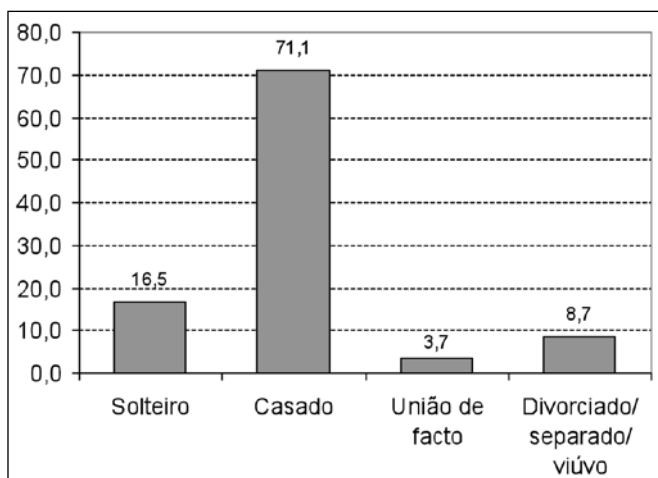


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Na análise das estruturas familiares dos inquiridos e no que diz respeito ao estado civil dos entrevistados a esmagadora maioria de entre eles são casados ou vivem numa união de facto (74,8%), cerca de 9% são separados ou divorciados e 16,5% são solteiros. O cruzamento destes dados com a variável sexo permite-nos notar que, embora de forma ligeira, as mulheres inquiridas apresentam uma nupcialidade superior à dos homens (76,3% e 74,1% respectivamente), enquanto estes últimos se encontram mais representados no estado civil solteiro (19,9% para os homens e 8,4% para as mulheres). A conjugação desta informação com os dados relativos à estratégia migratória dos indivíduos permite antever diferentes tipos migratórios. É sabido que a emigração resulta frequentemente de uma estratégia familiar e, na maioria dos casos, o primeiro a emigrar da família é o homem, seguindo-se a mulher e posteriormente os filhos. Neste caso, os nossos dados apontam também neste sentido. A estratégia familiar aparece, contudo, em ambos os sexos, uma vez que se a maioria dos homens são casados e têm filhos a cargo no país de origem, ou, em menor número, em Portugal, também a maioria das mulheres são casadas e têm filhos a cargo. Aliás a percentagem de mulheres com filhos é superior à dos homens (57,7% e 42,3%, respectivamente). Cruzando estes dados com os períodos de chegada a Portugal esta lógica surge ainda com maior visibilidade. Com efeito, enquanto 63,8% dos homens entraram em Portugal até ao final do primeiro semestre de 2001, “apenas” 46,2% das mulheres entraram durante o mesmo período. Ou seja, ainda que o desfazamento temporal entre a migração dos homens e das mulheres não seja substancial, ele permite, contudo, notar que a migração dos homens precedeu temporalmente a das mulheres, o que é, igualmente, confirmado pela já referida primazia familiar dos homens na chegada a Portugal.

FIGURA 2.5

Estado Civil (%)

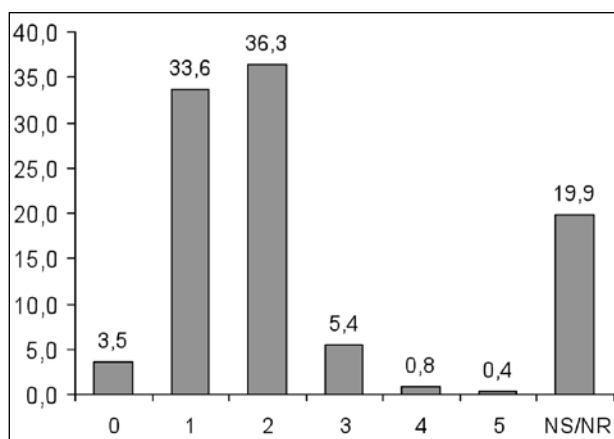


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Quanto ao número de filhos dos entrevistados, mais de 90% têm, no máximo, até três filhos, e destes 34% têm apenas um filho e 36% têm dois filhos. De destacar no entanto que cerca de 20% dos entrevistados não respondeu a esta questão. Estamos, portanto, perante um conceito de família tradicional, com um núcleo familiar reduzido, estruturado em torno de um conceito tradicional de casamento, muito próximo da família tradicional portuguesa.

FIGURA 2.6

Número de Filhos (%)

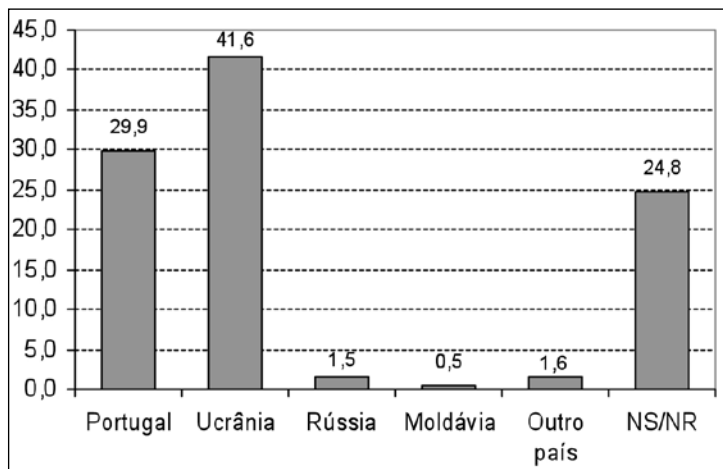


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Questionados sobre os locais onde vivem os cônjuges e/ou os filhos, as respostas demonstram uma clara distinção entre duas componentes do reagrupamento familiar: a primeira, referente ao cônjuge, apresenta uma maior percentagem de realização do reagrupamento familiar, ou de uma migração simultânea do marido e da mulher (29,9% dos cônjuges vivem em Portugal); a segunda, referente aos filhos permite constatar que neste caso o reagrupamento familiar está ainda por realizar na maioria dos casos (apenas, 8,8% dos inquiridos afirmaram que os seus filhos viviam com eles em Portugal).

FIGURA 2.7.

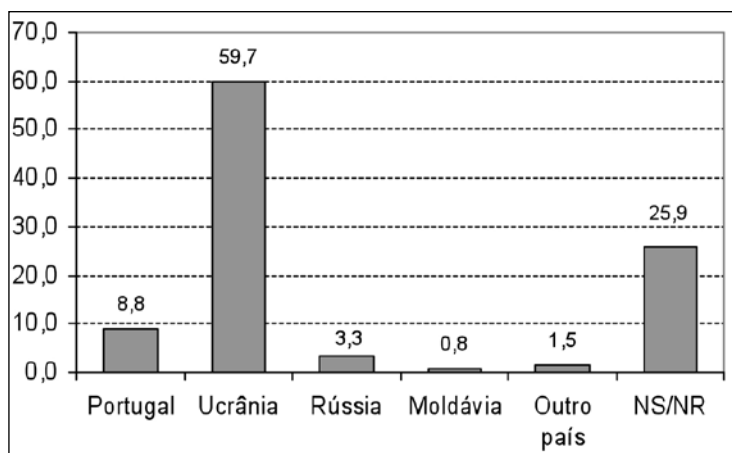
Local de residência do cônjuge (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

FIGURA 2.8

Local de residência dos filhos (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

A partir da análise dos dados obtidos no questionário e das entrevistas realizadas é possível, pensamos, distinguir no recente fluxo migratório da Ucrânia, três grupos distintos de acordo com a idade e as motivações:

- (i) jovens até 39 anos;
- (ii) indivíduos de meia-idade (40-49);
- (iii) indivíduos idosos (50 ou mais anos).

Analisando estes grupos de forma mais desenvolvida podemos afirmar que:

- (i) Os representantes do grupo “jovem” são sem dúvida os mais dinâmicos, independentes, orientados e práticos. Este grupo é constituído quer por solteiros, quer por casados. No caso dos cônjuges terem um filho e este ter uma idade não muito avançada é frequente existir um reagrupamento familiar completo em Portugal. Eles organizam a sua vida presente e planeiam a sua vida futura com base nas experiências de vida e capital financeiro que já conseguiram reunir em Portugal. Trata-se de um grupo em que uma parte significativa poderá, no caso de se reunirem um conjunto de circunstâncias favoráveis, a prazo transformar a sua permanência temporária em residência permanente;
- (ii) Os imigrantes de meia-idade são normalmente casados e, em alguns casos, emigram para Portugal os dois membros do casal embora, por norma, um dos elementos chegue a Portugal mais de um ano antes do outro. Os casais de meia-idade têm em média dois filhos estudantes do secundário ou da universidade. A questão dos filhos, isto é, a necessidade de obter recursos financeiros suficientes para assegurar a continuação da sua educação parece ser, de acordo com os entrevistados, o factor de maior relevância para os imigrantes de meia-idade decidirem emigrar. Tal facto, está, em primeiro lugar, associado ao desejo dos emigrantes em proporcionarem aos seus filhos uma educação profissional sólida que, em regra, nos países de origem é paga, uma vez que ainda não se encontra a funcionar um sistema de apoio estatal suficientemente eficiente que cubra o pagamento da educação daqueles que desejam prosseguir os seus estudos. Deste modo, o pagamento da educação profissional dos filhos recai exclusivamente sobre os pais que, em média, terão que pagar 600 euros por cada ano académico dos filhos (a título ilustrativo é de referir que o salário médio de um trabalhador intelectual no sector público rondava os 60 euros por mês na altura da realização do inquérito). Os ucranianos de “meia-idade” que emigraram para Portugal podem ser caracterizados como pessoas com uma dupla identidade, que oscila entre o desejo de permanecer em Portugal e o de regressar ao seu país de origem, como demonstra o seguinte extracto de uma das entrevistas:

“Portugal é um bom país que oferece muitas possibilidades e oportunidades. Eu gosto deste país...o povo português é educado, hospitaleiro e está sempre pronto a ajudar. Talvez tome a decisão de ficar permanentemente...mas eu ainda tenho fortes sentimentos em relação à Ucrânia e uma grande esperança que a situação, em breve, melhore de forma significativa para poder voltar para casa, sem o risco de cair na situação em que não se tem nada” (Entrevista nº 2).

- (iii) Em regra, os indivíduos pertencentes a grupos etários mais elevados vêm para Portugal por um curto período para melhorar a situação financeira da sua família quando os filhos já estão em idade de viver de forma independente. Para além do objectivo inicial de juntar dinheiro, eles desenvolveram um novo objectivo após terem chegado a Portugal que passa pela tentativa de realizar cinco anos de trabalho legal de modo a poderem alcançar o primeiro nível da pensão estatal (de acordo com a ideia expressa por alguns entrevistados esta rondaria os 200 euros). Neste caso, eles esperam que após o regresso à Ucrânia a “pensão portuguesa” lhes assegure uma vida normal, sem preocupações.

Estes três grupos de imigrantes pressupõem diferentes estratégias migratórias. Para o primeiro grupo, o dos jovens, Portugal insere-se numa estratégia migratória em que se procura uma vida nova fora dos países de origem e em que o retorno ou não dependerá do sucesso dessa carreira migratória. No segundo caso, o dos indivíduos de meia-idade, a experiência migratória em Portugal, parece ser uma aposta no seu futuro imediato e no futuro dos filhos. Neste contexto, Portugal surge como uma boa hipótese de capitalizar rapidamente o risco de uma experiência migratória e retornar à origem com algumas poupanças que facilitem o futuro próximo. No terceiro caso, o dos imigrantes com mais idade, Portugal surge como a última hipótese de recuperarem do fim da colectivização soviética e reunirem algumas poupanças para uma velhice mais tranquila. Estas diferentes estratégias migratórias são particularmente evidentes quando se relacionam estes três grupos com a questão relativa aos planos a longo prazo. Neste caso, é possível verificar que os jovens são os que manifestam uma maior tendência a fixarem a sua residência definitivamente em Portugal (19,8%), ou que têm outros planos que não os de regressar ao seu país ou permanecer em Portugal (31,1%) (por exemplo, emigrar para outro país). Os outros dois grupos, por sua vez, declaram, maioritariamente que pretendem regressar ao seu país de origem (respectivamente, 65,8% e 54,6% para o segundo e terceiro grupo). Obviamente que a estas três diferentes estratégias correspondem motivações diferentes ainda que, como veremos mais adiante, a motivação económica seja dominante.

2. O contexto de origem

No que diz respeito às regiões/países de origem é possível afirmar que a maioria dos inquiridos provinha da Ucrânia (88,7%) e uma grande percentagem destes emigraram directamente da Ucrânia para Portugal. É, igualmente, possível constatar, apesar de uma relativa dispersão dos inquiridos por todas as regiões do território ucraniano, a preponderância de cinco regiões de origem dos imigrantes ucranianos (Lviv, Ternopil, Khmelnytskyi, Ivano-Frankivski e Chernivtsi) (cf. Figura 2.9).²⁵ Em conjunto residiam nestas regiões aproximadamente 60 por cento dos inquiridos de origem ucraniana. Estes dados corroboram as informações obtidas nas entrevistas realizadas na Ucrânia segundo as quais a região ocidental é a tradicional área migratória da Ucrânia. Para além destas regiões são de referir as de Kyiv, Cherkasy e Donetsk que em conjunto representam a origem de cerca de 15 por cento dos inquiridos ucranianos. O mapa mostra, igualmente, que apenas de uma região ucraniana (Luhansk) não foram inquiridos imigrantes, o que atesta a difusão da emigração para Portugal à generalidade do território ucraniano.

Os imigrantes com origem nos países que aderiram à União Europeia em 2004²⁶ ou nos países que aderiram em 2007,²⁷ encontram-se pouco representados na população inquirida (respectivamente, 0,4 e 0,5 por cento), o que no caso dos primeiros está em consonância com o seu peso no número total de autorizações de residência atribuídas até 31 de Dezembro de 2001 (0,9%) e no segundo caso representa uma clara sub-representação das nacionalidades originárias de um dos países candidatos à adesão (até 31 de Dezembro de 2001 foram atribuídos a este grupo de países 7,2% do total de autorizações de residência atribuídas neste ano). Este aspecto é particularmente interessante, uma vez que durante a segunda metade dos anos 90 se desenvolveram uma série de estudos que procuraram auferir as consequências, em termos de fluxos imigratórios, da adesão dos países da Europa de Leste (Fassmann e Münz, 2002). De acordo com um destes estudos (Brücker, *et al.*, 2000), Portugal seria (juntamente com o Luxemburgo e a Irlanda) o país em que a evolução da população originária de um dos

25 A Ucrânia é um país com 603.700 Km² (8 vezes o tamanho de Portugal continental) e está dividida em 24 (+1) regiões administrativas (a República da Crimeia possui um estatuto especial com uma grande autonomia interna). A Ucrânia possui cerca de 52 milhões de habitantes.

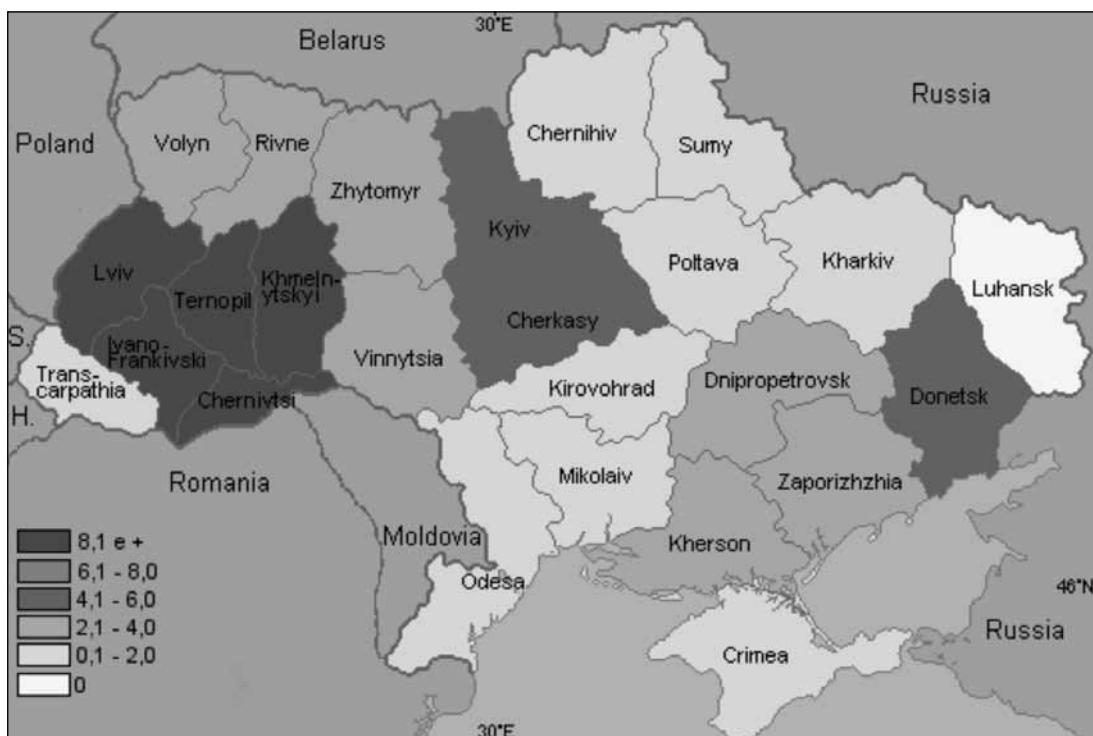
26 Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa.

27 Bulgária e Roménia.

então países candidatos à adesão²⁸ seria menor, passando de 781 indivíduos, em 1998, para 1.062, em 2002, 1.820, em 2005 e 2.662, em 2010. Ora, o conjunto destes países representava, já em 2001, 11.757 indivíduos e mesmo contando apenas com os detentores de uma autorização de residência, os valores já ascendiam a 1.420 indivíduos. Dado que a ausência de um quadro legislativo favorável à livre circulação de cidadãos entre a UE e estes países candidatos não parece ter impedido a mobilidade dos trabalhadores, torna-se legítimo questionar a utilidade, para Portugal, da imposição de moratórias à livre circulação de trabalhadores originários dos novos países aderentes.

FIGURA 2.9

Região de origem dos inquiridos de nacionalidade ucraniana (%)



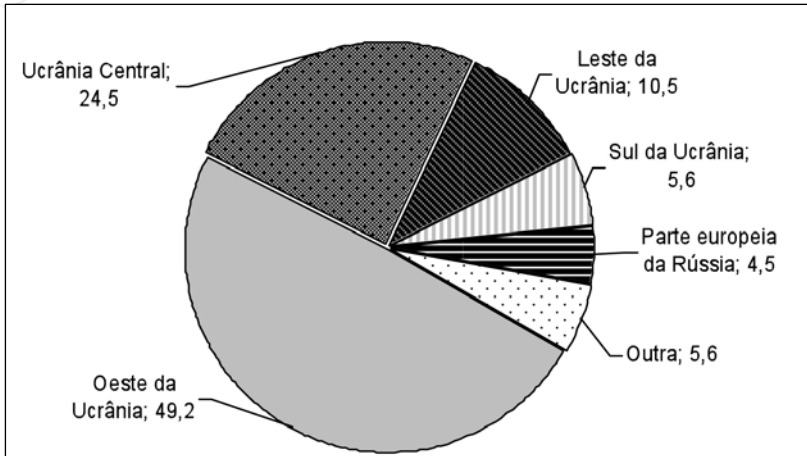
Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Se agruparmos as regiões administrativas da Ucrânia por grandes áreas geográficas e incluirmos as restantes origens geográficas dos inquiridos concluímos que 49% dos entrevistados que responderam a esta questão têm origem nas regiões mais a Oeste da Ucrânia, cerca de 24% na Ucrânia Central, 10,2% no Leste da Ucrânia, 5,4% no Sul da Ucrânia, 4,4% na parte europeia da Federação Russa e 5,4% têm outras origens geográficas.

²⁸ Bulgária, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa e Roménia.

FIGURA 2.10

Regiões de residência antes de emigrarem para Portugal (%)

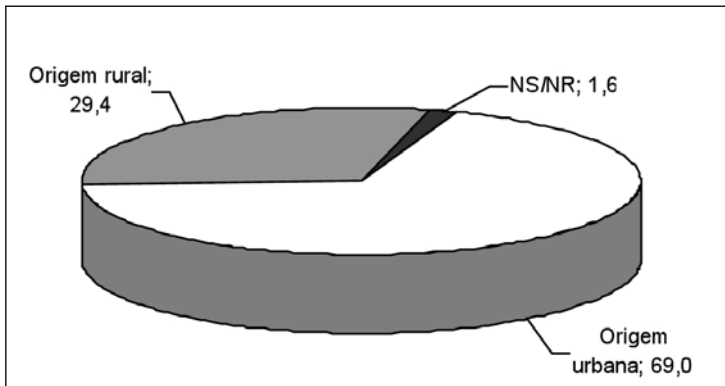


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

No que se refere à distinção entre uma origem urbana ou rural dos inquiridos, aproximadamente 70% viviam em áreas urbanas antes de migrarem e cerca de 29% residiam em espaços rurais. 1,6% dos entrevistados não responderam. Quando se cruza a região de residência antes da migração com a região de naturalidade torna-se possível verificar que 53,2% dos inquiridos com origem rural tinham realizado uma migração interna em direcção a zonas urbanas antes da migração internacional. O movimento de sentido inverso foi realizado por apenas 3,6% dos inquiridos.

FIGURA 2.11

Origem urbana ou rural dos imigrantes (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

2.1. *Habilitações Literárias*

No que diz respeito às habilitações literárias dos entrevistados, os resultados mostram uma grande percentagem de indivíduos detentores de diplomas técnico-profissionais de nível médio (26%), correspondendo ao 12^o ano profissionalizante. Encontramos, igualmente, um número não desprezível de diplomados por instituições do Ensino Superior (Politécnicos e Universidades) que correspondem a cerca de 40% do total, 20% dos entrevistados totais possuem um diploma de Mestrado ou de Especialista (12 + 5/6 anos de estudo) e 0,7% possuem outros diplomas de estudos pós-graduados. Aproximadamente 12% dos entrevistados possuíam um diploma da escola secundária, isto é, 10 ou 11 anos completos de estudo. O perfil educativo dos imigrantes inquiridos permite diferenciar dois grupos de imigrantes: um formado por indivíduos qualificados ou mesmo altamente qualificados e outro constituído por indivíduos com níveis de qualificação médios.

QUADRO 2.1

Habilitações Literárias

Habilitações Literárias	%
Capaz de ler e escrever sem ter tido uma educação formal	0,1
Ensino Secundário	12,4
Escola Profissional	26,3
Ensino Politécnico	30,1
Licenciatura	9,9
Mestrado	19,9
Pós-graduação	0,4
Doutoramento	0,3
Outras habilitações	0,3
Sub-Total	99,6
Não sabe / não responde	0,4
Total	100,0

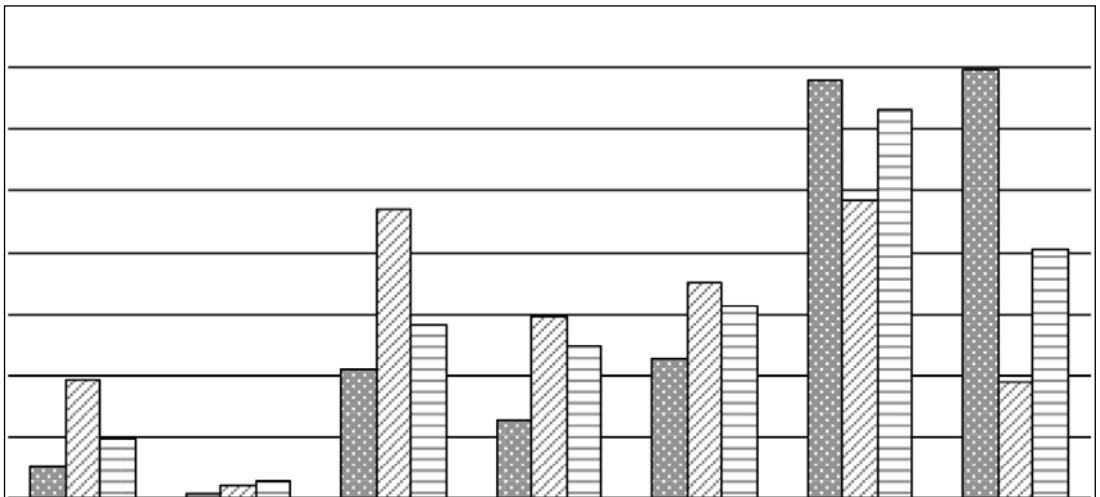
Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Quando comparados com a população portuguesa ou com a população imigrante proveniente de países terceiros, estes imigrantes evidenciam um nível de educação muito superior conforme se pode constatar no gráfico seguinte (Figura 2.12). É preciso notar que este gráfico junta informação de fluxos migratórios com diferentes períodos de maturação. Isto é, fluxos migratórios recentes compostos preponderantemente por indivíduos activos e fluxos migratórios em que já existe, ou está em formação, uma segunda geração (composta quer por imigrantes, quer por filhos de nacionais portugueses considerados retroactivamente – com o Decreto-Lei 308-A/75 – como imigrantes). Apesar desta limitação dos dados é, no entanto, possível verificar que o recente fluxo migratório é composto por indivíduos com uma escolarização muito superior à dos indivíduos originários dos tradicionais fluxos de imigração. A excepção é constituída pelo Brasil que apresenta, igualmente, uma forte proporção de indivíduos

os titulares de graus do ensino superior. A questão da elevada qualificação académica dos elementos do fluxo migratório da Europa de Leste juntamente com a sua inserção em ocupações pouco ou nada qualificadas foi uma das questões mais debatidas na sociedade portuguesa durante o período de maior afluxo deste conjunto populacional.

FIGURA 2.12

Habilitações literárias de três grupos de imigrantes, 2001 (%)



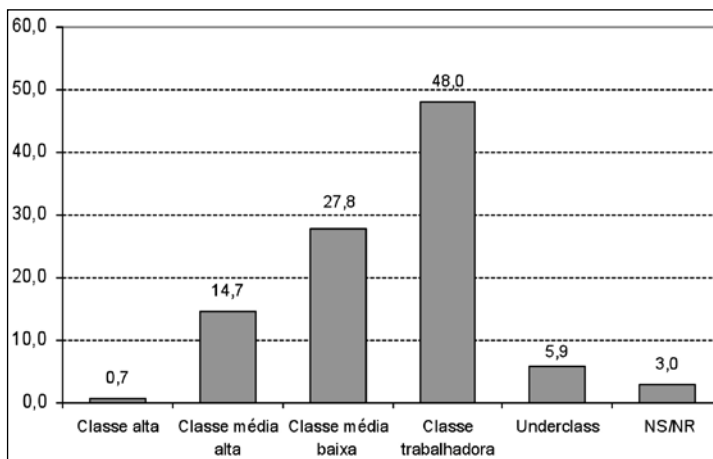
Fonte: INE, Censos 2001, XIV Recenseamento Geral da População: dados não publicados

2.2. Estatuto Socioeconómico no país de origem

Quando colocados perante uma questão que os levava a uma auto-definição do seu estatuto socioeconómico no país de origem, quase 50% dos entrevistados auto-classificaram-se como pertencendo à classe trabalhadora, 28% à classe média baixa e 15 % à classe média alta. Destacam-se ainda os menos de um por cento que se auto-classificaram como pertencendo à classe alta e os 6% que se auto definem como pobres. As não respostas equivalem a 3% do total. Os resultados desta auto-classificação dos inquiridos estão em consonância com a teoria migratória que afirma que, em geral, não são os mais pobres que emigram, mas sim aqueles que dispõem dos recursos financeiros necessários à realização da migração. De facto, os dados empíricos recolhidos demonstram que a maioria dos entrevistados investiu somas não negligenciáveis nesta experiência migratória para um país longínquo. A viagem, o visto e, muitas vezes, a promessa de um trabalho, exigiam um investimento de várias centenas de dólares, o que correspondia até 100 vezes o salário no país de origem. Se pensarmos que a maioria dos entrevistados declararam auferir salários inferiores a 100€ mensais (cf. adiante) e que alguns deles pagaram até 2.000 dólares, a conclusão a extrair é de que o investimento na experiência migratória é muito significativo e, por isso, apenas acessível a uma parte daqueles que desejam emigrar para outro país.

FIGURA 2.13

Estatuto socioeconómico (%)



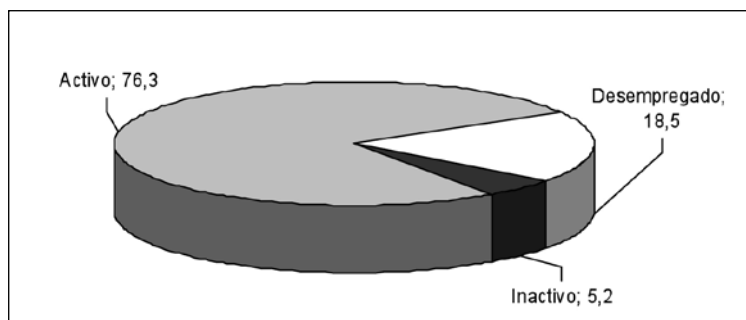
Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Um indicador importante do *status* social dos inquiridos que, também, pode servir para auferir da validade das autodefinições de *status* atrás analisadas, é a situação perante o emprego e, sobretudo, a profissão dos imigrantes nos seus países de origem.

No que diz respeito à situação laboral dos inquiridos antes de encetarem o seu processo migratório devemos destacar o facto de apenas 18,5% dos entrevistados que responderam a esta questão estarem desempregados ou terem trabalhos ocasionais antes de emigrarem para Portugal, 76,3% estavam empregados e 5,2% eram inactivos. Fica assim claro que a falta de emprego não constitui o principal mecanismo despoletador da emigração, mas sim as precárias condições remuneratórias auferidas no país de origem quando comparadas com as remunerações praticadas no país de destino.

FIGURA 2.14

Situação perante o emprego (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Quanto aos inquiridos que afirmaram exercer uma actividade laboral, pode verificar-se que tinham profissões muito diversas desde militares a médicos, trabalhadores das minas ou empregados de escritório, operários especializados, etc.. Em geral destaca-se a elevada presença de profissionais intelectuais ou de ocupações científicas (32,4%), dos operários fabris ou similares (28,6%) e dos operadores de instalação e máquinas (10,1%). Em conjunto, estes três grupos profissionais representam 71,1% dos inquiridos.

QUADRO 2.2
Profissão dos imigrantes no país de origem

Profissão	%
Membro das Forças Armadas	1,2
Quadros superiores e dirigentes	1,1
Profissões intelectuais e científicas	32,4
Profissões de nível intermédio	7,2
Pessoal administrativo e similares	1,2
Pessoal dos serviços e vendedores	6,5
Operários, artífices e trabalhadores similares	28,6
Operadores de instalação de máquinas	10,1
Trabalhadores não qualificados	2,3
NS/NR	9,4
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

A ordenação dos diversos subgrupos que compõem os grandes grupos profissionais atrás referidos de acordo com a sua importância relativa permite colocar em evidência que o padrão ocupacional dos imigrantes no seu país de origem pode ser descrito por menos de dez grupos ocupacionais. Com efeito, 71,8% dos imigrantes que responderam a esta questão concentram-se em apenas seis grupos profissionais (Quadro 2.3). Esta análise mais detalhada da distribuição profissional dos imigrantes permite, igualmente, distinguir a existência de dois grupos de imigrantes: o primeiro, composto por profissionais intelectuais e científicos; o segundo, formado por operários. Esta dicotomia foi já possível detectar aquando da análise do perfil qualificativo dos imigrantes (cf. acima), verificando-se, como seria de esperar, que as diferenças então referidas encontram uma expressão prática nas profissões exercidas nos países de origem. Assim, os detentores de níveis educativos superiores tendem a exercer profissões mais qualificadas. Como se verá adiante, esta correspondência entre nível educativo e profissional deixa de existir no país de destino.

QUADRO 2.3

Principais grupos profissionais dos imigrantes nos seus países de origem

Grupo Profissional	%
Especialista das ciências físicas, matemáticas e engenharia	9,9
Especialista das ciências da vida e profissionais de saúde	6,0
Docentes do ensino secundário, superior e profissões similares	9,8
Outros especialistas das profissões intelectuais e científicas	10,1
Operários, artífices e trabalhadores similares da indústria extractiva e construção civil	15,0
Trabalhadores da metalurgia e da metalomecânica e trabalhadores similares	9,9
Condutores de veículos e embarcações e operadores de equipamentos pesados móveis	11,1
Outros	28,2
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

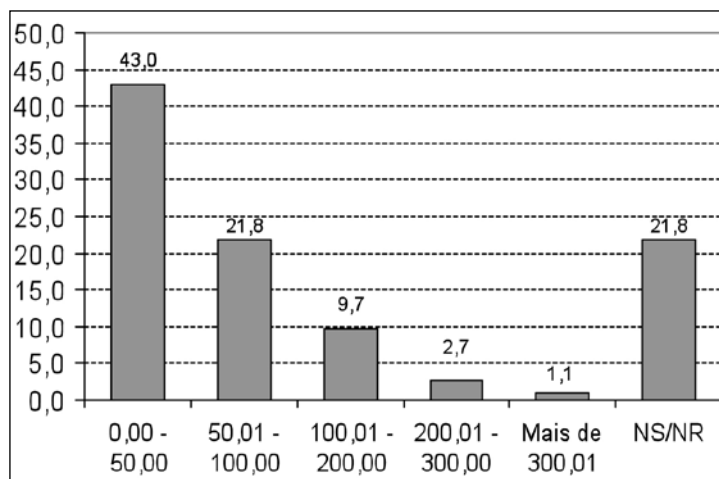
Analisando o rendimento auferido no país de origem pode observar-se que este era, como seria de esperar, muito baixo. Se fizermos a conversão da moeda dos países de origem para Euros²⁹ chegamos à conclusão que os rendimentos auferidos eram em 55% dos casos inferiores a 50€ mensais e em 83% dos casos inferiores a 100€. Unicamente 5% dos entrevistados auferiam um rendimento superior a 200€ mensais. Este rendimento bastante reduzido é, como veremos em seguida, uma das principais causas ou determinantes para a partida. A desvalorização das remunerações auferidas no período pós União Soviética, as taxas de inflação elevadas,³⁰ a instabilidade do emprego e o apelo ao consumo são outras razões que podemos assinalar. Importa ainda referir que de acordo com um inquérito representativo realizado na Ucrânia pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) a 8.200 adultos, o valor médio considerado como suficiente para uma família de quatro elementos poder ter uma vida decente na Ucrânia era de 309€ (Standing e Zsoldos, 2001: 35).

29 A uma taxa de conversão em 31 de Dezembro de 2002.

30 A taxa de inflação na Ucrânia, por exemplo, passou de 2.000%, em 1992, para 6,1%, em 2001, e para 2,6%, em 2002 (World Bank, 2003).

FIGURA 2.15

Salário médio mensal no país de origem, em euros



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Analisadas isoladamente as variáveis referentes à situação perante o emprego e à profissão dos inquiridos, poderíamos ser levados a interpretar o movimento migratório dos Europeus de Leste para Portugal segundo as teorias do mercado de trabalho. Os movimentos migratórios são, nestes casos, interpretados como consequência da divisão internacional do trabalho, da alteração da estrutura de procura nos mercados internacionais de trabalho, do desenvolvimento desigual entre regiões e/ou países ou dos desequilíbrios regionais e/ou da precarização do trabalho nas regiões de origem e de destino. As teorias do mercado de trabalho (Harris e Todaro, 1970; Todaro, 1976; Borjas, 1989, 1990) que, na sua génese, são tributárias do modelo de atracção-repulsão, centram a sua análise nesta variável considerando que as migrações humanas obedecem às condições estruturais de um mercado de trabalho mundial. Estas teorias fundamentam os seus pressupostos numa ideia de equilíbrio sistémico potencial, designadamente de equilíbrio de níveis salariais, uma vez que as diferenças provocadas pela variação das vantagens dos diferentes locais de emprego seriam compensadas por migrações de trabalhadores. Realçam os factores e mecanismos de procura e oferta relativos ao fornecimento de mão-de-obra e, quando aplicadas ao campo das migrações, procuram explicar os movimentos da força de trabalho entre diferentes áreas geográficas, isto é, *ceteris paribus*, se existisse uma escassez de mão-de-obra num dado local isso seria compensado por migrações de trabalhadores e, por consequência, a diminuição do número de trabalhadores nas regiões de origem dos migrantes provocaria a subida dos salários o que travaria a migração reequilibrando o sistema. De acordo com o expresso nestas teorias, as migrações internacionais ocorreriam num contexto de mercados de trabalho semelhantes, quer no que diz respeito à regulamentação laboral, quer num contexto de flexibilidade salarial, e mobilidade plena de factores.

Ora, este modelo não é, como sabemos, observável nas migrações internacionais devido às restrições impostas, sobretudo, pelos Estados (Zolberg, 1981). A livre circulação de trabalhadores, quando aceite por estes, é condicionada por todo um conjunto de regulamentações específicas que obstaculizam à sua total concretização. As similaridades entre as migrações internacionais e as migrações internas colidem, neste sentido, com o poder dos Estados de, simultânea e cumulativamente, regular a circulação dos migrantes e regulamentarem o mercado de trabalho. Neste contexto, as migrações internacionais são vistas como dependentes de um conjunto complexo de condições em que a livre circulação de trabalhadores migrantes entre países, ou entre mercados de trabalho diferentes em distintos países, não existe. No entanto, se a não livre circulação de trabalhadores

pode ser contornada recorrendo a técnicas ardilosas de migração (por exemplo, redes formais ou informais, estratégias de obtenção de vistos, migrações clandestinas, etc.), já a entrada no mercado de trabalho dos países receptores depende em larga medida do próprio mercado de trabalho e este tem o poder de condicionar as estratégias dos imigrantes.

No caso da imigração de mão-de-obra do Leste da Europa para Portugal, várias características emergem como essenciais para permitirem a mobilidade, a saber: uma atracção pelos melhores salários auferíveis; uma abundância de trabalho; uma certa facilidade e rapidez de entrada no mercado de trabalho; a existência de estruturas de facilitação para a emigração. Inversamente, algumas características do mercado de trabalho português condicionam essa inserção, nomeadamente: uma não transferibilidade do capital humano obtido no país de origem que gera um *downgrading* ao nível das profissões exercidas; uma desregulamentação (ou não fiscalização eficaz) que permite a existência de um amplo mercado informal; um risco de cair nas malhas de empregadores sem escrúpulos.

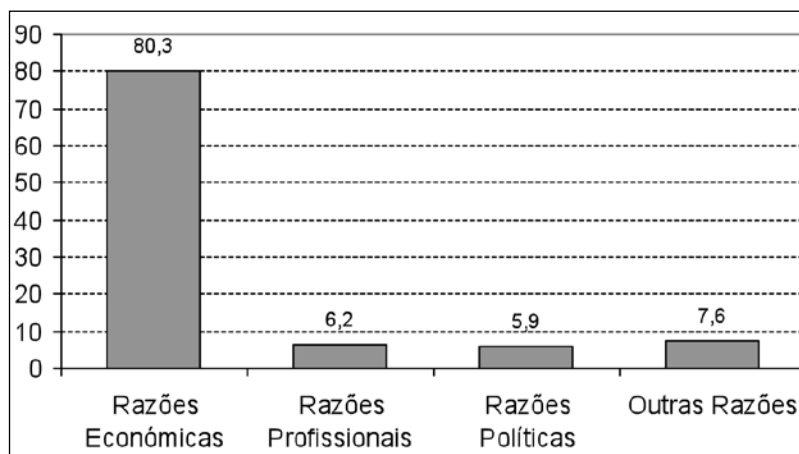
3. O processo de migração para Portugal

3.1. A decisão de emigrar

Face aos baixos rendimentos auferidos no país de origem não é de surpreender que quando questionados sobre quais as principais razões para a migração os inquiridos tenham indicado, em mais de 80% dos casos, razões económicas, 6,2 % razões profissionais, 5,9% razões políticas e 7,6% outras razões não explicitadas. Mesmo as motivações profissionais e políticas são economicamente determinadas, uma vez que aproximadamente 90% dos que indicaram aquelas duas razões também declararam ter razões económicas para saírem dos seus países. A natureza económica da emigração ucraniana é, igualmente, confirmada pelas respostas a diversos inquéritos sociológicos conduzidos na primeira metade dos anos 90, em que cerca de 70% dos inquiridos afirmaram que a saída do país se fica a dever, sobretudo, a razões económicas (Malinovska, 1996: 25).

FIGURA 2.16

Motivos para a emigração (%)

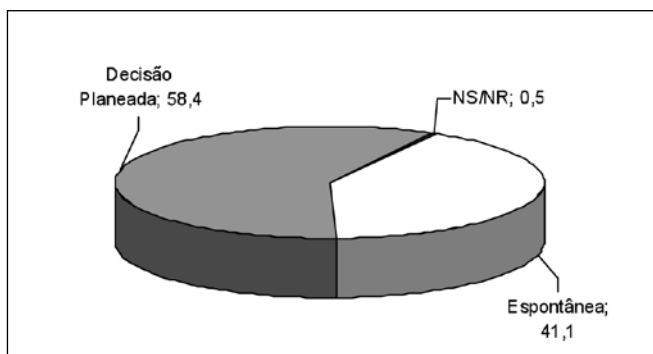


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Questionados se a decisão de emigrar foi planeada, a maioria dos inquiridos afirmam que se tratou de uma decisão planeada (58,4%) e 41,1% sustentam que se tratou de uma decisão espontânea, não planeada. É de assinalar que a premeditação da decisão é particularmente evidente quando os motivos migratórios são de natureza económica (60,7%), enquanto a espontaneidade tem uma expressão percentualmente maior entre aqueles que saíram dos seus países por razões não económicas (cerca de 50%).

FIGURA 2.17

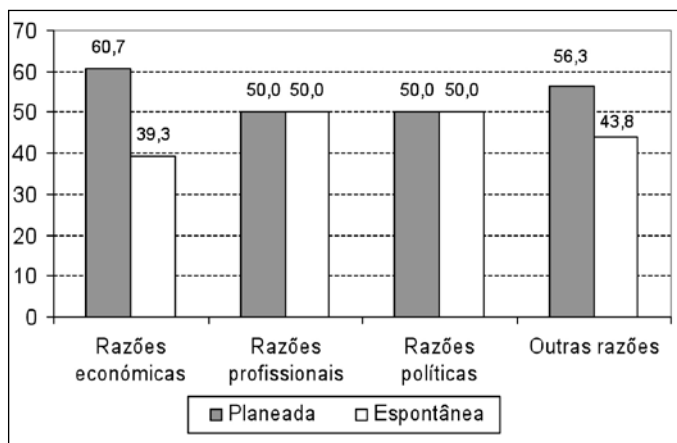
Planificação da emigração (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

FIGURA 2.18

Motivos da emigração por tipo de decisão (%)



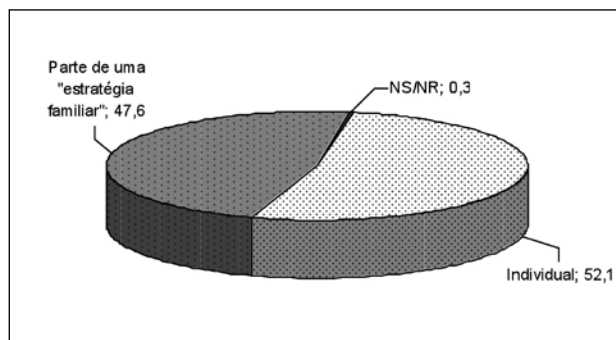
Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Esta decisão foi ainda, de acordo com os inquiridos, tomada individualmente em 52,1% dos casos e em 47,6% dos casos como parte de uma estratégia familiar. Se relacionarmos as duas questões precedentes podemos notar que existe uma clara relação entre elas, uma vez que a uma migração não planeada corresponde uma

maior propensão para que a decisão de emigrar seja tomada fora da esfera familiar (60,5%) e, inversamente, uma decisão planeada corresponde com maior propensão a uma estratégia familiar (53,6% dos casos). Se cruzarmos os motivos da partida com o facto de se tratar de uma decisão planeada ou espontânea verificamos que às razões económicas corresponde a uma maior planificação da emigração (60,7% dos casos). Nenhuma das outras razões para a emigração demonstra uma correlação com a planificação da emigração, o que é igualmente um dado a assinalar.

FIGURA 2.19

Nível de tomada de decisão sobre a emigração (%)

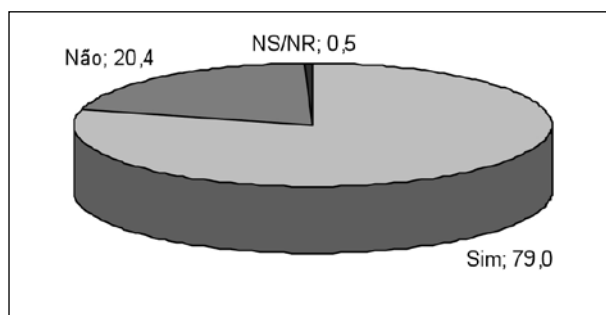


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Questionados sobre se foi o primeiro membro da família a vir para Portugal as respostas são igualmente evidentes demonstrando que foi assim em aproximadamente 80% dos casos. É, sobretudo, entre os homens que os “primo imigrantes familiares” se encontram mais representados, correspondendo a 90,1% do total de homens inquiridos. As mulheres, por seu lado, “somente” em 54,0 % é que foram o primeiro elemento da família a chegar a Portugal. Apesar de se tratar de uma percentagem claramente inferior à dos homens ela é ilustrativa da extensão da iniciativa migratória às mulheres e do desenvolvimento de fluxos migratórios com características não tradicionais.

FIGURA 2.20

O inquirido foi o primeiro elemento da família a chegar a Portugal (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

As formas de financiamento encontradas para custear a migração foram de diverso tipo. De entre elas devemos destacar as poupanças próprias (37%), os empréstimos de familiares (28%), os empréstimos de amigos (25%), o empréstimo através de usurários ou outros agiotas (9,7%). De assinalar que o recurso ao crédito bancário tradicional é muito pouco importante (1%). De entre as poupanças familiares utilizadas destacamos algumas respostas do tipo “vendi o meu carro”, ou “vendi o meu apartamento” que são especialmente ilustrativas do investimento realizado na emigração para Portugal. Ao cruzarmos a variável decisão de partida individual ou no âmbito de uma estratégia familiar com a fonte de financiamento verificamos que, independentemente de se tratar de uma estratégia individual ou familiar, as fontes de financiamento continuam a ser maioritariamente as poupanças próprias e/ou o empréstimo de familiares ou amigos, embora, como vimos, uma parte não despreciable tenha recorrido a empréstimos de usurários. De acordo com um dos nossos entrevistados, estes empréstimos chegam a atingir uma taxa de juro na ordem dos 20% ao mês, o que representa uma taxa de esforço inimaginável. As histórias relatadas na imprensa sobre a vida de alguns destes imigrantes em Portugal, forçados a um trabalho sobre-humano, para pagarem dívidas relacionadas com o início da sua experiência migratória (sobretudo quando estas foram contraídas fora do âmbito familiar ou do núcleo de amigos) foram, aliás, um dos despoletadores das investigações ligadas às máfias do leste.

QUADRO 2.4.

Fontes de financiamento para a migração

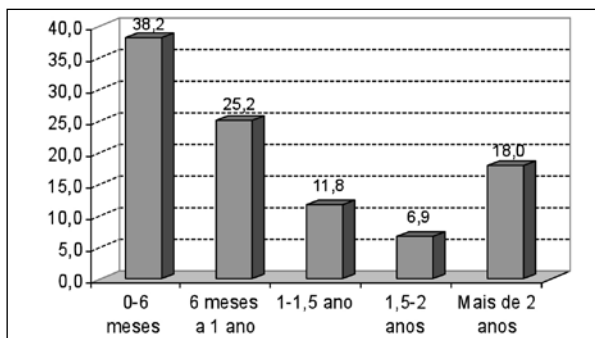
Fonte de Financiamento	%
Poupanças Próprias/Familiares	36,7
Empréstimo de familiares	27,9
Empréstimo de amigos	24,7
Empréstimo de usurários/agiotas	8,5
Crédito bancário	0,8
Não usei nenhuma poupança	0,8
Outros	0,5
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Em relação ao tempo que os migrantes ou seus familiares levaram a poupar o dinheiro necessário para a migração, 38,2% indicaram um período entre 0 a 6 meses, 25,2% de 6 meses a 1 ano, cerca de 19% entre 1 e 2 anos e 18% mais de 2 anos. É de assinalar que 35,3% dos que afirmaram terem dispendido um ou mais anos na poupança do dinheiro necessário à migração referiram, também, que a sua decisão de migrar foi espontânea. Este resultado poderá, à semelhança do que foi referido para a aparente contradição entre espontaneidade/estratégia familiar atrás referida, indicar que a decisão estrutural de migrar para qualquer país já tinha sido tomada há muito tempo e que os indivíduos começaram a economizar logo após terem tomado essa decisão. No entanto, afirmaram que a sua decisão de migrar foi espontânea porque se estavam a referir ao momento no qual tomaram a decisão de vir para Portugal. Ou, dito de outro modo, a decisão de sair do seu país já estava tomada há muito tempo quando surgiu a oportunidade de migrarem para Portugal.

FIGURA 2.21

Período de tempo para formação das poupanças necessárias à migração

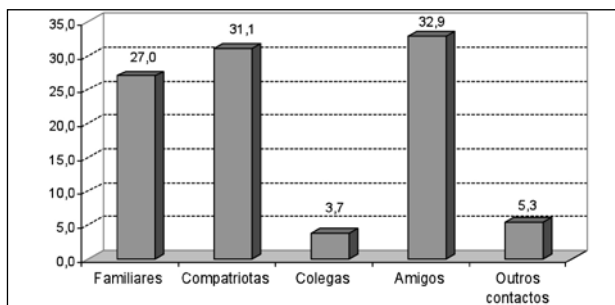


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Em relação aos contactos em Portugal que os imigrantes inquiridos dispunham antes de partirem dos seus países, é possível assinalar o elevado número de inquiridos que declararam dispor de contactos em Portugal. A maioria destes contactos referia-se a familiares, compatriotas e amigos. Apesar de toda a lógica deste fluxo migratório nos levar a prognosticar a presença de uma forte “indústria das migrações” (Castles, 1998) no país de origem que conduziu os imigrantes para um destino específico, a presença em Portugal de conhecidos permite amortecer o risco da emigração para um destino longínquo. É de admitir que, à semelhança do que sucede na generalidade dos fluxos migratórios, estes contactos tenham transmitido aos indivíduos (potenciais migrantes) nos seus países de origem informação sobre Portugal que tenha tornado a decisão de emigrar mais fácil. De facto, quando questionados se já possuíam contactos em Portugal antes de emigrarem 66% dos inquiridos responderam afirmativamente. Estes contactos eram o resultado de diferentes estruturas de sociabilidade dos inquiridos, tais como, a família (27% dos que tinham contactos em Portugal), os amigos (32,9%), os compatriotas (31,1%), os colegas de trabalho ou negócio (3,7%) e outros contactos (5,3%). Se é certo que 33,7% não tinham qualquer tipo de contactos em Portugal, este número representa apenas um terço do total de respostas. Este facto, se não indicia a existência de uma rede de suporte, pelo menos minimiza o risco de uma emigração para o mais longínquo país da Europa ocidental. Como se verá mais adiante, estas redes sociais do imigrante exercem um papel determinante na obtenção de emprego por parte do imigrante recém-chegado. Daqueles que afirmaram que tinham familiares em Portugal, cerca de 41% eram irmãos dos inquiridos, 11% eram pais, 16% primos, 10% sobrinhos, 7% tios e 15% outros parentes.

FIGURA 2.22

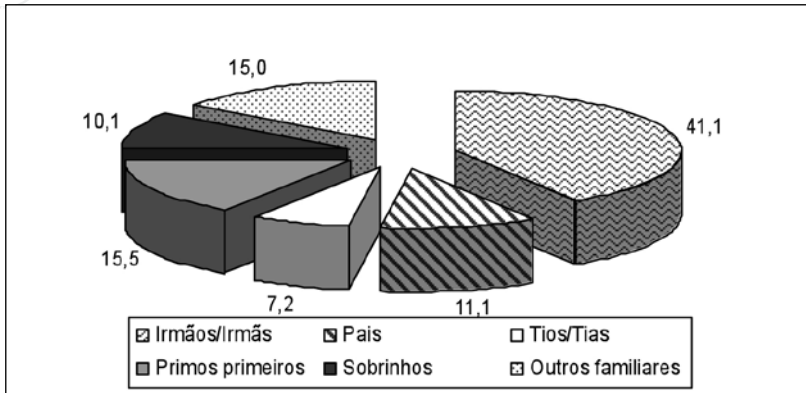
Existência de contactos prévios em Portugal (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

FIGURA 2.23

Famílias do inquirido a residirem em Portugal (%)

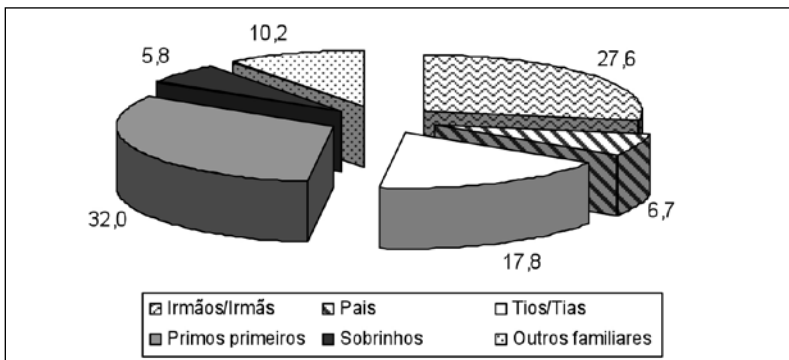


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Já no que diz respeito aos 30,6% dos inquiridos que declararam ter familiares emigrados noutros países estrangeiros, em 34,2% dos casos são os pais ou irmãos, mas na maioria são outros parentes como primos, tios ou sobrinhos.

FIGURA 2.24

Famílias do inquirido a residirem noutro país estrangeiro (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

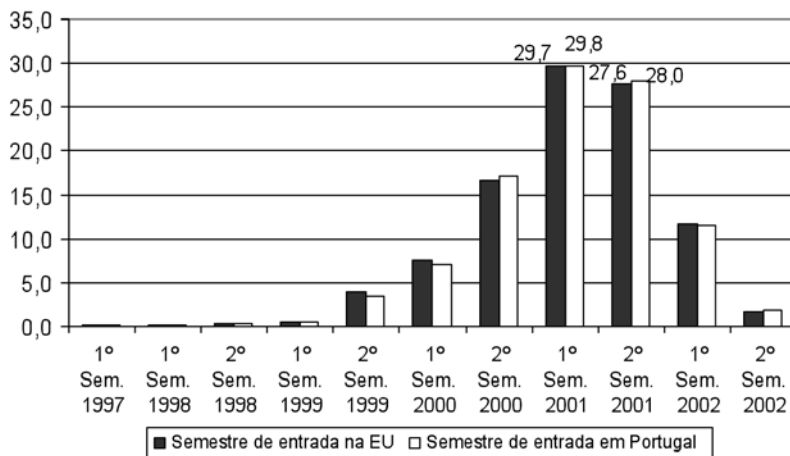
3.2. Da Europa de Leste a Portugal: o percurso migratório

No que diz respeito ao período em que decorre a emigração devemos começar por assinalar que a maioria dos inquiridos se dirigiu de forma directa ou quase a Portugal, sendo a data de entrada no espaço da União Europeia muito próxima da data de entrada em Portugal como se pode observar pelos gráficos seguintes. Este facto demonstra a objectividade desta migração que se dirige para o destino migratório que conjuntamente lhes oferece uma maior probabilidade de sucesso. Aliado ao uso de mediadores ou à organização da migração por “agências de viagens”, o destino Portugal (ou Portugal como destino) tornou-se preferencial para

muitos imigrantes de leste num período temporal específico que vai do 2.º semestre de 2000 ao 2.º semestre de 2001, bem assinalado nos resultados do inquérito.

FIGURA 2.25

Semestre de entrada na União Europeia e em Portugal



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

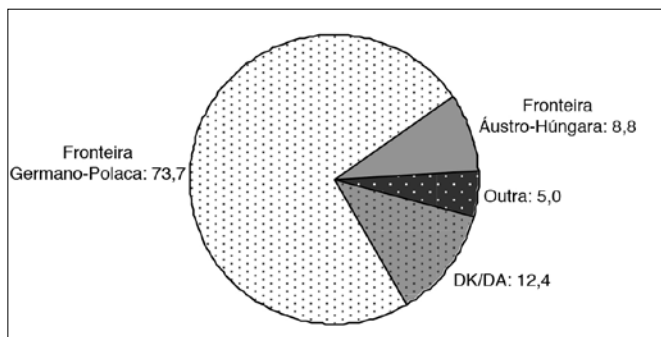
No que diz respeito ao local de entrada no espaço da União Europeia após a análise dos resultados torna-se óbvia a prioridade dada à fronteira germano-polaca como porta de entrada na União Europeia (74%), seguida da fronteira austro-húngara (9%) e de outras fronteiras com 5% do total.³¹ Esta lógica de percurso migratório em direcção ao destino migratório preestabelecido feita por via terrestre no interior do Espaço Schengen, é característica dos grupos de migrantes que entram legalmente na União Europeia para adoptarem uma estratégia de *overstaying*. Nestes casos, os potenciais imigrantes entram no Espaço Schengen num posto de fronteira próximo do país de origem e circulam no interior deste Espaço em direcção a um destino predefinido. Esta constatação, aliada à concessão de vistos de entrada, levanta, no entanto, novas questões ao nível da definição de políticas migratórias por parte dos estados nacionais da União Europeia. Neste caso específico, o facto de Portugal não dispor de uma secção consular na Ucrânia ou na Moldávia que procedesse à emissão de vistos para Portugal não impediu um fluxo migratório de dezenas de milhar de indivíduos, uma vez que essa emissão era efectuada por um consulado de um país que representava Portugal e que ou não procedia à verificação do principal país de destino dos indivíduos que pediam o visto, ou que era ludibriado pelos indivíduos que solicitavam o visto, afirmando que se dirigiam para um país diferente daquele para o qual tinham real intenção de viajar.³²

31 Nesta questão 12,4% dos inquiridos não responderam.

32 De acordo com as regras do “Acordo Relativo à Supressão Gradual dos Controlos nas Fronteiras Comuns” (Acordo Schengen), o Estado Português estabeleceu acordos com outros países aderentes ao acordo no sentido destes procederem à emissão de vistos em nome de Portugal em países em que não exista um consulado português. As mesmas regras estabelecem que, em geral, o requerente de visto deverá solicitar o visto na embaixada ou consulado do país de destino principal e somente no caso do destino final não poder ser determinado é que a emissão de visto competirá ao posto diplomático ou ao consulado do país da primeira entrada no espaço Schengen (artigo 12º nº 2 da Resolução da Assembleia da República nº 35/93 – Diário da República 276/93 – Série I-A de 25/11/1993).

FIGURA 2.26

Local da primeira entrada em Portugal (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

É interessante destacar a diferença que existe entre a estratégia migratória para a emigração para Portugal da utilizada pelos imigrantes ucranianos para outros países como, por exemplo, para Espanha. Para este último destino migratório, os emigrantes ucranianos tendem a utilizar o avião (voos *charter*) e a dirigir-se para a costa mediterrânica,³³ já para Portugal a maioria viaja por estrada de autocarro, mini-bus ou de carro (apenas 3,8% vieram para Portugal de avião e 5,6% de comboio) e distribui-se pelo território nacional.

QUADRO 2.5

Meio de entrada em Portugal

Meio de transporte	%
Avião	3,8
Comboio	5,6
Mini Autocarro	43,7
Autocarro	42,2
Carro particular	4,0
Outro	0,7
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Uma das questões mais difíceis de abordar no contacto com os imigrantes do Leste da Europa teve a ver com a utilização de mediadores no processo migratório. É preciso ter em conta que por altura da aplicação do inquérito estavam ainda bem presentes os relatos dos média sobre as máfias de leste, o que condicionou quer o modo de colocar a questão, quer a sua resposta. Em alguns inquéritos esta questão implicou inclusive a desistência do preenchimento. Quando questionados sobre se tinham recorrido a mediadores para a emigração para Portugal, 21% dos inquiridos optam por não responder. Dos que responderam, 13,8% afirmam não ter recorrido a nenhum tipo de mediadores, 69,7% recorreram a uma “agência de viagens” no país de origem e 14,3% recorreram à ajuda de compatriotas, amigos e familiares já em Portugal. Ou seja, dito de outro modo, ainda que dispendo de contactos em Portugal, como demonstrado numa outra questão, a força desses contactos não era suficiente para evitar o recurso a agentes mediadores no

33 In http://libertaddigital.com/php3/impre_opinion.php3?cpn=9867 [accedida em 11.08.2003].

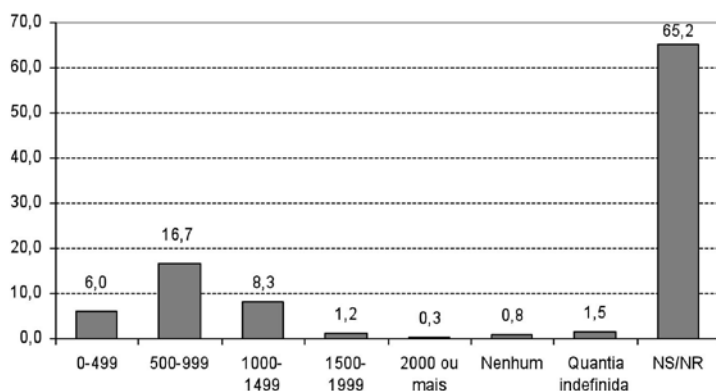
país de origem. As respostas válidas obtidas permitem apontar a importância das “agências de viagens” que proporcionavam o pacote completo de viagem até Portugal, isto é, visto, viagem, oferta de alojamento e trabalho.³⁴

QUADRO 2.6
Utilização da ajuda de mediadores para entrar em Portugal

Tipo de ajuda utilizada	%
Ajuda de “agências de viagens” no país de origem	55,1
Colegas/colegas de trabalho a viver em Portugal	1,9
Amigos a viver em Portugal	4,4
Familiares que chegaram anteriormente a Portugal	2,3
Compatriotas que chegaram anteriormente a Portugal	2,7
Sem ajuda	10,9
Outro tipo de ajuda	1,8
NS/NR	21,0
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Quando questionados sobre o valor pago a esses mediadores, a maioria (65,2%) optou por não responder (o que por si só configura uma resposta a assinalar) e apenas 0,8% afirmaram explicitamente não ter pago nada. Os que arriscaram responder (menos de 35 por cento do total) pagaram entre o simples preço da viagem e do visto até mais de 2.000 dólares pelo pacote de viagem, visto, alojamento e trabalho. De entre estes, 6% pagaram entre 0 e 499€, 16,7% entre 500 e 999€, 8,3% entre 1.000 e 1.499€ e 1,5% mais de 1.500€. De salientar que, também, no já citado estudo para o parlamento ucraniano é referido o valor de 1.000 a 1.200 dólares como um valor médio pago a mediadores (Karpachova, 2003).

FIGURA 2.27
Montante pago aos mediadores, em euros


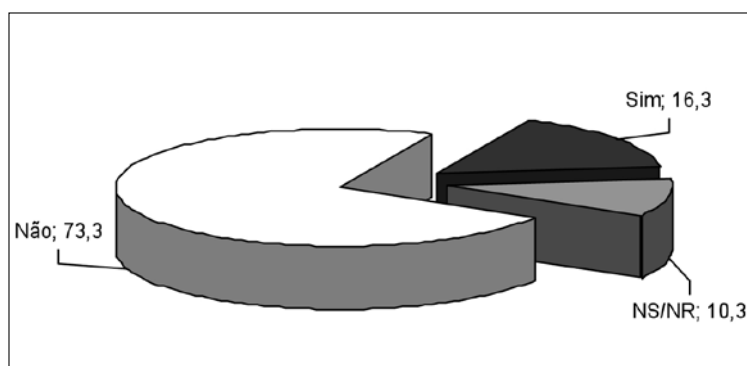
Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

34 A importância das agências de viagem na emigração de cidadãos da Ucrânia é, igualmente, possível de constatar noutros destinos migratórios, como, por exemplo, o Reino Unido (Trades Unions Congress, 2004).

Questionados se tiveram algum problema com as máfias em Portugal ou no país de origem no decurso da sua experiência migratória, cerca de 73% afirmaram não terem tido problemas, 16,3% tiveram problemas.³⁵ A percentagem dos que tiveram problemas com as máfias é significativa, correspondendo a um total de 120 entrevistados. Em termos da imigração em Portugal foi das primeiras vezes que um fluxo migratório particular apareceu associado a redes organizadas. No passado, existiam alguns indícios de que o mesmo se passava no interior da comunidade chinesa mas neste caso ela nunca alcançou a visibilidade mediática alcançada pelas redes organizadas do leste europeu. A problemática associada às máfias de leste que exploravam imigrantes em Portugal foi, por seu turno, amplamente noticiada nos média portugueses e deu origem a várias investigações por parte da polícia judiciária e a vários julgamentos.

FIGURA 2.28

Experiências difíceis relacionadas com as máfias (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Como já referido, a maioria dos imigrantes entrevistados recorreu a uma agência mediadora no país de origem, nomeadamente a uma agência de viagens, para tratar de todo o processo conducente à emigração. Não é possível afirmar qual a percentagem destes mediadores a que se podem atribuir características das máfias, no entanto é possível verificar que 74,3% dos que afirmaram terem tido problemas relacionados com as máfias entraram em Portugal através da ajuda de uma agência de viagens.

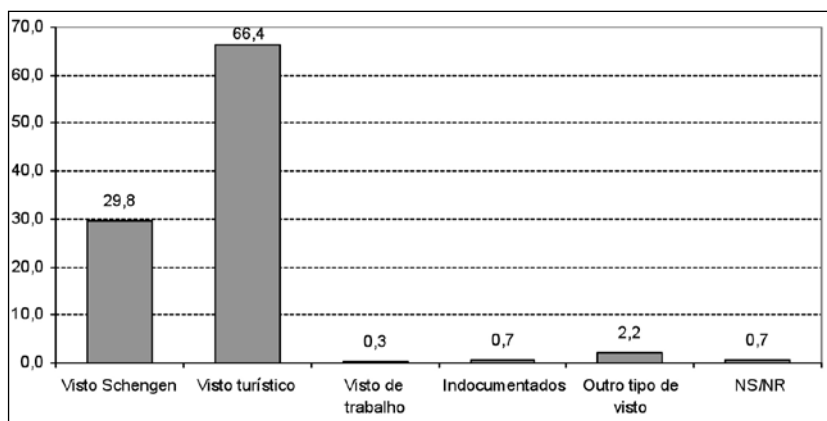
Quanto ao tipo de visto com que os inquiridos entraram no país, verifica-se que a maioria entrou em Portugal munida de um visto turístico (66%), 30 por cento entraram com um visto Schengen e 2,2% com vistos de outro tipo não especificado.³⁶ Destaca-se, ainda, o reduzido número de indocumentados (0,7%) e de vistos de trabalho (0,3%, o que corresponde a 2 indivíduos), bem como as não respostas, apenas 0,7 por cento do total.

³⁵ Cerca de 10% não respondeu a esta questão.

³⁶ Sobre a problemática do sistema de vistos Schengen e a sua aplicação aos países do Leste da Europa ver Grabbe (2000).

FIGURA 2.29

Tipo de visto com que chegou a Portugal (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

No que diz respeito ao país que emitiu os vistos, a Alemanha lidera com 57% do total, seguida da Espanha com 11,3%, da França (7,1%), da Áustria (5,7%), Itália (3%), Grécia (2,3%), Portugal (1,4%) e outros países com 1,5% do total.³⁷ Na questão da emissão do visto é possível encontrar algumas diferenças nacionais no que se refere à embaixada utilizada para a solicitação do visto. À embaixada alemã, por exemplo, recorreram 68,6 por cento dos ucranianos e apenas 9,8% de russos, enquanto que à embaixada italiana recorreram 36,6% de russos e somente 1,2% de ucranianos. Também a embaixada da Grécia surge entre as mais procuradas pelos cidadãos russos (22,0%) e menos utilizadas pelos cidadãos ucranianos (1,4%).

QUADRO 2.7.

País que emitiu o visto

País emissor	%
Alemanha	56,7
Espanha	11,3
França	7,1
Áustria	5,7
Itália	3,0
Grécia	2,3
Portugal	1,4
Outro	1,5
NS/NR	11,0
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

37 A esta questão não responderam 11% dos inquiridos.

A importância das agências de viagens no processo de emissão de vistos merece um esclarecimento complementar. De acordo com Guild (2001), o papel assumido pelas agências de viagens encontra-se relacionado com a preocupação das empresas transportadoras em reduzir o risco relacionado com as viagens a partir de países em que a emissão de vistos para o Espaço Schengen é problemática. Com efeito, a dependência da emissão do visto da existência de uma entidade de confiança e com reputação que possa garantir a boa-fé do requerente de visto, torna a emissão do visto relativamente incerta. Neste contexto, entram em ação as agências de viagens que, quando conseguem obter uma reputação positiva junto dos oficiais consulares, podem submeter os requerimentos e obter os vistos para os seus clientes. O negócio torna-se, deste modo, vantajoso quer para o indivíduo que precisa do visto, quer para a empresa de transportes que assim consegue reduzir os factores ligados à incerteza na obtenção do visto por parte do passageiro (como, por exemplo, evitar a mudança do bilhete, respeito dos horários de partida, etc.) (Guild, 2001: 49-51). A descrição do relacionamento entre as agências de viagens e as transportadoras permite comprovar a afirmação de Salt (2001: 317) de que “hoje em dia a migração internacional pode ser vista como um negócio internacional multifacetado (...) dirigido por uma série de indivíduos, autoridades e instituições, em que cada um é parte interessada no desenvolvimento de uma área do negócio”.

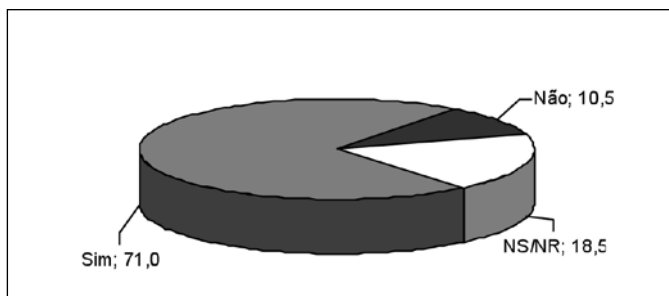
4. A experiência migratória em Portugal

4.1. As condições de entrada

Relativamente às condições de entrada em Portugal, e para além do que já foi referido sobre a data de entrada, o meio de transporte utilizado, o recurso a mediadores e o tipo de visto com que acederam ao país, devemos ainda referir o seu estatuto legal no momento do inquérito. Assim, de entre os entrevistados 71% tentaram legalizar-se antes de 30 de Novembro de 2001, 10,5% não tentaram e obtivemos ainda 18,5% de não respostas. Este procedimento deu lugar a um total de 63,8% de indivíduos legais, 26,4% de ilegais e 9,8 % de não respostas no momento de aplicação do inquérito.

FIGURA 2.30

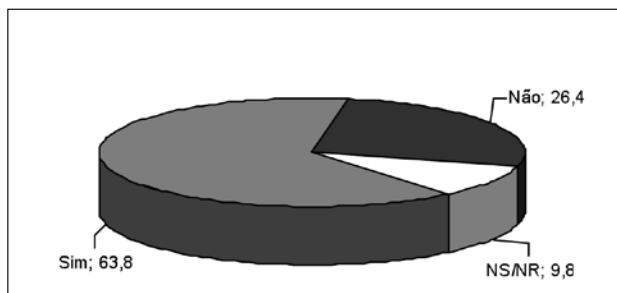
Tentativa de legalização caso tenha chegado a Portugal antes de 30.11.2001



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

FIGURA 2.31

Está legalizado neste momento? (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

No que diz respeito aos locais onde foi realizada a legalização dos inquiridos, Lisboa destaca-se com cerca de 30% do total, Viana do Castelo ou Leiria com 9 %, Coimbra ou Santarém com 7% do total, Viseu, Braga ou Faro com cerca de 6%, o Porto com 4% e outras localidades com valores pouco expressivos. Curioso é o facto de todos os distritos e regiões estarem representados com excepção do distrito de Castelo Branco. Esta constatação vem demonstrar que este fluxo migratório se estendeu a praticamente todo o território nacional e não se concentra nas tradicionais regiões receptoras de imigrantes (Lisboa, Setúbal, Porto e Faro) como era comum encontrar-se nas estatísticas de estrangeiros dos finais dos anos 90.

QUADRO 2.8

Local da legalização

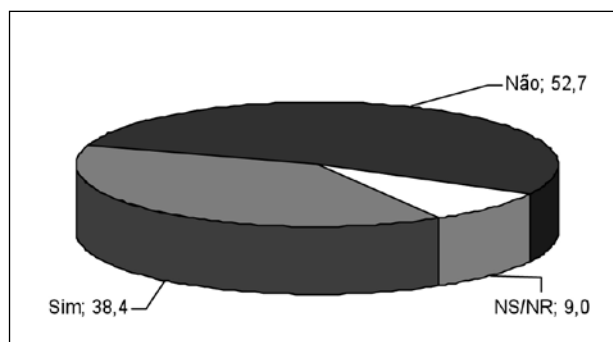
Local	%	Local	%
Lisboa	31,6	Évora	2,0
Coimbra	7,1	Guarda	1,3
Viseu	6,4	Santarém	7,1
Faro	6,2	Setúbal	2,4
Porto	4,4	Portalegre	0,2
Leiria	8,6	Vila Real	0,7
Aveiro	3,8	Viseu	1,8
Bragança	0,2	Viana do Castelo	9,3
Braga	6,2	Açores	0,2
Beja	0,4	Madeira	0,2
Total			100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Quando questionados sobre se tiveram problemas para se legalizarem, 53% afirmam não ter tido problemas, 39% afirmam que tiveram algum tipo de problemas e 9% não respondem. Se analisarmos o tipo de problemas apresentados pelos inquiridos podemos constatar que a maior parte dos problemas se encontram relacionados com a chegada após o período de legalização, a ausência de contrato de trabalho e com a indisponibilidade da entidade laboral para proceder à legalização.

FIGURA 2.32

Teve problemas para se legalizar? (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

4.2. Razões da escolha de Portugal

As razões pelas quais os inquiridos escolheram Portugal foram questionadas numa sequência de perguntas em que procurámos indagar qual a opinião e informação que os imigrantes de leste detinham sobre o país de destino no momento da emigração. As respostas revelam um grande desconhecimento, ou pelo menos um conhecimento superficial, sobre Portugal.

Quando questionados sobre as razões de escolha de Portugal como destino migratório, os inquiridos deram respostas muito diversas que foram agrupadas nas seguintes categorias: o aconselhamento de familiares e amigos (23%), as características do país (22%), a possibilidade de melhorar as suas condições económicas (16%) e a possibilidade de obter uma legalização (13%). Destaca-se ainda o reagrupamento familiar que foi o motivo para 6,5 por cento dos inquiridos escolherem Portugal e os 5,6% que não tinham outra opção.

QUADRO 2.9

Razões da escolha de Portugal

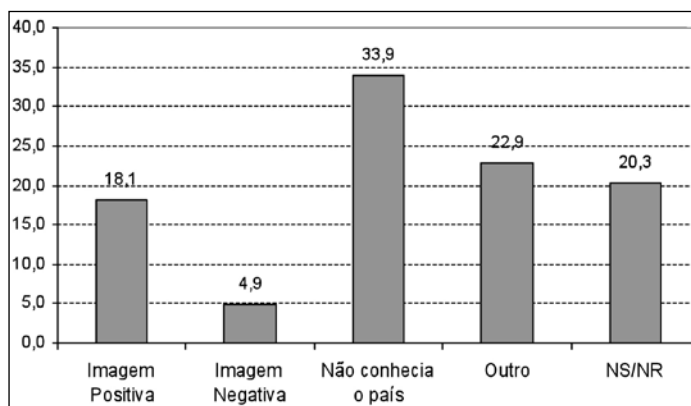
Tipo de razões	%
Legalização	13,2
Aconselhamento da Família	4,8
Aconselhamento dos amigos	18,5
Possibilidade de obter um emprego/melhores condições económicas	16,1
Ausência de outras opções migratórias	5,6
Reunificação familiar	6,5
Acaso	1,9
Características do país	21,8
Tipo de visto necessário para entrar	4,2
Outras razões	4,8
NS/NR	2,7
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

No que diz respeito à impressão que os inquiridos tinham sobre Portugal antes de partirem, apenas 18 por cento tinham uma opinião favorável, contra 4 por cento de opiniões desfavoráveis. A maioria não tinha qualquer opinião sobre o país.

FIGURA 2.33

Impressão sobre Portugal antes de emigrar (%)

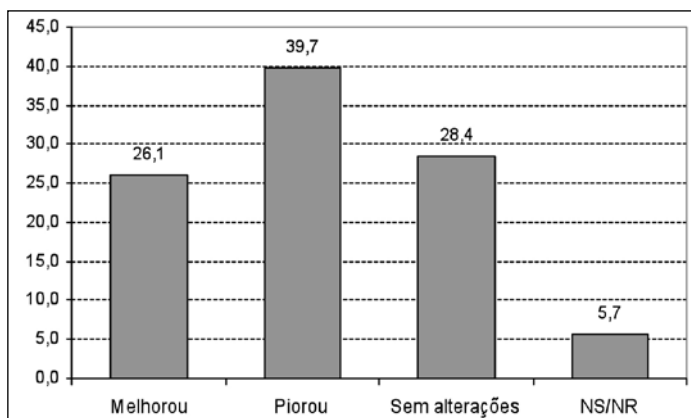


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Após algum tempo em Portugal a opinião melhorou em 26% dos casos, piorou em 40%, manteve-se na mesma em 28% e não responderam quase 6% dos inquiridos.

FIGURA 2.34

Alteração na impressão sobre Portugal (%)

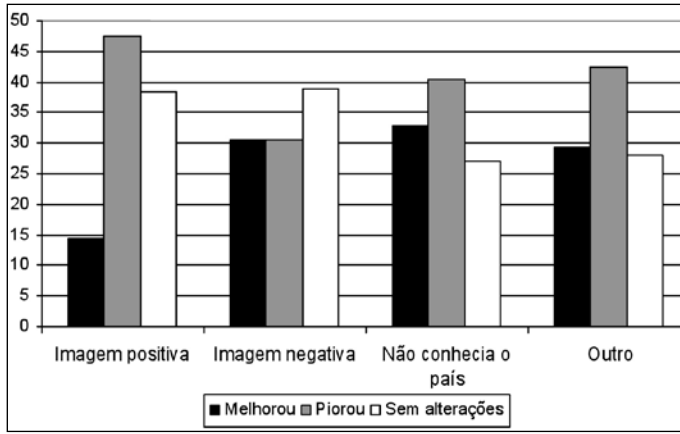


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Ao relacionar a mudança de impressão sobre o país após a chegada com a impressão inicial sobre o país pode verificar-se que o piorar da impressão inicial é particularmente significativo entre aqueles que tinham uma imagem inicial favorável (47,4%) ou aqueles que não conheciam o país (40,3%).

FIGURA 2.35

Alterações na impressão sobre Portugal segundo a impressão inicial

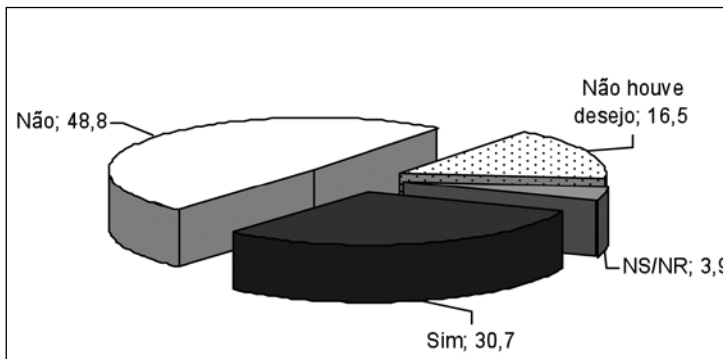


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Procurámos ainda compreender se existia nos inquiridos o desejo e/ou a possibilidade de emigrarem para outro país que não Portugal. Dos que responderam a esta questão, 50,8 % afirmaram claramente que essa possibilidade não existia para eles, isto é, não tinha opção, 17,1% não tinha vontade de ir para outro país e 32% tinha essa possibilidade mas preferiu emigrar para Portugal. Estes dados vêm mostrar que a opção por Portugal como destino migratório se ficou a dever, sobretudo, à ausência de oportunidades migratórias noutros destinos. É interessante assinalar que aqueles que afirmaram ter a oportunidade de emigrar para outro país apresentam uma maior percentagem de familiares a residir noutro país do que aqueles que declararam não dispor da referida oportunidade (32,9% e 24,7%, respectivamente).³⁸

FIGURA 2.36

Possibilidade de emigrar para outro país (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

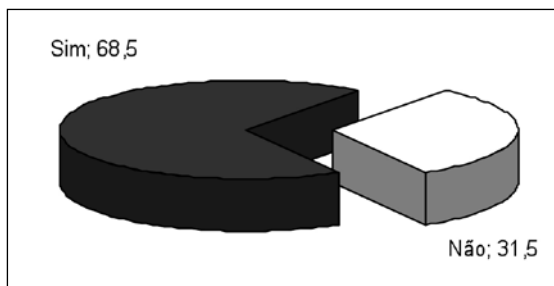
³⁸ Diferença estatisticamente significativa ao nível de $p < 0,05$.

No que diz respeito a experiências migratórias prévias por parte dos inquiridos, para 70,8% dos que responderam a esta questão, Portugal constituiu a primeira vez que viveram fora do seu país mas 29,2% tinham já vivido num outro país. Significativa é também a relação entre a possibilidade, ou não, de escolher outro país para emigrar e a existência de uma experiência migratória anterior. Assim, dos que afirmam a ausência de possibilidade de emigrar para outro país, 76% não tinham qualquer experiência migratória anterior e, somente, 24% tinham essa experiência, enquanto que dos que afirmaram poder emigrar para outro país, 61,2% não tinham experiência migratória e 38,8% já tinha emigrado em algum momento anterior à sua emigração para Portugal.

Um outro tópico abordado no inquérito pretendia avaliar o conhecimento prévio detido pelos inquiridos sobre a ilegalidade em que ficariam quando expirassem os vistos temporários que possuíam. Um conjunto de três questões foi utilizado para avaliar esse conhecimento. Primeiro, questionámos os imigrantes de leste sobre se sabiam que inevitavelmente cairiam no estatuto de imigrantes ilegais em Portugal. Dos inquiridos que responderam a esta questão, isto é, que sabiam previamente que iriam ficar clandestinamente a trabalhar em Portugal, uma vez que não dispunham de visto de trabalho, 68,5% afirmaram conhecer esse risco e 31,5% que não sabiam.

FIGURA 2.37

Conhecimento da necessidade de trabalhar de forma clandestina em Portugal (%)

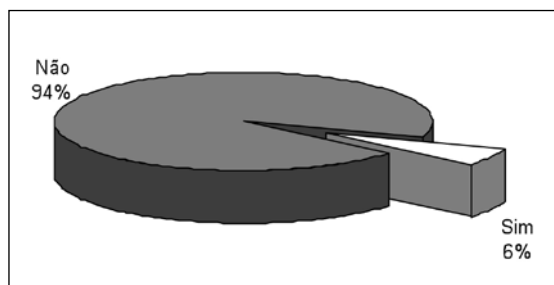


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Quanto às vantagens de viverem e/ou trabalharem em Portugal sem um visto de residência válido, 93,9% dos que responderam a esta questão afirmam que o facto não lhes traz qualquer vantagem, por contraposição a 6,1% que pensam que a ausência de um visto de residência ou visto de trabalho válido pode ser vantajosa.

FIGURA 2.38

Vantagem em estar em situação ilegal (%)

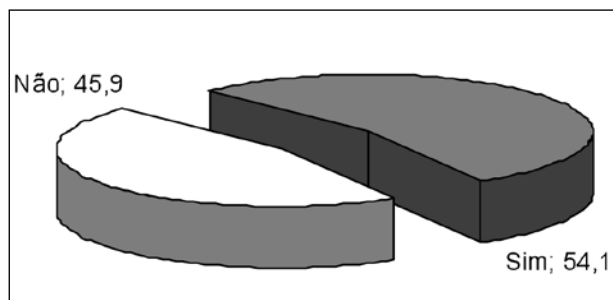


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Já no que diz respeito ao receio/medo de permanecer ilegal em Portugal, 54,1% dos que responderam tinha medo/receio pelo facto de estarem ilegais, e de 45,9% declarou que não tinha medo/receio. Ou seja, ainda que soubessem e receassem o facto de estar ilegais, a emigração era um risco calculado que compensava. Este dado indica que a ausência dos documentos necessários à permanência legal no país não constitui uma razão suficientemente forte para impedir a migração.

FIGURA 2.39

Receio de permanecer ilegal em Portugal (%)

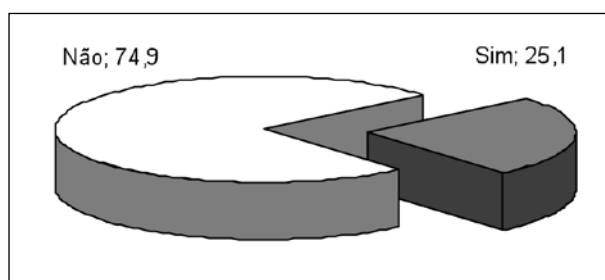


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Questionados se alguma vez lhes tinha sido pedida a identificação em Portugal, isto é, se o seu estatuto de residente/trabalhador legal/ilegal tinha sido verificado, 74,9% dos que responderam a esta questão afirmaram que não e 25,1% responderam que lhes tinha sido pedido para se identificarem. Cruzando esta questão com a questão anterior verificamos que aos que foi pedida a identificação têm maior receio de se encontrar em situação ilegal.

FIGURA 2.40

Pedido de identificação em Portugal (%)

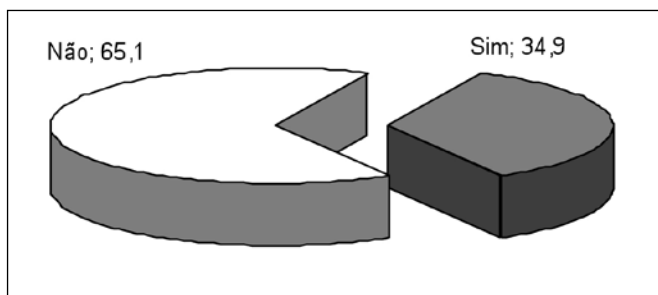


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Questionámos ainda os imigrantes de leste sobre os seus conhecimentos prévios sobre o funcionamento do mercado de trabalho, o sistema fiscal e o sistema de segurança social em Portugal, antes de chegarem a Portugal. Quando questionados sobre o seu conhecimento da necessidade de possuir um visto de trabalho ou um visto de residência para exercer uma actividade remunerada em Portugal, dos que responderam, cerca de 65 % afirmaram que não sabiam e 34,9% compreendiam essa necessidade.

FIGURA 2.41

Conhecimento da necessidade de autorização de trabalho antes de emigrar (%)

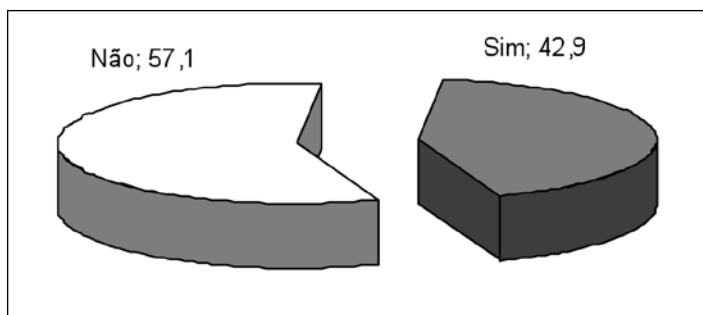


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Também no que diz respeito ao facto de sem contrato legal não descontarem para a segurança social e isso os impedir de auferir uma pensão de reforma no futuro, cerca de 57,1% dos que responderam a esta questão afirmaram desconhecimento, 42,9% afirmaram conhecer os requisitos para obter uma pensão de reforma.

FIGURA 2.42

Conhecimento das condições de atribuição da pensão de reforma antes de emigrar (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

4.3. A trajectória dos migrantes em Portugal

Para analisar a mobilidade geográfica dos inquiridos em território português, questionámo-los sobre se já tinham vivido em outras cidades ou regiões portuguesas, concluindo que 33,6% já tinham vivido noutra cidade ou região portuguesa anteriormente o que denota, num curto espaço de tempo, uma elevada mobilidade dos imigrantes.

Relativamente ao modo de obtenção do primeiro emprego verificamos que mais de 40 por cento dos primeiros empregos foram obtidos com a ajuda de familiares, amigos ou compatriotas, 21,6% com a ajuda de um agente ou mediador, 4,4% a partir de uma agência no país de origem, 14,1% sozinhos. Estas percentagens alteram-se quando se trata de saber as formas de obtenção do actual emprego. Neste caso, a iniciativa individual assume uma maior preponderância em detrimento dos contactos sociais do imigrante.

QUADRO 2.10

Forma de obtenção do primeiro emprego em Portugal

Formas de obtenção do emprego	Primeiro Emprego (%)	Emprego Actual (%)
Sozinho	14,1	29,1
Ajuda de uma “agência de viagens” do país de origem	4,4	1,1
Ajuda de uma pessoa portuguesa	6,7	7,5
Colegas/Colegas de trabalho	4,4	4,9
Amigos provenientes do mesmo país que chegaram anteriormente a Portugal	23,9	16,1
Familiares que chegaram anteriormente a Portugal	8,3	4,6
Compatriotas que chegaram anteriormente a Portugal	9,9	7,8
Ajuda de um agente/mediador	21,6	8,2
Outros contactos	2,0	2,3
NS/NR	4,6	18,5
Total	100,0	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

É, porém, necessário notar que as redes sociais dos imigrantes assumem uma maior influência quando este se encontra em situação ilegal. Cerca de 46% dos que se encontravam em situação ilegal no momento do inquérito afirmaram terem encontrado o seu emprego actual através da ajuda de amigos, familiares e compatriotas, enquanto que aqueles que se encontravam com a sua situação de permanência regularizada essa percentagem não chegava aos 30%. Estes últimos encontraram o seu emprego actual, sobretudo, por iniciativa própria (42,6% contra 23,8% para os que se encontrava ilegalmente em Portugal).

Ao analisarmos qual foi o primeiro emprego chegamos à conclusão que a maioria obteve trabalhos pouco ou nada qualificados (61%).

QUADRO 2.11

Primeiro emprego em Portugal (grandes grupos profissionais)

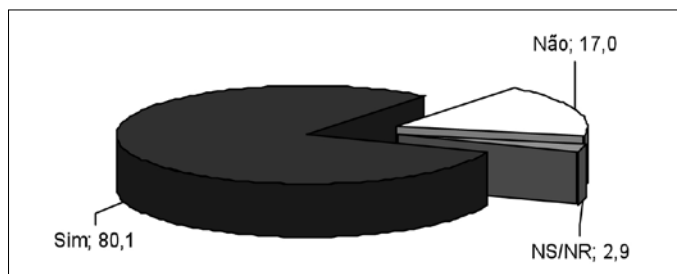
Grupo Profissional	%
Profissionais de Nível Intermédio	0,1
Pessoal Administrativo e Similares	0,4
Pessoal dos Serviços e Vendedores	3,4
Agricultores, Trabalhadores Qualificados Agrícolas e Pescas	1,6
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	11,4
Operadores de Instalação de Máquinas	2,2
Trabalhadores Não Qualificados	61,0
NS/NR	19,9
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

No momento em que foi feito o inquérito a grande maioria dos inquiridos (80%) estava empregada. No entanto, cerca de 17% dos inquiridos não estava a trabalhar e 3 por cento não respondeu. A percentagem de desempregados é digna de ser realçada, uma vez que o inquérito foi aplicado num período em que a crise económica e o aumento geral do desemprego ainda não era muito evidente.

FIGURA 2.43

Empregado no momento do inquérito (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Dos inquiridos que estavam a trabalhar no momento da realização do inquérito, a maioria permanecia em profissões pouco ou nada qualificadas (62,1%). A semelhança entre as duas estruturas ocupacionais apresentadas justifica-se pelo curto espaço de tempo que medeia entre uma e outra, sucedendo em muitos casos que o primeiro emprego em Portugal constitui, também, o emprego actual.

QUADRO 2.12

Profissão actual em Portugal (grandes grupos profissionais)

Grupo Profissional	%
Profissões Intelectuais e Científicas	0,3
Profissões de Nível Intermédio	0,2
Pessoal Administrativo e Similares	0,5
Pessoal dos Serviços e Vendedores	2,5
Agricultores, Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	1,7
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	16,3
Operadores de Instalação de Máquinas	2,0
Trabalhadores Não Qualificados	62,1
Sub-total	85,7
Não sabe / Não responde	14,3
Total	100,0

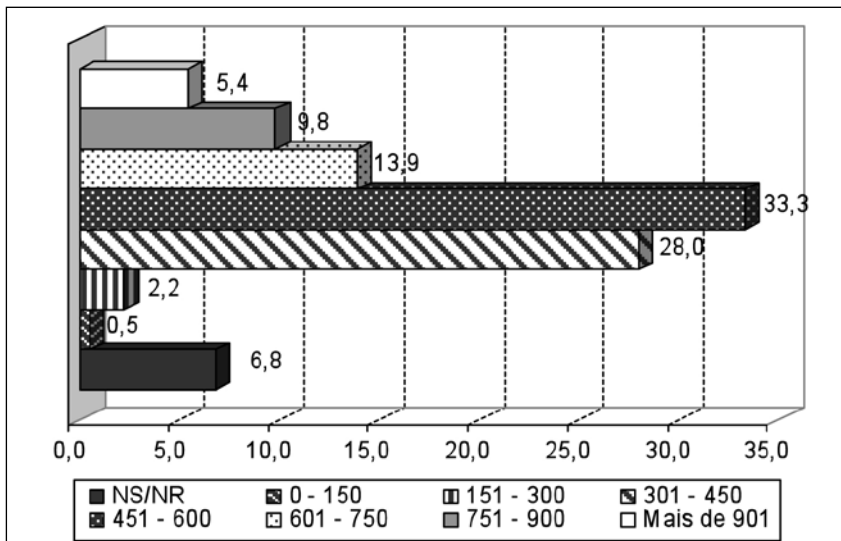
Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

É de realçar que a estrutura ocupacional actual dos imigrantes não se encontra, maioritariamente, relacionada quer com as suas habilitações escolares, quer com a sua experiência profissional no seu país de origem. A tendência geral é para os imigrantes da Europa de Leste ocuparem posições profissionais em Portugal menos qualificadas do que aquelas que ocupavam nos seus países de origem. Verifica-se, assim, que a participação dos imigrantes da Europa do Leste no mercado de trabalho português só é conseguida através de uma desqualificação das suas qualificações originais, o que constitui um elemento característico das migrações da periferia ou semi-periferia para o centro (Rudolph, 1994). Como referem Hillmann e Hedwig (1996: 9), os países de destino utilizam o seu poder de definição para descontar os certificados de habilitações dos imigrantes, funcionando este poder como um mecanismo de encerramento dos mercados de trabalho primários. Em Portugal este mecanismo de protecção é particularmente visível em determinados grupos profissionais, originando o desaproveitamento quer das capacidades intelectuais, quer das qualidades profissionais dos imigrantes.

Em termos de vencimentos, 3% dos inquiridos, que tinham um trabalho remunerado, declaram ganhar menos de 300 euros por mês, 28% entre 300 e 450 euros (de notar que o salário mínimo nacional era em 2002 de 348 euros por mês) e 33% ganhava entre 450 e 600 euros. Somente 5% dos inquiridos ganhava mais de 900 euros por mês. Em relação aos salários auferidos pelos imigrantes importa fazer a distinção entre os imigrantes legalizados e os não legalizados, uma vez que se verificaram diferenças significativas entre os vencimentos obtidos por uns e outros. Enquanto 50% dos segundos recebiam 450 ou menos euros por mês, para os primeiros essa percentagem ficava-se pelos 29%.

FIGURA 2.44

Salário médio mensal, em euros (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

4.4. *As condições de trabalho dos migrantes em Portugal*

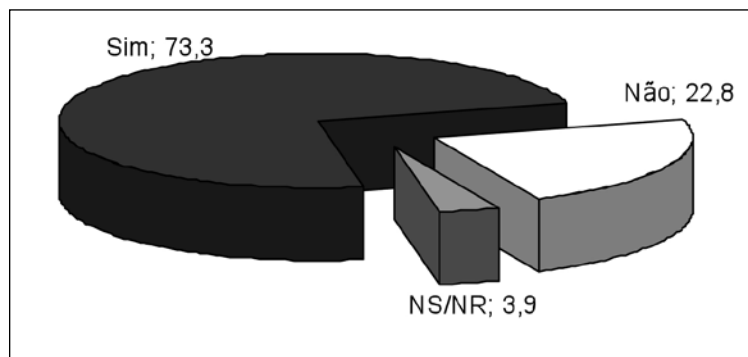
Quanto às condições de trabalho destes imigrantes em Portugal, são várias as conclusões que podemos retirar. Por exemplo, no que diz respeito à existência de pluriemprego no seio deste grupo de imigrantes,

apenas 16 de entre eles declara exercer uma segunda actividade e 4 indivíduos uma terceira, pelo que tal facto não é quantitativamente relevante. A opção passou, neste caso, por um prolongamento do horário semanal de trabalho numa mesma profissão.

Já no que diz respeito à existência de um contrato de trabalho escrito por parte dos entrevistados, 73,3% dos inquiridos que se encontravam a trabalhar no momento do inquérito tinham um contrato escrito.

FIGURA 2.45

Contrato escrito na profissão principal (%)

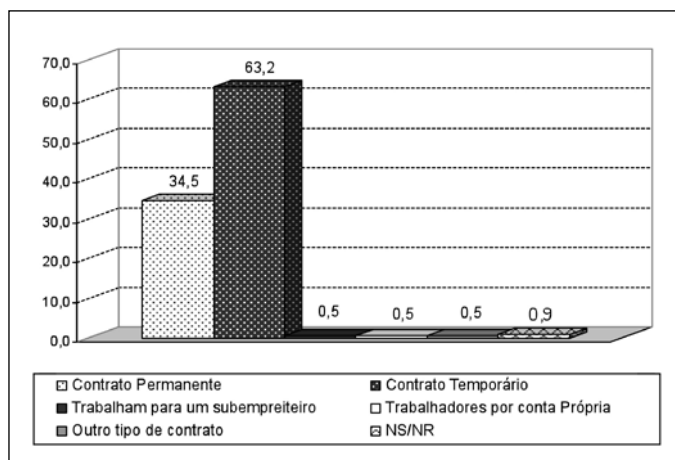


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Dos que afirmaram possuírem um contrato escrito 34,8% detinham um contrato permanente (isto é, a tempo incerto), 63,2% um contrato temporário, menos de 1% eram trabalhadores por conta própria.

FIGURA 2.46

Tipo de contrato actualmente (%)

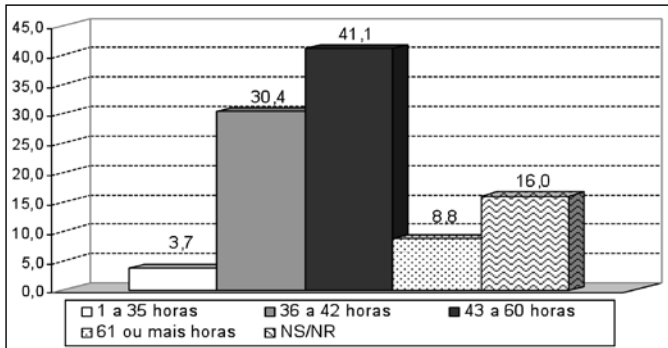


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

No que diz respeito ao período de trabalho semanal, cerca de 41,1% dos inquiridos trabalha entre 43 e 60 horas por semana, quase 31% trabalham entre 36 e 42 horas semanais, 8,8% trabalham mais de 61 horas e 3,7% menos de 35 horas semanais. A esta questão não responderam 16 % dos inquiridos economicamente activos.

FIGURA 2.47

Número de horas semanais de trabalho (%)

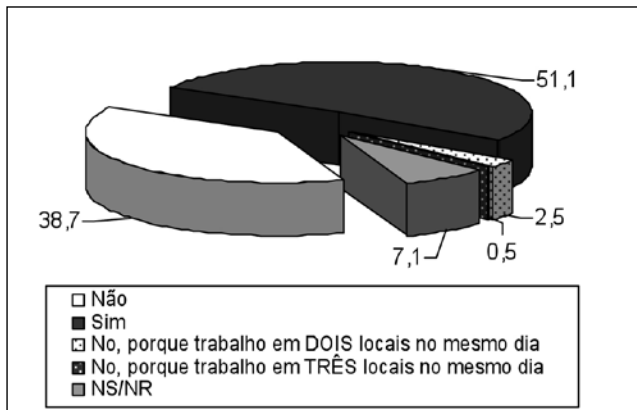


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Dos inquiridos economicamente activos, mais de 50% fazem trabalho extraordinário, 2,5% trabalham em dois locais no mesmo dia e menos de 1% em três locais o que os impede de realizar horas extras, 38,7% não fazem horas extraordinárias e quase 7% dos inquiridos não respondeu a esta questão.

FIGURA 2.48

Trabalho extraordinário (%)



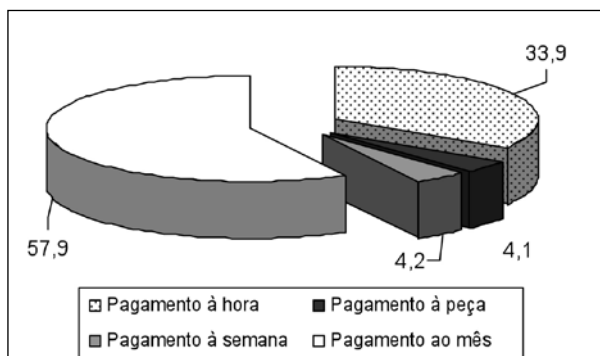
Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Dos que afirmaram fazer horas extraordinárias, 38,2% fazem 10 ou menos horas de trabalho suplementar por semana, 34,5% fazem entre 11 e 20 horas e 13,6% trabalham mais de 21 horas do que o seu horário

normal de trabalho. No que diz respeito ao modo de pagamento, cerca de 58% é pago numa base mensal, 33,9% são pagos à hora, 4,2% à semana e 4,1% à peça.

FIGURA 2.49

Forma de pagamento (%)

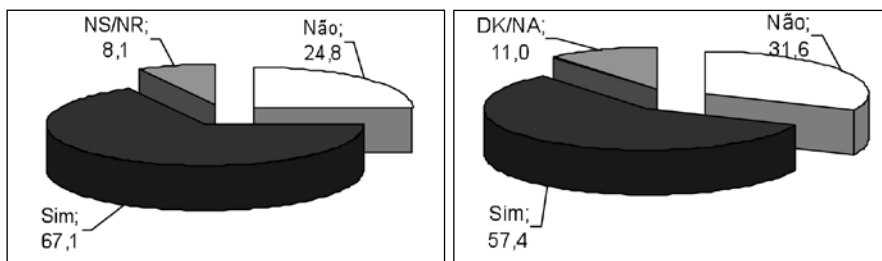


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Quando procuramos verificar quais dos entrevistados descontam para a segurança social ou pagam impostos, apuramos que cerca de 67,1% dos entrevistados economicamente activos no momento do inquérito procede a descontos para a segurança social, 24,8 % não o faz.³⁹ Já no que diz respeito aos impostos, designadamente IRS, 57,4% declaram pagar, 31,6% não pagam e 11% não respondem. Uma análise mais fina desta questão permite verificar que, como seria de esperar, a maioria dos migrantes legais cumprem as suas obrigações fiscais ou sociais (respectivamente, 79,1% e 87,9%) e maioria dos ilegais não cumpre essas mesmas obrigações (respectivamente, 69,4% e 63,2%).

FIGURA 2.50

Contribui para a Segurança Social? e Paga Imposto Sobre o Rendimento (IRS)?



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

4.5. A experiência laboral dos migrantes

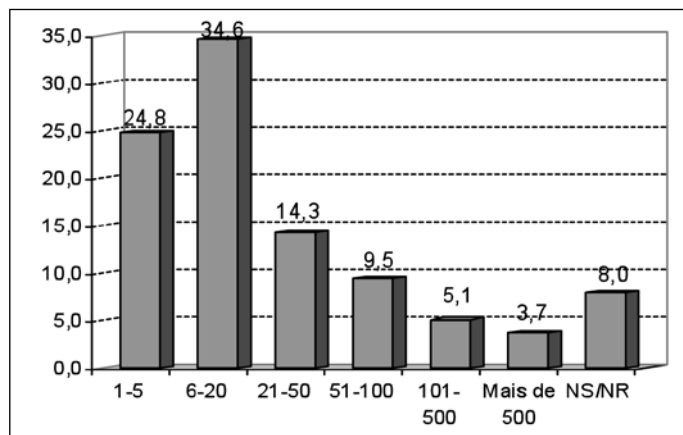
Procurámos igualmente saber em que tipos de empresas laboravam os inquiridos. Da análise das respostas resulta, como seria de esperar, que a esmagadora maioria dos respondentes trabalha em pequenas ou mé-

³⁹ Nesta questão 8,1 por cento dos inquiridos não responderam.

dias empresas. Cerca de 25% trabalham em micro empresas com menos de 5 trabalhadores e apenas 3,7% em grandes empresas com mais de 500 trabalhadores. Dos entrevistados, cerca de 11,5% declara trabalhar para subempreiteiros, sobretudo, no sector da construção civil e obras públicas.

FIGURA 2.51

Número de trabalhadores na empresa onde o entrevistado trabalha (%)

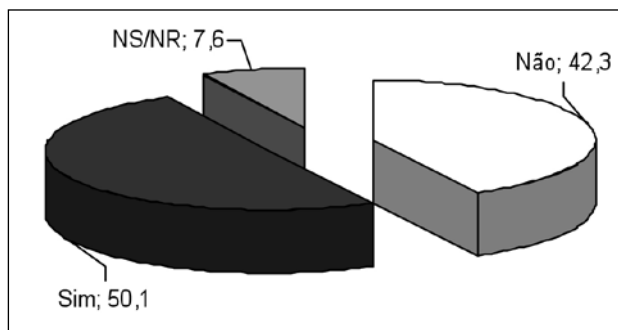


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Questionados se pretendem continuar com a mesma ocupação quando passarem a ter uma autorização de residência, isto é, uma autorização de trabalho de longo prazo, os inquiridos que se encontravam a trabalhar no momento do inquérito respondem em cerca de 50% que pretendem manter a mesma profissão, 42,3% pretendem mudar, 7,6% não respondeu a esta questão.

FIGURA 2.52

Pretende continuar no seu trabalho actual após obter a Autorização de Residência? (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Se quisermos resumir as características aqui apresentadas, estamos perante uma população que trabalha longas horas, auferê salários relativamente baixos, tem vínculos laborais extremamente precários e exhibe elevados índices de informalidade económica ainda que inferiores aos de outros grupos imigrantes.

4.6. Aspectos da inserção dos migrantes na sociedade portuguesa

Um outro grupo de questões dizia respeito a atitudes xenófobas ou racistas experimentadas pelos inquiridos durante a sua estadia em Portugal. Neste grupo incluímos três questões semelhantes, diferenciando apenas diferentes espaços sociais. Após uma análise das respostas a conclusão a extrair é de que os inquiridos conseguem concretizar os espaços sociais onde experimentaram atitudes xenófobas ou racistas, diferenciando-os. Questionados sobre se se sentiram alvo de um atitudes xenófobas ou racistas no local de trabalho, 29,7% dos que responderam a esta questão responderam positivamente, e cerca de 70% responderam negativamente. Por outro lado, 7,6% experimentaram atitudes racistas ou xenófobas em lojas cafés, etc., e 6% experimentaram atitudes racistas nas ruas.

QUADRO 2.13

Experiência de atitudes racistas ou xenófobas em diferentes espaços sociais

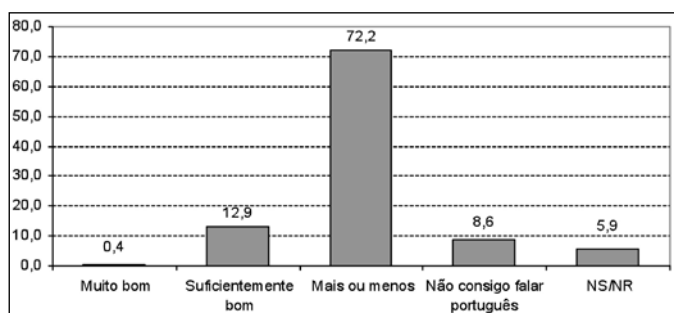
	No trabalho (%)	Em lojas, cafés, etc. (%)	Nas Ruas (%)
Sim	29,7	7,6	6,0
Não	70,3	92,4	94,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Nas questões destinadas a avaliar a integração na sociedade portuguesa, questionámos os imigrantes de leste sobre uma pluralidade de tópicos. Sendo a língua um dos primeiros veículos de integração social, procurámos inquirir sobre a fluência falada ou escrita, a compreensão da língua portuguesa oral e a capacidade de leitura possuída pelos imigrantes de leste. Quando procuramos saber qual o domínio da língua portuguesa por parte dos inquiridos verificamos, sem surpresa, que a maioria de entre eles fala alguma coisa de português, já consegue ler mas tem ainda dificuldades em escrever. Apenas 9% não falam, 14% não lêem e 29% não escrevem português. Apenas uma minoria declara falar, ler e escrever bem a língua portuguesa. Isto significa que, se considerarmos o domínio da língua do país de acolhimento como uma condição indispensável à integração social dos imigrantes, se pode afirmar que na maioria dos casos essa pré-condição parece estar já satisfeita ou, pelo menos, a caminho de o ser.

FIGURA 2.53

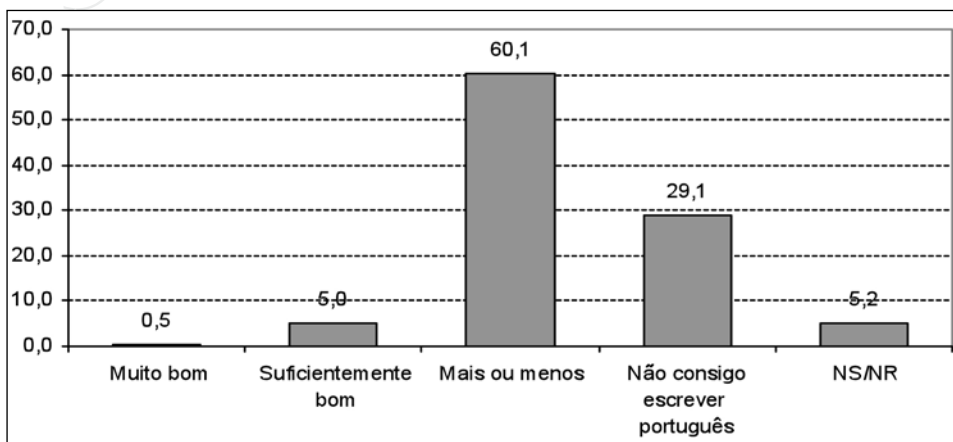
Nível de fluência no português falado (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

FIGURA 2.54

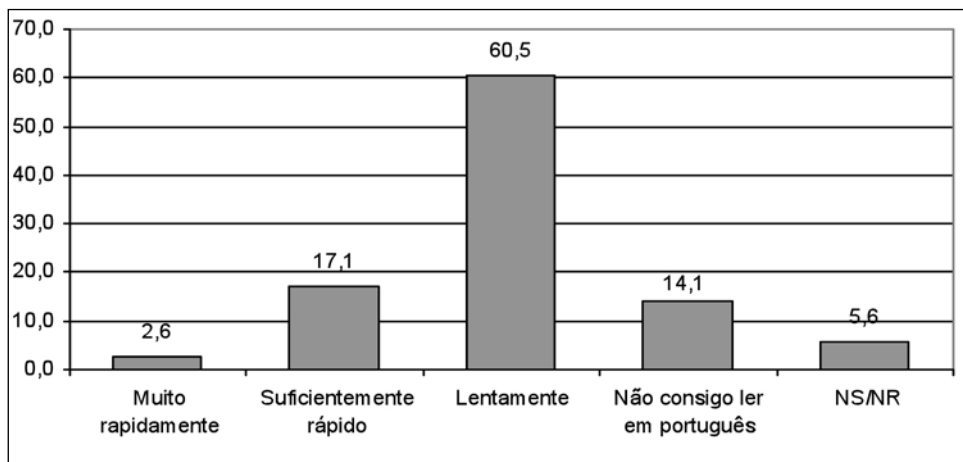
Nível na escrita de textos em português (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

FIGURA 2.55

Rapidez na leitura de textos escritos em português (%)



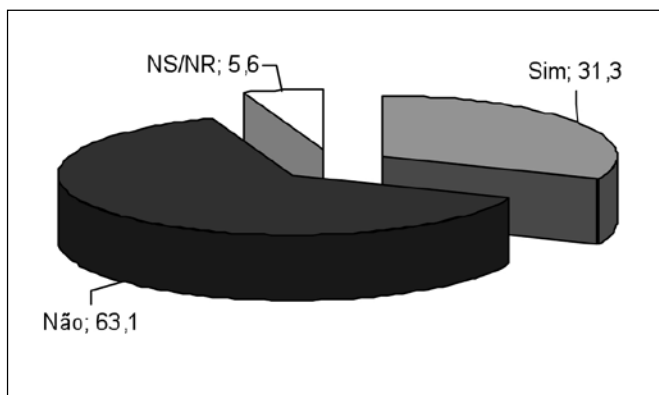
Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Uma das novidades que ocorreram na sociedade portuguesa com a chegada dos imigrantes com origem no leste da Europa foi a proliferação de cursos de língua portuguesa um pouco por todo o país especificamente dirigidos a estas novas comunidades. Neste contexto, procurámos averiguar se os nossos inquiridos tinham frequentado algum desses cursos. De facto, cerca de 31% dos inquiridos frequentou cursos de português versus 63% que o não fizeram. Estes dados são interessantes de comparar com as questões relativas ao domínio da língua portuguesa. Com efeito, não se denota existir grande diferença no domínio da língua lusa entre os que frequentaram e os que não frequentaram os referidos cursos. Apenas na última

categoria de resposta (referente à incapacidade de ler, escrever, ou falar) as diferenças surgem como mais significativas, sendo quantitativamente mais elevadas no caso daqueles que não frequentaram cursos de língua portuguesa.

FIGURA 2.56

Frequenta/Frequentou algum curso de português? (%)

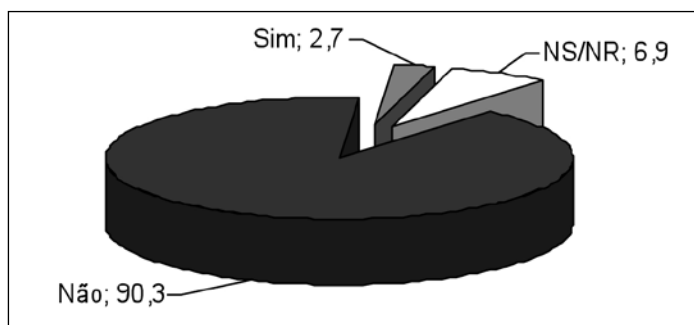


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Em relação a qualquer outra formação obtida em Portugal os dados são igualmente claros, apenas 2,7% dos inquiridos já receberam algum tipo de formação.

FIGURA 2.57

Obteve algum grau educacional em Portugal (incluindo cursos específicos)? (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

A integração nas estruturas associativas existentes em Portugal foi medida através de uma questão sobre o tipo de actividade social ou comunitária em que os imigrantes participavam em Portugal e as respostas foram ao encontro do que seria de esperar de uma população recém chegada, isto é, apenas 2% participam em actividades sociais ou políticas em Portugal, cerca de 3% em associações de imigrantes, 2 por cento em organizações sindicais, 2% em outras organizações. O dado mais claro é, para além da não participação (74%), o envolvimento com a igreja ou outras organizações de carácter religioso.

QUADRO 2.14

Participação social

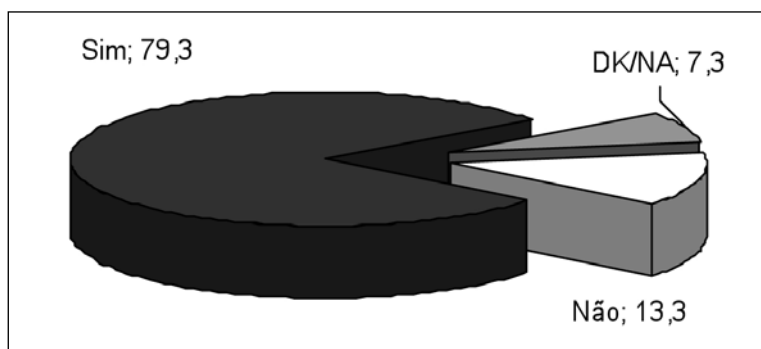
Tipo de organização/associação	%
Organizações sociais ou partidos políticos portugueses	1,6
Associações de imigrantes ou partidos políticos	2,7
Organizações sindicais	1,5
Comunidade religiosa/Igreja	17,7
Outras organizações sociais	1,8
Nenhuma	74,7
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

O envolvimento com a sua própria comunidade pode ser medido através de indicadores vários. A leitura de jornais na sua própria língua, por exemplo, demonstra que os imigrantes inquiridos desejam ser informados através de jornais da sua própria cultura. Neste caso quase 80% dos inquiridos declaram ler jornais em ucraniano ou russo.

FIGURA 2.58

Leitura regular de jornais publicados em Portugal (em russo ou ucraniano) para imigrantes (%)

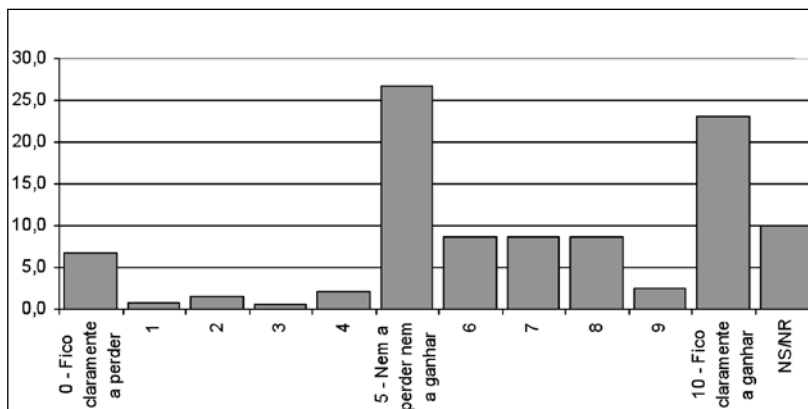


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Quando procurámos aquilatar o modo como os imigrantes de leste avaliam a sua própria experiência migratória para Portugal, foi proposto aos inquiridos uma escala. Questionados sobre se a vinda para Portugal foi (está a ser) uma experiência positiva ou negativa, as respostas, numa escala de 0 (muito negativa) a 10 (muito positiva) indiciam uma multiplicidade de experiências que percorre toda a escala, com um acumulado de respostas em torno dos valores intermédios. Ainda assim, a maioria (51,7%) dos inquiridos considera a experiência positiva ou muito positiva, 26,7% tem uma opinião nem positiva nem negativa, 6,7% consideram-na uma experiência muito negativa, 5% considera-a uma experiência negativa e cerca de 10% não responde.

FIGURA 2.59

Avaliação da vinda para Portugal: perda ou ganho?



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

4.7. *Perspectivas futuras dos migrantes*

Questionados sobre os planos para o futuro de longo prazo, as respostas mais uma vez mostram-se múltiplas. No entanto devemos destacar alguns dados: 51% dos inquiridos pretende regressar aos países de origem e apenas 15,7% pretendem ficar em Portugal. Cerca de 10% ainda não decidiu e 7% não respondeu a esta questão.

QUADRO 2.15

Planos a longo prazo

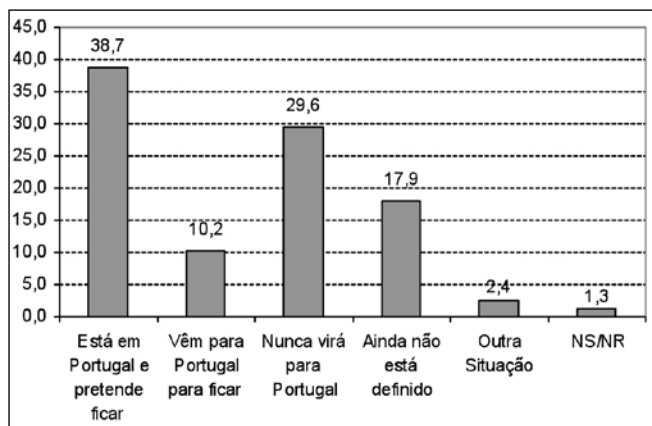
Tipo de perspectiva futura	%
Tentar ganhar algum dinheiro e regressar ao país de origem	36,1
Tentar obter uma Autorização de Residência para ficar em Portugal	10,3
Obter a pensão mínima portuguesa e regressar ao país de origem	2,0
Obter uma formação profissional, Autorização de Residência para ficar em Portugal	3,8
Pagar as dívidas e regressar ao país de origem	2,7
Estabelecer um negócio em Portugal	1,6
Obter um passaporte português e ir para um país melhor	4,4
Ficar por um período determinado e regressar ao país de origem	10,2
Ainda não decidi	19,3
Outros planos	3,0
NS/NR	6,5
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Questionados sobre os planos para o reagrupamento familiar, a maioria dos inquiridos casados ou a viver em união de facto demonstram uma estratégia em que a maioria ou não virá para Portugal ou ainda não decidiu o que irá fazer. Em 38,7% dos casos o cônjuge já está em Portugal e em 10,2% dos casos pretendem que venha. Ao contrário, 29,6% não pretendem que o cônjuge venha para Portugal e 17,6% não tinham à época da realização do inquérito tomado ainda uma decisão.

FIGURA 2.60

Expectativas quanto ao futuro do cônjuge (%)

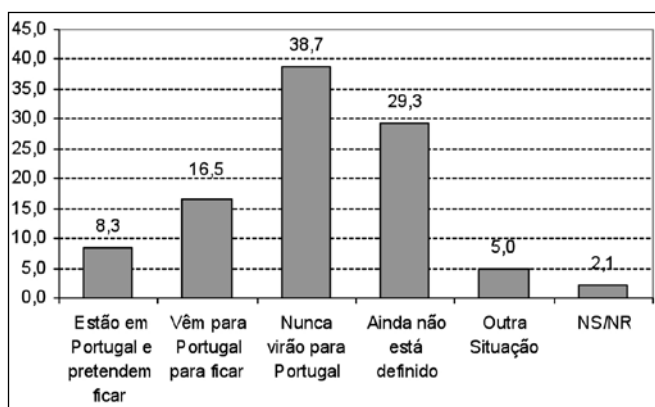


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

No que diz respeito aos filhos a percentagem dos que já se juntaram aos pais é muito pequena (8,3% do total), e a percentagem dos que pretendem reunir os filhos junto de si é de apenas 16,5%. A percentagem dos que já decidiram que os filhos não se reunirão aos pais é também elevada (38,7%). Uma parte considerável das respostas denuncia, no entanto, uma indefinição em relação a esta problemática.

FIGURA 2.61

Expectativas quanto ao futuro dos filhos (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Este primeiro inquérito realizado pela equipa do Núcleo das Migrações do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra permitiu uma caracterização do momento inicial de construção de uma comunidade imigrante em Portugal. De certo modo, a maioria das tendências futuras estava já aqui indiciada (e.g. fraco reagrupamento familiar, tendência para o retorno, segmentação da comunidade) mas o novo inquérito realizado cerca de dois anos depois, permitiu consolidar o retrato de um grupo que, já então, parecia estar em transformação. Neste segundo inquérito repetimos algumas das questões, pelo que se torna possível proceder a algumas comparações. Introduzimos novas perguntas para controlar novas hipóteses de trabalho e clarificámos algumas questões que, no inquérito de 2002, nos pareciam poder ter conduzido a interpretações erróneas.

III

OS IMIGRANTES DO LESTE EM PORTUGAL. RESULTADOS DO INQUÉRITO DE 2004

1. Caracterização da Amostra

Dos 913 inquiridos em 2004, 59% são ucranianos, 23% são russos e 18% são moldavos. 63% são homens. Como seria de esperar numa migração económica, a esmagadora maioria encontra-se em idades activas sendo que 70% tem entre 25 e 44 anos de idade. A idade média é de 36 anos, sendo o desvio padrão de 9 anos. Quanto ao estado civil, 71% são casados. A síntese das características da amostra encontra-se no Quadro 3.1.

QUADRO 3.1

Características da Amostra

Características	N	%
Nacionalidade		
Ucraniana	538	58,9
Russa	208	22,8
Moldava	167	18,3
Sexo		
Masculino	576	63,1
Feminino	337	36,9
Grupo de Idade		
15-24	68	7,4
25-34	330	36,1
35-44	310	34,0
45-64	164	18,0
65 e +	3	0,3
Não resposta	38	4,2
Estado Civil		
Solteiro	158	17,3
Casado	646	70,7
Divorciado/Viúvo	104	11,4
Não Resposta	5	0,5

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

2. Características demográficas

As três nacionalidades inquiridas apresentam estruturas etárias idênticas, caracterizadas pelo domínio dos indivíduos com idades compreendidas entre os 26-45 anos (Quadro 3.2). Não obstante esta semelhança,

é possível notar que os imigrantes russos apresentam, simultaneamente, uma maior proporção de acti-
vos jovens (até aos 26 anos) e de indivíduos com mais de 45 anos. A diferenciação entre russos, por um
lado, e ucranianos e moldavos, por outro, é, também, possível de ser observada na composição sexual de
cada um destes grupos. Enquanto os imigrantes ucranianos e moldavos apresentam uma estrutura sexual
claramente enviesada a favor do sexo masculino, os imigrantes da Rússia espelham um maior equilíbrio
entre homens e mulheres. Este equilíbrio é particularmente evidente entre os imigrantes russos com menos
de 40 anos, conforme se pode observar nas relações de masculinidade por grupos etários quinquenais
representadas na Figura 3.1.

QUADRO 3.2

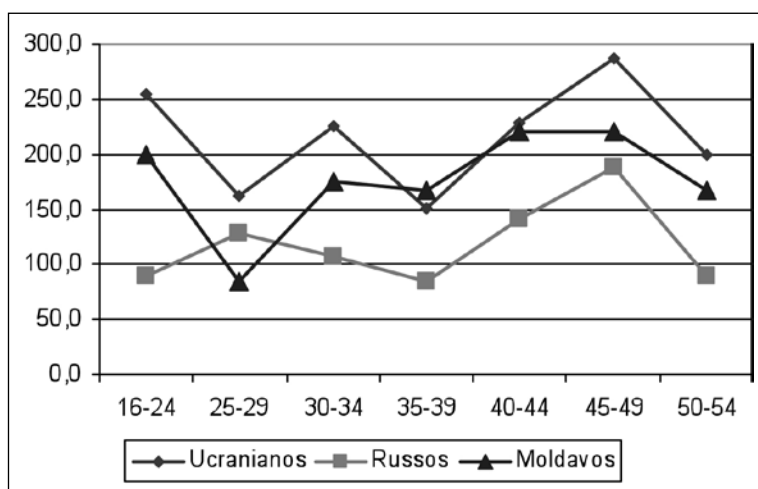
Características demográficas das três nacionalidades inquiridas (%)

Nacionalidade				
	Ucranianos	Russos	Moldavos	Total
Grupo etário	n=518	n=197	n=160	N=875
16-18	1,0	1,5	0,0	0,9
19-25	9,1	11,2	10,0	9,7
26-46	74,1	68,5	77,5	73,5
46-65	15,3	18,8	12,5	15,5
66 e mais	0,6	0,0	0,0	0,3
Sexo	n=538	n=208	n=167	N=913
Masculino	66,9	53,8	62,3	63,1
Feminino	33,1	46,2	37,7	36,9

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004.

FIGURA 3.1

Relações de masculinidade das três nacionalidades inquiridas



Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004.

2.1. *Habilitações Literárias*

Apenas 2% (isto é, 18 pessoas) possui o nível de escolaridade básico ou inferior, 44% possui o nível secundário ou profissional, sendo que 54% possui um grau de nível superior. Em concordância com estes níveis de formação a média de anos de escolaridade é de 13,5 anos. Estamos perante uma população com um nível de qualificações e um perfil escolar muito superior ao total da população residente em território nacional. Com efeito, segundo os dados do recenseamento geral da população de 2001, 75% dos residentes detentores de qualificação académica possuíam o ensino básico e 9% detinham graus de qualificação de nível superior (os restantes 16% possuíam níveis de escolaridade médios).

Relativamente às habilitações literárias foi já referida a possibilidade de distinguir entre dois grupos de imigrantes: um constituído por imigrantes qualificados ou mesmo altamente qualificados e outro formado por imigrantes com níveis de qualificação médios. Trata-se de uma distinção comum aos três grupos de imigrantes, embora seja possível notar algumas particularidades. Assim, os imigrantes da Moldávia apresentam uma maior proporção de detentores de um diploma profissional; os ucranianos têm, comparativamente com as outras duas nacionalidades, uma maior proporção de diplomados por instituições politécnicas; e os russos apresentam uma percentagem superior de licenciados (Quadro 3.3). As referidas diferenças tornam-se particularmente salientes no caso das imigrantes, em que 39,7% das moldavas, 30,2% das russas e 26,6% das ucranianas têm uma formação profissionalizante; 21,3% das ucranianas, 17,4% das moldavas e 10,4% das russas têm um diploma de uma instituição politécnica, e 44,8% das russas, 34,9% das moldavas e 26,6% das ucranianas têm a licenciatura.

QUADRO 3.3

Nível educativo das três nacionalidades inquiridas (%)

Nível escolar	Nacionalidade			
	Ucranianos	Russos	Moldavos	Total
	n=504	n=205	n=167	N=876
Sem formação escolar	0,0	0,5	1,2	0,3
Ensino Básico	1,2	1,0	4,2	1,7
Ensino Secundário	12,7	12,7	9,0	12,0
Ensino Profissional	31,0	31,7	37,1	32,3
Ensino Politécnico	20,0	11,2	12,6	16,6
Licenciatura	22,6	39,0	29,9	27,9
Pós-graduação ¹	12,5	0,4	6,0	9,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: ¹Inclui os detentores de mestrado, doutoramento, ou outra pós-graduação

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004.

2.2. *Características Familiares*

Dos que indicaram ter filhos (673 inquiridos), 48% tem apenas um filho e 44% tem dois filhos, sendo que os restantes têm entre três e cinco filhos. A maioria dos inquiridos (54%) ainda não tem os seus filhos a residir em Portugal. 14,5% indica terem todos os seus filhos a residir em Portugal, sendo que

os restantes estão em processo de reunificação familiar. Tal como no caso dos filhos a reunificação familiar com a mulher/marido ainda não se fez para a maioria dos casos (52%), embora em relação aos casais este processo esteja já mais adiantado do que para os filhos. Os dados parecem indicar que o cônjuge vem primeiro e que só depois se lhe reúnem os filhos, estratégia muito comum em vários fluxos migratórios nomeadamente no fluxo migratório português. Contudo, neste fluxo 24% dos inquiridos com filhos indicam que não os mandarão vir para Portugal e 19% que não mandarão vir o cônjuge. São dados significativos que parecem indicar um projecto migratório temporário para uma parte significativa dos migrantes.

A análise do estado civil dos nacionais da Ucrânia, Rússia e Moldávia mostra, uma vez mais, a existência de diferenças entre estes três grupos. Cerca de 65% dos imigrantes ucranianos e moldavos são casados, valor que se reduz para menos de 50% no caso dos imigrantes russos. Estes últimos apresentam uma maior proporção de divorciados, separados, ou viúvos (18,3%) e de indivíduos a viver em situação de coabitação (12,5%). Para os ucranianos estas percentagens são, respectivamente, de 10,1% e 6,8%, enquanto para os moldavos os valores são de 7,2 % e 9%.

2.3. *Contactos em Portugal*

64% dos inquiridos foram o primeiro membro da família a entrar em Portugal, o que indica estarmos ainda numa fase de pioneiros do processo migratório. Dos que tinham familiares já em Portugal a maioria eram irmãos.

2.4. *Estatuto Socioeconómico no país de origem*

A maioria (77,5%) estava empregada no país de origem sendo que a sua distribuição por situação perante o trabalho era a seguinte:

QUADRO 3.4

Situação perante o trabalho dos inquiridos

	N	%
Funcionário do Estado	263	40,2
Trabalhador numa empresa privada	241	36,9
Empregador	15	2,3
Trabalhador por conta própria	135	20,6
Total	654	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

É interessante notar que uma grande parte dos inquiridos trabalhava para o Estado reflectindo uma ainda forte presença do Estado na economia destes países apesar do seu processo de transição para economias de mercado. Por sectores de actividade, a repartição era a seguinte:

QUADRO 3.5

Sector de actividade dos inquiridos no país de origem

Sector de actividade	N	%
Indústria transformadora	64	8,1
Construção civil	92	11,7
Comércio por grosso e a retalho	93	11,8
Educação	101	12,8
Saúde e acção social	69	8,8
Outras actividades de serviços	264	33,6
Outros	103	13,2
Total	786	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Como se pode verificar pelo quadro anterior, denota-se uma forte terciarização nos sectores de actividade dos inquiridos, sendo de destacar o sector da educação onde se inserem 13% dos respondentes. Por grandes grupos profissionais destacam-se dois grupos: Profissões intelectuais e científicas com 43,1% e operários artífices e trabalhadores similares com 19,6%. Tal como seria de supor, devido às qualificações académicas destes indivíduos é de salientar que apenas 1,1% (9 respondentes) eram trabalhadores não qualificados. Em termos de rendimento, o rendimento médio era de 92,8 euros por mês, sendo que o mínimo indicado foi de 2 euros por mês e o máximo foi de 1500 euros por mês. 43% tinha um rendimento inferior ou igual a 50 euros e 38% entre 50 e 100 euros por mês.

A posição dos imigrantes activos nos mercados laborais dos seus países de origem mostra que os três grupos de imigrantes apresentam estruturas ocupacionais relativamente homogêneas e caracterizadas pela presença de dois grandes grupos profissionais que espelham o perfil qualificativo dos imigrantes. O primeiro, composto por indivíduos que exerciam profissões qualificadas, sobretudo de natureza intelectual e científica as quais dominam, embora com ligeiras variações percentuais em todos os grupos nacionais. O segundo, formado por profissionais de nível intermédio ou por profissionais especializados. De notar que os profissionais não-qualificados assumem uma expressão marginal no conjunto dos inquiridos, o que, como se verá adiante, se altera na sua passagem para o mercado de trabalho português.

Para além destas características comuns às nacionalidades consideradas, é possível verificar ligeiras diferenças nas estruturas profissionais destes grupos. Os ucranianos, por exemplo, encontravam-se inseridos com mais frequência do que os outros dois grupos nacionais nas profissões dos serviços e vendedores e nas profissões dos operários, artífices e similares. Os moldavos, por seu lado, estavam activos em maior proporção, comparativamente aos ucranianos e russos, como operadores de instalação de máquinas.

QUADRO 3.6

Profissão dos imigrantes nos seus países de origem (%)

Grandes Grupos Profissionais	Nacionalidade			Total N=785
	Ucranianos n=474	Russos n=177	Moldavos n=134	
Membros das Forças Armadas	3,0	4,5	4,5	3,6
Quadros superiores e dirigentes	1,9	0,6	2,2	1,7
Profissões intelectuais e científicas	40,9	48,0	44,0	43,1
Profissões de nível intermédio	8,0	9,6	9,7	8,7
Pessoal dos serviços e vendedores	10,5	7,3	7,5	9,3
Operários, artífices e trabalhadores similares	22,6	18,6	10,4	19,6
Operadores de instalação de máquinas	9,1	5,6	14,9	9,3
Trabalhadores não qualificados	0,8	1,7	1,5	1,1
Outros grupos profissionais	3,2	4,1	5,3	4,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

As poucas diferenças que se destacam por entre a homogeneidade que se verifica nos três grupos de nacionalidades, quer ao nível do seu perfil qualificativo, quer quanto à sua estrutura ocupacional no país de origem, encontram uma expressão mais visível na avaliação realizada pelos imigrantes inquiridos do estatuto socioeconómico da sua família ou agregado familiar no país de origem. Aí se nota que a maior proporção de detentores de licenciatura e de profissionais de nível superior entre os imigrantes russos se reflecte numa maior percentagem de imigrantes que consideram o seu agregado familiar no país de origem como pertencendo à classe média-alta ou alta. Os imigrantes ucranianos definem com maior frequência o seu agregado familiar como parte da classe média-baixa ou trabalhadora, o que reflecte os graus de instrução intermédios detidos por este grupo populacional e o tipo de profissão por eles exercido. O facto dos imigrantes ucranianos, contrariamente aos imigrantes russos, apresentarem uma menor correspondência entre o exercício de uma profissão intelectual e científica e a auto-identificação como membros da classe alta ou média-alta poderá estar relacionado com as diferenças de prestígio que as referidas profissões poderão ter nos dois contextos nacionais (algo que não pode ser confirmado pela análise dos dados do inquérito), ou, com o diferente nível remuneratório associado nos dois países a esta categoria profissional. Ao cruzar a categoria profissional pela remuneração mensal auferida no país de origem e pela nacionalidade verifica-se que os profissionais intelectuais e científicos são mais bem remunerados na Rússia do que na Ucrânia: 36,6% dos imigrantes russos e 11% dos imigrantes ucranianos que no seu país de origem exerciam este tipo de profissão auferiam mais de 101€ mensais.

A diferença nos níveis remuneratórios dos membros dos três grupos de nacionalidades não se limita ao referido grupo profissional, estendendo-se à generalidade dos grupos profissionais. A comparação dos rendimentos médios mostra que os moldavos auferem as remunerações mensais médias mais

baixas (62,4€), seguindo-se os ucranianos (82,9€) e, a uma larga distância, os russos (139,6€).⁴⁰ Estes valores indicam que, ao nível das remunerações auferidas no país de origem, se está perante dois subgrupos de imigrantes.⁴¹ As diferenças de rendimento dos imigrantes nos seus países de origem são importantes porque indiciam uma diferente disponibilidade de recursos financeiros que pode reflectir-se nas estratégias e nos percursos migratórios adoptados pelos três grupos de nacionalidade. Em suma, do referido anteriormente pode concluir-se que, à excepção do nível médio de rendimento, os três grupos de imigrantes apresentam um padrão socioprofissional na origem relativamente homogéneo entre si.

No que se refere à percepção que os inquiridos tinham da sua posição de classe esta era a seguinte:

QUADRO 3.7

Percepção da posição de classe dos inquiridos

Classe social	N	%
Alta	14	1,5
Média-Alta	281	30,8
Média-Baixa	285	31,2
Trabalhadora	287	31,4
Underclass	22	2,4
Não Respostas	24	2,6

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Como se deduz do quadro anterior é marginal o número de respondentes que se identifica com a underclass, o que está de acordo com a afirmação reiterada na literatura da especialidade que quem emigra não são os pobres mas sim aqueles que tem os recursos financeiros necessários.

2.5. Razões para a Emigração e nível de decisão

Atendendo aos baixos níveis de rendimento descritos não surpreende que a esmagadora maioria (90,3%) indique razões económicas para a sua decisão de emigrar. Dentre as outras possíveis razões para emigrar destaca-se com 5,9% as razões políticas. A decisão de emigrar foi planeada com antecedência para a maioria dos inquiridos (70%) o que atesta, dado o volume deste fluxo, a grande intensidade da pressão migratória existente nestes países.

⁴⁰ Diferenças estatisticamente significativas (Teste F (2, 719) = 21,947, $p < 0,001$).

⁴¹ O resultado do teste de *Student-Newman-Keuls* (teste S-N-K) confirma esta afirmação ao juntar num mesmo grupo os imigrantes ucranianos e moldavos cujos rendimentos não se diferenciam de modo significativo ($p < 0,01$) e ao considerar como um grupo isolado o caso dos imigrantes russos (apesar de significativos, estes resultados devem ser interpretados com algum cuidado dado que, como é sabido, o teste pressupõe, em termos estritos, que os grupos individuais sejam do mesmo tamanho, o que não acontece no presente caso). A comparação da média dos valores médios dos dois primeiros grupos de nacionalidade com o valor médio dos imigrantes russos (através do procedimento *One-Way Anova: Contrasts*, atribuindo-se os seguintes coeficientes: 0,79 aos ucranianos, 1 aos russos e 0,21 aos moldavos) indica uma diferença significativa entre estas duas médias (Teste T (717) = 22,79, $p < 0,001$).

Neste aspecto, os imigrantes originários da Moldávia foram os que mais fizeram anteceder o seu movimento de uma planificação antecipada, enquanto os imigrantes da Ucrânia foram os que mais afirmaram que a saída do país de origem fora imprevisível.⁴² Decompondo estes valores de acordo com o sexo dos inquiridos denota-se que, nas três nacionalidades, as mulheres afirmaram com maior incidência do que os homens que a sua decisão de emigrar foi planeada com alguma antecedência.

QUADRO 3.8

Processo de decisão da migração, por nacionalidade (%)

	Nacionalidade			Total
	Ucranianos	Russos	Moldavos	
Momento da decisão	n=533	n=206	n=164	n=903
Imprevista	39,2	31,6	20,7	34,1
Planificada	60,8	68,4	79,3	65,9
Nível de decisão	n=530	n=204	n=162	n=896
Individual	51,3	59,3	58,6	54,5
Familiar	48,7	40,7	41,4	45,5

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004.

A decisão de emigrar foi uma tomada de decisão individual para 54% e familiar para 46% dos inquiridos. Não se verificam diferenças significativas entre os imigrantes originários dos países que se têm vindo a considerar.⁴³ As respostas obtidas são surpreendentes uma vez que a esmagadora maioria dos inquiridos é casada. Os valores da participação familiar no processo de tomada de decisão das mulheres estão de acordo com a maior proporção de mulheres que emigraram após outro elemento do agregado familiar (45,4% “contra” 29,8% dos homens), em geral o marido (62,4%).

Os meios financeiros necessários à migração foram, em geral, obtidos através de poupanças pessoais e/ou familiares e, em segundo lugar, pelo recurso à ajuda de familiares. Na amostra total, 50% dos inquiridos afirmaram que o dinheiro necessário para emigrar adveio de poupanças pessoais ou familiares. Os restantes recorreram a empréstimos sendo o mais frequente o recurso a empréstimos de familiares (29%) e amigos (15%). É de salientar que 8% recorreram a empréstimos bancários ou similares. Dos que responderam ter tido um período de poupança 36% pouparam entre 1 e 6 meses, 19% entre 6 meses e um ano, 45% mais de um ano.

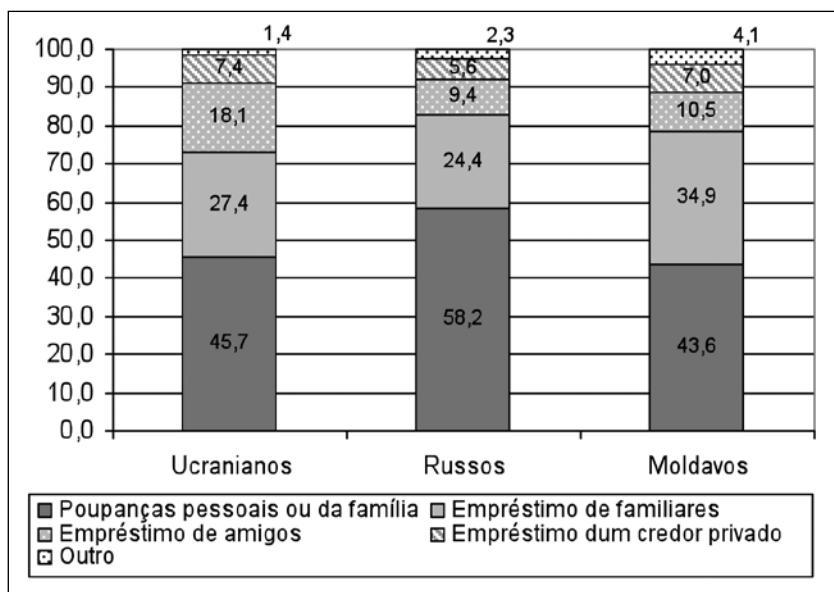
Uma percentagem significativa de migrantes ucranianos recorreu, ainda, a empréstimos de amigos, diferenciando-se, deste modo, dos outros dois grupos de imigrantes que obtiveram os meios materiais para a migração quase exclusivamente no interior do quadro familiar.

42 $\chi^2(2, 903) = 19,833, p < 0,001$.

43 $\chi^2(2, 896) = 5,186, p > 0,05$.

FIGURA 3.2

Modo de obtenção do dinheiro para a migração (%)



Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Em relação ao tempo que os migrantes ou os seus familiares levaram a poupar o dinheiro necessário para a migração, é possível verificar uma diferença assinalável entre os imigrantes ucranianos e russos, por um lado, e os imigrantes moldavos, por outro. Uma forte proporção dos primeiros afirmaram terem despendido o máximo de seis meses na poupança do dinheiro necessário à migração (37,3% dos ucranianos e 44,3% dos russos afirmaram terem demorado entre o e 6 meses para a obtenção do dinheiro), enquanto os segundos indicaram terem necessitado de um prazo superior a um ano para pouparem o dinheiro (71,8% dos moldavos demoraram mais de um ano a reunir os meios financeiros necessários à migração). Estes dados encontram-se em conformidade com o menor nível de rendimento no país de origem declarado pelos imigrantes moldavos e justificam, de certo modo, o maior recurso deste grupo a empréstimos de familiares e a outras formas de financiamento (venda de bens próprios, por exemplo).

2.6. Preparação e entrada em Portugal

Quanto a contactos prévios em Portugal, 30% tinha já familiares em Portugal, 35% tinha amigos ou conhecidos e 34% não possuía nenhum contacto em Portugal. Destaca-se a ausência de contactos em Portugal antes da partida dos seus países de origem como um aspecto comum a, aproximadamente, um terço dos imigrantes inquiridos. Os imigrantes russos surgem neste caso como os mais desprovidos de uma rede de apoio à migração e à inserção na sociedade portuguesa (43,4% dos russos afirmaram não possuírem nenhum contacto em Portugal aquando da migração). Quanto aos que afirmaram possuir contactos em Portugal antes de emigrarem, a maioria destes contactos refere-se a familiares (particularmente salientes nos inquiridos moldavos) e a amigos e conhecidos (referidos em especial pelos inquiridos ucranianos) (Quadro 3.9), ou seja, a elementos que tradicionalmente são referidos como partes integrantes de redes migratórias.

QUADRO 3.9

Contactos em Portugal antes da emigração (%)

	Nacionalidade			Total
	Ucranianos n=529	Russos n=198	Moldavos n=156	
Familiares	42,1	49,1	53,8	45,6
Amigos e conhecidos	57,2	50,0	42,3	53,2
Outros contactos	0,6	0,9	3,8	1,2
Total com contactos em Portugal	68,6	56,6	66,7	65,6
Sem contactos em Portugal	31,4	43,4	33,3	34,4

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

A existência de contactos informais com familiares e amigos já presentes em Portugal, não foi, contudo, suficiente para a concretização do projecto migratório do inquirido. Com efeito, se analisarmos as respostas dadas à questão sobre a ajuda recebida para entrar em Portugal concluímos que a maioria dos imigrantes das três nacionalidades inquiridas teve que recorrer a uma agência de viagens, isto é, a contactos de natureza mais formal, para conseguir entrar em Portugal. O recurso a estes intermediários formais ultrapassa em larga escala o recurso às estruturas sociais dos imigrantes, sendo particularmente saliente nos originários da Ucrânia e da Rússia (respectivamente, 80% e 82,5% dos que recorreram a uma ajuda externa para efectivar a emigração) e ligeiramente menor nos originários da Moldávia (71,8%). Estes resultados indiciam que a rede migratória ainda não se encontrava suficientemente estruturada para possibilitar, por si só, a autossustentação do fluxo migratório, tendo, por isso, sido necessário utilizar estruturas formalmente organizadas (por exemplo, agências de viagens) com o objectivo de possibilitar a emigração ucraniana, russa e moldava para Portugal. Os familiares e os amigos e conhecidos assumem, deste modo, uma função de intermediação indirecta entre o desejo de emigrar e a concretização dessa mesma pretensão, contribuindo para, à semelhança do que sucede na generalidade dos fluxos migratórios, transmitir ao potencial emigrante informação sobre as oportunidades disponíveis em Portugal e sobre as formas de concretização do projecto migratório. A sua acção parece, contudo, esgotar-se (na primeira fase do processo migratório) na função informativa, não sendo suficiente para a efectiva concretização do movimento migratório (como se verá adiante, a função de intermediação indirecta dos familiares e amigos sofre, face à inoperabilidade das estruturas formais no país de acolhimento, uma profunda transformação após a chegada do emigrante a Portugal).

QUADRO 3.10

Utilização remunerada de mediadores, por tipo de mediador (%)

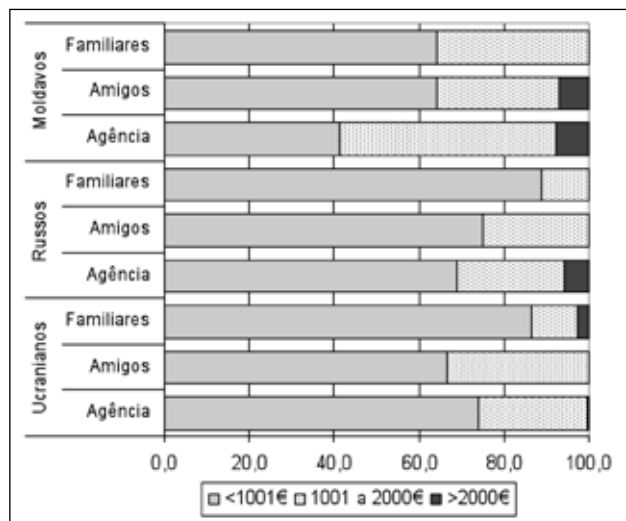
	Nacionalidade			Total n=726
	Ucranianos n=443	Russos n=160	Moldavos n=123	
Agências de viagens	81,9	86,3	74,8	81,7
Familiares	8,4	5,6	11,4	8,3
Amigos e conhecidos	8,7	7,5	11,4	8,9
Outros	0,9	0,6	2,4	1,1

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

A utilização de estruturas formais ou informais para a efectivação da migração envolveu, quase sempre, uma retribuição financeira por parte do emigrante, particularmente evidente no caso do recurso às agências de viagens. A este respeito os imigrantes das três nacionalidades apresentam um comportamento idêntico, embora seja possível notar que ao maior recurso dos migrantes moldavos às estruturas de apoio informal corresponde, também, uma maior retribuição a esse tipo de estrutura. O maior recurso aos familiares, amigos e conhecidos por parte dos moldavos não teve, contudo, o efeito de diminuir os custos associados à emigração, sendo possível constatar que, em média, este grupo de imigrantes teve que pagar um valor superior ao pago pelos ucranianos e pelos russos (respectivamente, 1281,3€, 869,7€ e 999,3€). A diferença entre o investimento feito pelos emigrantes moldavos e o realizado pelos outros dois grupos de nacionalidades é particularmente significativo se atendermos a que, como referido atrás, se trata do grupo que auferia no país de origem as menores remunerações mensais médias. A principal razão para a maior onerosidade do movimento migratório dos moldavos parece encontrar-se nos preços praticados pelas agências de viagens. Enquanto, aproximadamente, 70% dos migrantes da Ucrânia e da Rússia pagaram às agências de viagens até 1.000€, 58,7% dos moldavos tiveram de suportar custos superiores a este valor (Figura 3.3).

FIGURA 3.3

Valor pago ao mediador, por tipo de mediador (%)



Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Quanto aos serviços incluídos no pagamento efectuado, verifica-se que, quer isoladamente, quer em conjunto, a viagem e a obtenção dos documentos necessários à saída do país de origem, constituem os principais serviços oferecidos pelas agências de viagens aos imigrantes das três nacionalidades. Dada a inexistência de diferenças assinaláveis nos serviços incluídos no preço pago pelos três grupos de imigrantes, pode afirmar-se que os imigrantes da Moldávia pagaram um preço substancialmente superior para o mesmo tipo de serviço.

Nos casos em que os imigrantes entraram em Portugal na posse de um visto é possível notar algumas diferenças interessantes quanto à embaixada estrangeira que emitiu esse visto. Enquanto os imigrantes ucranianos obtiveram o visto maioritariamente na embaixada alemã (56,6%), os imigrantes russos e os moldavos recorreram a uma maior diversidade de representações diplomáticas estrangeiras para a obtenção do visto: entre outras, a embaixada alemã (respectivamente 28,7% e 18,9%), austríaca (4,5% e 25,9%), espanhola (15,2% e 5,6%), francesa (12,4% e 6,3%) e grega (13,5% e 4,2%). As razões para esta disparidade podem ser encontradas na

diferente presença diplomática dos países da União Europeia nos três países em estudo e, também, no eventual aproveitamento de oportunidades mais favoráveis ou já estruturadas em determinadas embaixadas.⁴⁴

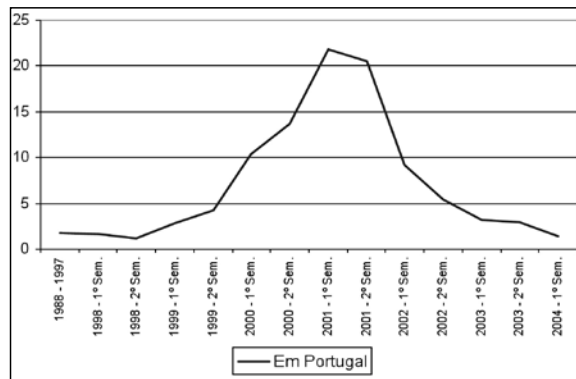
Relativamente ao meio de transporte utilizado verifica-se uma clara diferenciação entre os imigrantes ucranianos e os outros dois grupos de imigrantes. Os primeiros recorreram, sobretudo, ao autocarro ou ao minibus para chegarem a Portugal (84,2%), enquanto os imigrantes da Rússia e da Moldávia utilizaram com menor expressão aqueles meios de transporte (respectivamente, 68,4 e 67,2%) e recorreram, em maior proporção do que os ucranianos, ao transporte aéreo.⁴⁵

Para saber se os imigrantes tiveram, no decurso do seu processo migratório, alguma(s) experiência(s) negativa(s) (relacionadas, por exemplo, com a presença e actuação de máfias do Leste Europeu entre os imigrantes desta mesma origem), questionamos os nossos inquiridos sobre as suas experiências com as máfias. Os resultados obtidos, que devem ser lidos com precaução porque detectamos alguma relutância em falar deste assunto, indicam que 26% dos inquiridos teve experiências negativas com grupos de tipo mafioso. Esta experiência negativa tanto pode ter ocorrido no país de origem, como durante a viagem ou já na estadia em Portugal, ou numa combinação destes três contextos. Para um número reduzido de casos, 5%, esta experiência negativa ocorreu em todos os contextos. Os moldavos (provavelmente devido a um maior recurso às estruturas de apoio familiares para a realização do projecto migratório) registaram menos problemas com as organizações de cariz mafioso que operavam no país de origem, no percurso até ao país de destino e em Portugal⁴⁶ do que os imigrantes ucranianos e russos.

Como é possível verificar na figura seguinte, 42% dos inquiridos entrou em Portugal no decurso de 2001, o que atesta a forma concentrada e a intensidade deste movimento.

FIGURA 3.4

Semestre de Entrada em Portugal



Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

44 Por exemplo, 25,9% dos imigrantes moldavos adquiriram o visto na embaixada austríaca que, no entanto, não tem representação neste país, tendo os imigrantes de deslocar-se à Roménia para poderem obter um visto da embaixada austríaca. Por seu lado, “somente” 18,9% dos moldavos obtiveram o seu visto da embaixada alemã de Chisinau (capital da Moldávia). A elevada proporção de imigrantes ucranianos que obtiveram o seu visto na embaixada alemã de Kiev fica a dever-se ao aproveitamento por parte dos imigrantes e das agências de viagens da simplificação do procedimento de atribuição dos vistos decretada pela circular Volmer (Marques, 2008).

45 12,8% dos ucranianos, 30,4% dos russos e 26,0% dos moldavos chegaram a Portugal por via aérea.

46 19,8% dos moldavos, 26,5% dos russos e 28,3% dos ucranianos afirmaram ter tido experiências negativas com as organizações de cariz mafioso.

Como se pode ver pela forma da curva, a concentração de entradas coincide grosso modo com o período de regularização especial, que decorreu entre Janeiro e Novembro de 2001, tendo desde então decrescido. A possibilidade de obter a legalização em Portugal constitui a razão para a escolha do país por parte de, aproximadamente, um quarto dos imigrantes de cada um dos três grupos de nacionalidades.⁴⁷ Quanto a outras razões assinaladas pelos inquiridos para a escolha de Portugal pode salientar-se: a) a importância das razões económicas e a reunificação familiar para os imigrantes moldavos (respectivamente, 24,2 e 22,7%); b) a relevância de motivações indeterminadas (expressas através da afirmação de que a emigração aconteceu por acaso) e a reunificação familiar para os imigrantes russos (respectivamente, 22,6 e 20,3%); c) e a influência dos familiares e/ou amigos e a reunificação familiar para os imigrantes ucranianos (respectivamente, 21,4 e 17,3%).

Dada a forte influência da possibilidade de legalização sobre a escolha do destino migratório manifestada pelos três grupos de imigrantes, seria de esperar que uma parte substancial das entradas se tenha processado no decurso do período de regularização especial. Contudo, tal apenas se verificou no caso dos imigrantes ucranianos (49,6% do total das entradas ocorreu em 2001) e nos imigrantes russos (37,9%). No caso dos imigrantes moldavos verifica-se que o fluxo de entradas foi praticamente constante entre o primeiro semestre de 1998 e o segundo semestre de 2002, sendo, somente, interrompido por um aumento mais pronunciado no decurso do ano 2000 e no primeiro semestre de 2001.⁴⁸ Este grupo de imigrantes apresenta, ainda, a maior percentagem de entradas anteriores ao ano 2000 (27%), contrastando claramente com os imigrantes russos (12,3%) e, sobretudo, com os imigrantes ucranianos cuja entrada em Portugal antes daquele ano era pouco significativa (6,9%).

A esmagadora maioria dos inquiridos das três nacionalidades era portadora de um visto Uniforme (visto Schengen) ou de um visto de curta duração⁴⁹ e somente um pequeno número de imigrantes afirmou ter entrado em Portugal sem os documentos necessários à entrada.⁵⁰

Só uma minoria (10%) veio directamente para Portugal. A maioria entrou no espaço da União Europeia pela Alemanha (60%) ou pela Áustria (16%) tendo-se dirigido, seguidamente, para Portugal. Também só uma minoria pediu a emissão do seu visto num consulado ou embaixada portuguesa. De facto, a maioria, usando a possibilidade de circulação no espaço Schengen, pediu o seu visto numa embaixada ou consulado de um país signatário da Convenção de Schengen. De salientar que 44% de todos os vistos emitidos o foram por uma embaixada alemã.

Como seria de esperar, dado que a maior parte dos inquiridos pediu o visto de entrada numa embaixada diferente da portuguesa, o visto mais frequente de entrada foi o visto uniforme também chamado visto Schengen (58%) a que se seguiu o visto de curta duração (VVTL ou visto de turismo) (37%). Quanto ao meio de transporte utilizado a esmagadora maioria fez a viagem de autocarros ou carrinha (78%), sendo que apenas 19% veio de avião. 71% utilizaram como mediador para entrar em Portugal uma agência de viagens e apenas 8% indica ter utilizado familiares já a residir em Portugal.

Quanto ao preço pago para entrar em Portugal, este variou entre um mínimo de 120 euros e um máximo de 4800 euros. É evidente que estes preços incluíram serviços diversificados que foram desde um simples bilhete de autocarro ou carrinha do país de origem a Portugal, até à obtenção da documentação necessária para a viagem, e oferta de emprego e de alojamento em Portugal.

47 Respectivamente, 26,3%, 25,4% e 24,2% para os imigrantes ucranianos, russos e moldavos.

48 No decurso destes dois períodos entraram em Portugal 42,8% dos imigrantes moldavos.

49 95,4% dos ucranianos, 94,2% dos russos e 90,2% dos moldavos eram portadores de um destes dois tipos de visto.

50 0,8% dos ucranianos, 1,5% dos russos e 5,5% dos moldavos não tinham qualquer documento que autorizasse a sua entrada em território nacional.

Cruzando estas duas variáveis, preço pago ao intermediário e serviço oferecido obtemos o Quadro 3.11. De salientar a grande variabilidade de preços pagos pelo mesmo pacote de serviços. De facto, pelo serviço mais frequentemente prestado, isto é, viagem mais documentos, os valores pagos oscilaram entre 300 e 4800 euros, o que significa que uma parte dos inquiridos pagou preços extremamente especulativos pelo serviço contratado. Em média o preço de um simples bilhete custou 686 euros com um desvio padrão de 477 euros, viagem e documentos 910 euros com um desvio padrão de 508 euros e viagem documentos e trabalho 1239 euros com um desvio padrão de 370. Como se pode deduzir dos desvios padrões, a variabilidade dos preços do pacote incluindo só a viagem e do pacote viagem e documentos são muito maiores que o desvio padrão do último pacote viagem, documentos e trabalho.

QUADRO 3.11

Serviços incluídos no preço pago segundo o valor pago ao mediador (%)

Serviços incluídos no preço pago	Valor pago ao mediador (em euros)					Total
	100-500€	501-1000€	1001-1500€	1501-2000	> 2000€	
Viagem	16,1	2,6	2,4	0,0	11,1	4,8
Documentos	22,0	5,0	2,4	6,5	0,0	7,1
Viagem e documentos	56,8	75,2	41,0	50,0	38,9	62,0
Trabalho	0,8	0,3	0,6	2,2	0,0	0,5
Viagem e trabalho	0,0	1,0	1,8	0,0	0,0	1,0
Documentos e trabalho	0,8	1,3	1,2	0,0	0,0	1,1
Viagem, documentos e trabalho	0,0	9,7	34,9	26,1	16,7	15,0
Viagem e alojamento	0,0	0,5	0,0	2,2	0,0	0,4
Viagem, documentos e alojamento	3,4	2,3	4,2	2,2	16,7	3,3
Viagem, trabalho e alojamento	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	0,3
Viagem, documentos, alojamento e trabalho	0,0	2,1	10,2	10,9	16,7	4,5
Total	16,1	52,4	22,7	6,3	2,5	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Quanto às razões indicadas pelos inquiridos para a escolha de Portugal destacam-se as seguintes: 26% indicou ter escolhido Portugal por causa da possibilidade de legalização; 18% devido à influência de familiares ou amigos; 19% razões de reunificação familiar; 15% por razões económicas; 16% indicou ter vindo para Portugal por acaso. É de notar que mais de um quarto dos inquiridos afirmou ter escolhido Portugal devido à possibilidade de legalização, mas é igualmente interessante que 16% tenham indicado que a sua escolha foi por acaso, o que indica ter havido uma decisão de emigrar sem que contudo existisse paralelamente uma escolha de destino.

3. Estadia em Portugal

3.1. Estatuto de Residência em Portugal

A aplicação deste inquérito decorreu, como foi dito, durante o ano de 2004 o que significa que a maior parte dos nossos inquiridos (todos os entrados até Novembro de 2001) estavam em condições de ter obtido a sua legalização ao abrigo do artigo 55 do Decreto Lei 4/2001 de 10 de Janeiro. De facto, 47% dos inquiridos indicou ter uma autorização de permanência; 16% indicou ter um visto de trabalho (esta indicação é estranha porque o visto de trabalho só pode ser emitido por uma embaixada ou consulado português e apenas 7% disse ter um visto emitido por uma embaixada portuguesa, pelo que pensamos ter havido confusão na resposta dada); 14% não tinha qualquer documento de permanência legal e 8% aguardava resolução do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Estas percentagens de indivíduos com a situação irregular estão de acordo com a percentagem de indivíduos que entrou em Portugal depois de Novembro de 2001, ou seja, depois do fim da regularização especial (22%). Outro facto interessante sobre este fluxo é que 98% entrou em Portugal com um visto válido para esse fim e apenas 2% entrou irregularmente. Ora depois de estar em Portugal o que aconteceu foi que uma parte substancial do fluxo permaneceu irregularmente no país, aproximadamente todos aqueles que entraram depois de Novembro de 2001.

Com o decorrer da estadia do imigrante em território nacional deteriora-se a sua situação legal, registando-se um aumento significativo daqueles que se encontram em Portugal sem os necessários documentos legais. Esta deterioração da situação legal é comum aos três grupos de imigrantes, atingindo os 12,2% no caso dos ucranianos, 15,6% nos russos e 17,2% nos moldavos. Se a estes valores adicionarmos aqueles cujos processos ainda aguardam a resolução do SEF (e que, por isso, se encontram igualmente numa situação de forte insegurança), pode notar-se que, aproximadamente, 20% dos ucranianos e dos moldavos e 26% dos russos se encontram em Portugal numa situação de elevada instabilidade legal.

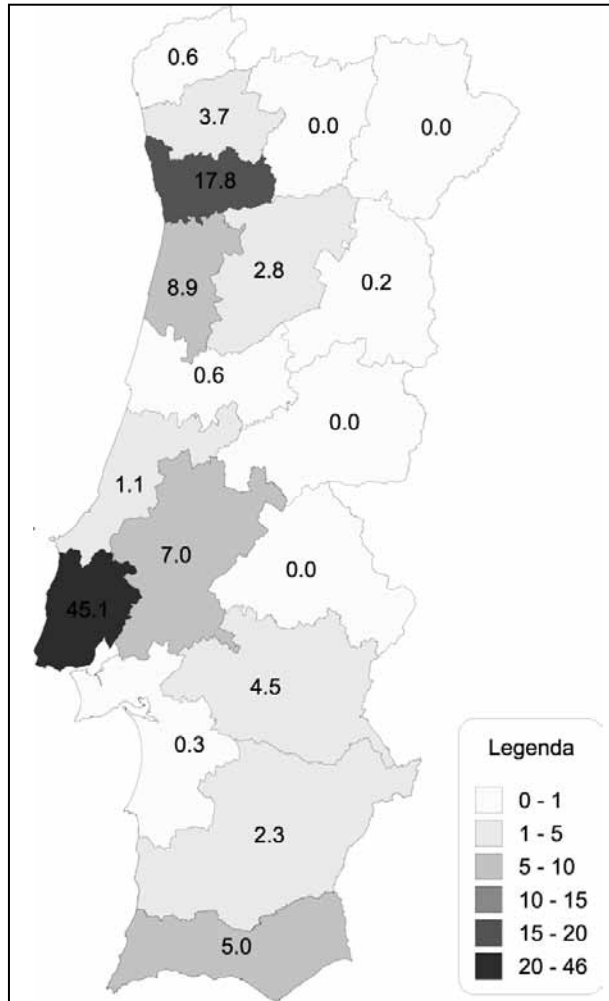
3.2. Distribuição geográfica em Portugal

Como se sabe os imigrantes em Portugal concentram-se esmagadoramente nos distritos de Lisboa e Setúbal. Em relação ao fluxo do Leste Europeu tal concentração não é tão significativa, ou seja, esta população encontra-se muito mais dispersa pelo território. Em trabalhos anteriores já referimos este facto que, a nosso ver, demonstra não estarmos perante uma emigração em cadeia baseada em redes migratórias de familiares de amigos ou de conterrâneos, mas sim perante um fluxo organizado por redes formais de mediadores que, numa parte significativa dos casos, colocaram os imigrantes no seu primeiro trabalho, dispersando-os pelos locais em que essa mão-de-obra era necessária.

Assim 45% residia em Lisboa; 18% no Porto; 9% em Aveiro; 7% em Santarém; 5% em Évora; 5% em Faro; e os restantes 11% em outros distritos do continente. Como se pode ver pelo mapa que se segue trata-se duma população muito mais dispersa do que a de outros grupos imigrantes presentes em Portugal. É de notar, ainda, que pelo menos 40% mudou de distrito de residência entre o momento de chegada a Portugal e o momento do inquérito, o que significa mais uma vez uma especificidade desta população. De facto, a mobilidade interna dos imigrantes do Leste Europeu é também superior à dos outros grupos imigrantes. Pensamos que tal facto se fica a dever à maior flexibilidade desta mão-de-obra para seguir as oportunidades de trabalho que vão surgindo ou de que vão tendo conhecimento.

FIGURA 3.5

Distribuição regional dos inquiridos (%)

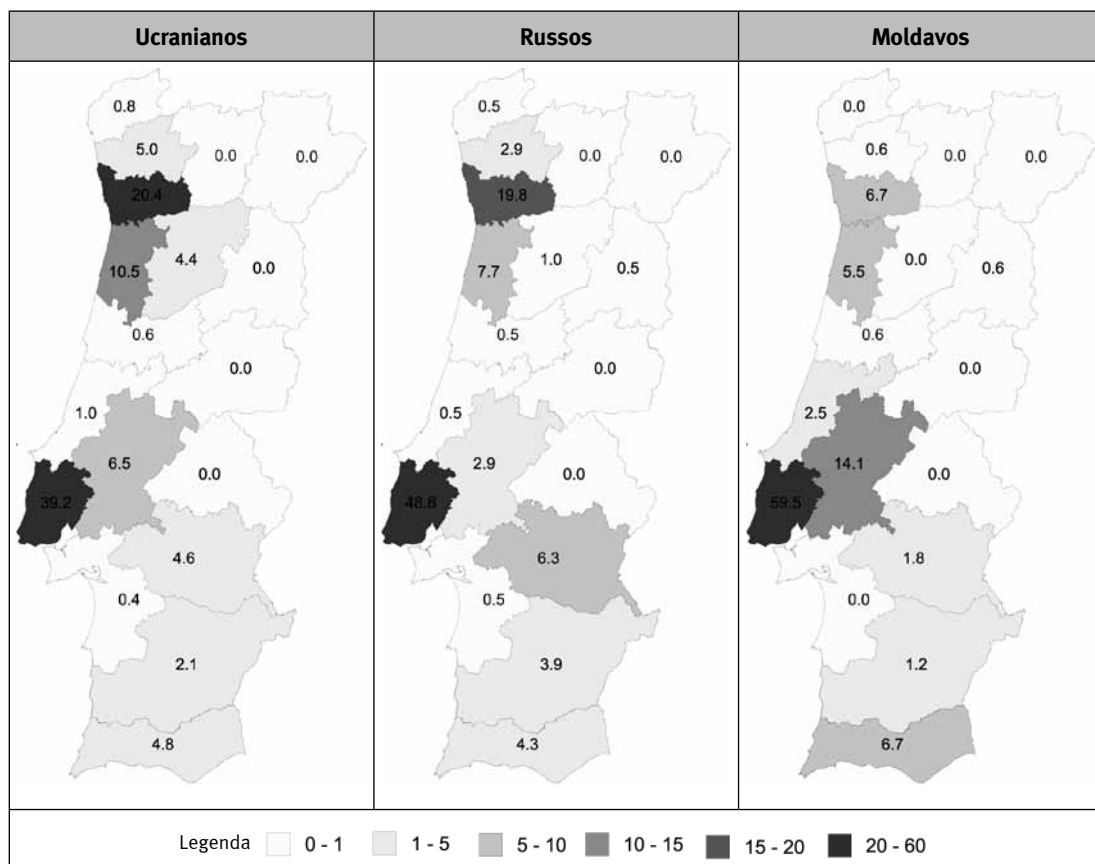


Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

A distribuição dos três grupos de imigrantes inquiridos pelo território nacional apresenta algumas diferenças que importa assinalar. Enquanto os migrantes moldavos se concentram com maior preponderância nos distritos de Lisboa (59,5%) e Santarém (14,1%), os migrantes ucranianos e russos registam, comparativamente com os moldavos, uma menor proporção de residentes no distrito de Lisboa (respectivamente, 39,2 e 48,8%) e uma maior percentagem de residentes no distrito do Porto (20,4 e 19,8%, respectivamente) (Figura 3.6). Nos restantes distritos do continente a presença de imigrantes das três nacionalidades é, à excepção dos distritos de Aveiro, Évora e Faro, pouco significativa e sensivelmente semelhante.

FIGURA 3.6

Distribuição geográfica dos imigrantes ucranianos, russos e moldavos (%)



Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

3.3. *Trajectórias Profissionais e Económicas*

Em termos de contactos para encontrar o primeiro emprego em Portugal, verificam-se duas situações particularmente relevantes: a primeira é que uma parte substancial dos inquiridos (39%) indicou ter obtido esse primeiro emprego através de compatriotas; a segunda está relacionada com o facto de uma parte substancial ter indicado que o primeiro emprego foi arranjado por uma agência de viagens no país de origem (9%) ou por um angariador da comunidade imigrante (6%), ou seja, pelo menos 15% dos inquiridos ter pago para arranjar o primeiro emprego em Portugal. É de notar que 23% dos inquiridos indicou ter pago a um mediador no seu país para arranjar o primeiro emprego em Portugal. A diferença entre os que pagaram no país de origem por uma colocação no mercado de trabalho nacional e os que obtiveram de facto esse emprego em Portugal é de 14%, o que parece indicar que muitos pagaram no seu país por um serviço que não receberam aquando da chegada a Portugal. No quadro seguinte sumariamos as várias formas utilizadas pelos imigrantes para arranjar o primeiro emprego.

QUADRO 3.12

Forma de arranjar o primeiro emprego em Portugal

Tipo de contacto	N	%
O próprio encontrou o trabalho	107	11,7
Ajuda de uma agência de viagem no país de origem	78	8,5
Ajuda de uma pessoa portuguesa	68	7,4
Ajuda de familiares a viver em Portugal	194	21,2
Compatriotas a viverem em Portugal	341	37,3
Angariador da comunidade imigrantes	48	5,3
Ajuda de uma associação ou IPSS	11	1,2
Outro	22	2,4
Não Respostas	44	4,8

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Numa análise por diferentes nacionalidades verifica-se que os imigrantes ucranianos e moldavos obtiveram o seu primeiro emprego, sobretudo, através do recurso às redes informais do próprio grupo de imigrantes (isto é, familiares e compatriotas já a viver em Portugal)⁵¹ que, como sabido, tendem a promover a inserção dos imigrantes em sectores de actividade e em profissões específicas sobre as quais a rede de conhecimentos do imigrante dispõe de maior informação (Pohjola, 1991). Os imigrantes russos, para além de, também, terem recebido um forte apoio destas estruturas informais, obtiveram em maior proporção do que os outros dois grupos de imigrantes a ajuda de estruturas de apoio formais ou de cidadãos portugueses.⁵² Este resultado encontra-se relacionado com o facto dos imigrantes russos terem, em menor grau do que os outros dois grupos de imigrantes, afirmado que não possuíam nenhum contacto em Portugal antes de emigrarem (cf. atrás). O cruzamento destas duas variáveis permite confirmar a afirmação precedente, mostrando que a acção das agências de viagens no país de origem e a ajuda de cidadãos portugueses é mais significativa no caso dos imigrantes que não possuíam nenhum contacto em Portugal, sendo, em conjunto, responsáveis pela colocação de 21,0% dos ucranianos, 38,1% dos russos e 28% dos moldavos que entraram em Portugal sem disporem de alguém conhecido no país.

Sabia-se por trabalhos anteriores (Baganha, Marques e Góis, 2004; Ferreira, Rato e Mortágua, 2005; Inspeção-Geral do Trabalho, Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2002; Pires, 2002) que, tal como os imigrantes dos PALOP, também os imigrantes do Leste Europeu tinham, na maior parte dos casos, entrado no mercado de trabalho nacional através do sector da construção civil e obras públicas. Os resultados do presente inquérito confirmam os resultados anteriormente apresentados. De facto a distribuição por sectores económicos foi a que a seguir se indica:

51 64,3% dos imigrantes ucranianos, 62,8% dos moldavos e 53,3% dos russos obtiveram o seu primeiro emprego em Portugal através destes dois tipos de mediadores.

52 Respectivamente 13,7%, 7,2% e 8,8% dos imigrantes russos, ucranianos e moldavos obtiveram o seu emprego inicial através de uma agência de viagens no seu país de origem. A ajuda de cidadãos portugueses na obtenção do primeiro emprego foi referida por 14,7% dos russos, 5,3% dos ucranianos e 7,5% dos moldavos.

QUADRO 3.13

Sector de actividade no momento da entrada em Portugal

Sector de actividade	N	%
Agricultura e Pesca	57	6,4
Indústria Transformadora	97	11,0
Construção Civil	370	41,8
Comércio	25	2,8
Alojamento e Restauração	38	4,3
Serviços	191	21,6
Actividades Pessoais e Domésticas	69	7,8
Outro	38	4,3
Total	885	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Em termos de distribuição por sectores os imigrantes do Leste Europeu apresentam algumas especificidades quando comparados com os restantes grupos de imigrantes. Assim, estão presentes na agricultura ainda que em números relativamente baixos e têm uma presença considerável na indústria transformadora sector que até esta altura captava uma reduzida mão-de-obra imigrante. Os dois sectores em que a concentração de efectivos é maior, construção civil e serviços, são sectores que tradicionalmente absorvem a maioria dos trabalhadores imigrantes.

Se o mesmo padrão de inserção laboral é possível de ser verificado nos três grupos que formam o conjunto dos imigrantes da Europa de Leste inquiridos, há, contudo, diferenças na proporção com que cada um destes grupos se integrou nos diferentes sectores de actividade. Assim, os imigrantes russos registam uma menor concentração no sector da construção civil do que os imigrantes ucranianos e moldavos e uma maior presença no sector dos serviços e das actividades pessoais e domésticas (Quadro 3.14). Estas dissemelhanças poderão ser o resultado da diferente importância que as modalidades de obtenção de emprego assumem em cada um dos grupos de imigrantes.

QUADRO 3.14

Sector de actividade de inserção inicial dos imigrantes (%)

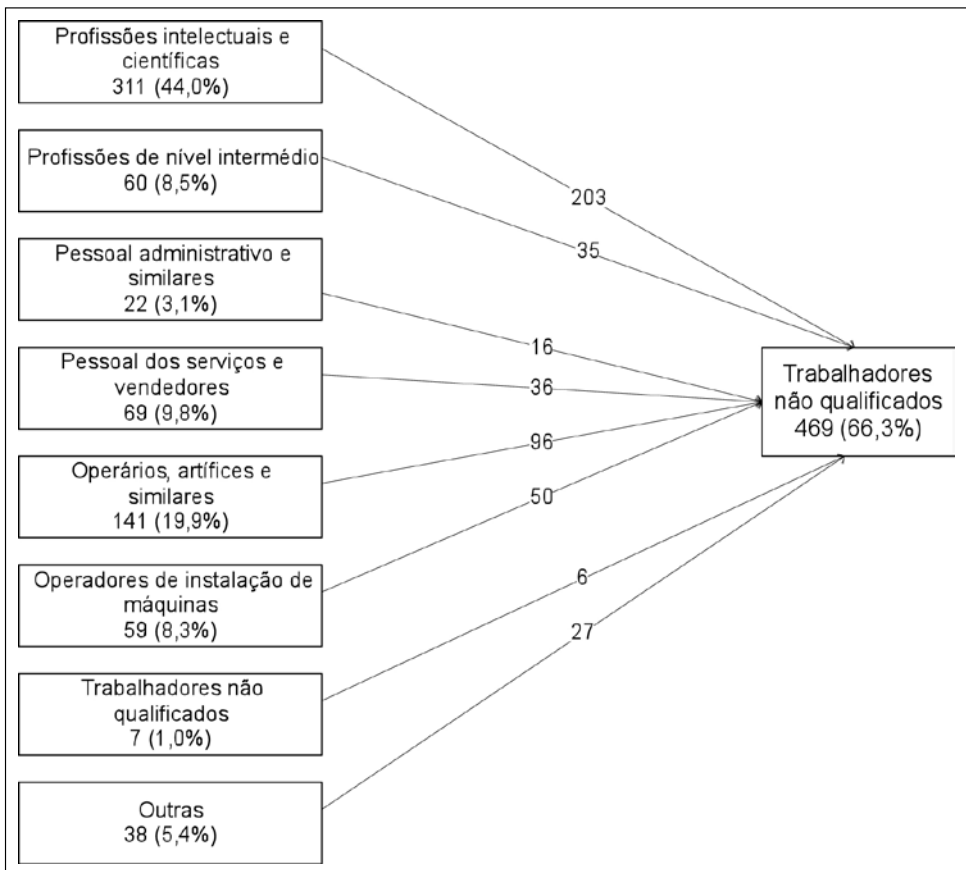
Sector de actividade	Nacionalidade			Total n=885
	Ucranianos n=522	Russos n=203	Moldavos n=160	
Agricultura e Pesca	6,3	5,9	7,5	6,4
Indústria Transformadora	12,8	7,9	8,8	11,0
Construção Civil	44,1	33,0	45,6	41,8
Comércio	3,3	3,4	0,6	2,8
Alojamento e Restauração	4,2	3,4	5,6	4,3
Serviços	19,2	28,1	21,3	21,6
Actividades Pessoais e Domésticas	5,6	13,8	7,5	7,8
Outro	4,6	4,4	3,1	4,3

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

A distribuição por grandes grupos profissionais, que a seguir se indica, demonstra que a esmagadora maioria (66%) exerciam ocupações não qualificadas e 15% que eram operários, artífices ou trabalhadores similares. O facto mais marcante desta distribuição é a enorme desqualificação profissional que estes imigrantes sofreram com a entrada no mercado de trabalho nacional (Quadro 3.14). De facto, e como o diagrama de fluxos indica, os trabalhadores qualificados ou altamente qualificados nos seus países de origem não conseguiram transferir as suas qualificações e conhecimentos para o mercado de trabalho nacional.

FIGURA 3.7

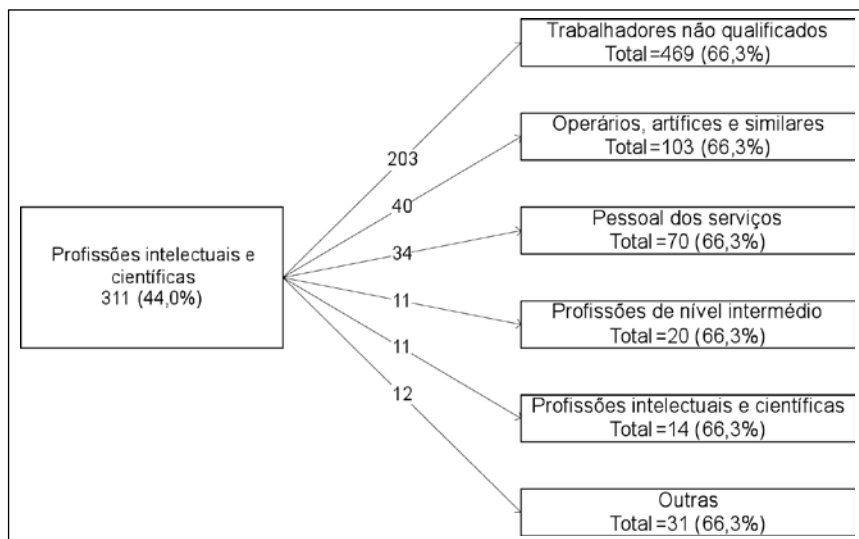
Mobilidade entre a profissão no país de origem e a profissão aquando da chegada a Portugal



Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

FIGURA 3.8

Profissão no momento da chegada a Portugal dos inquiridos que no país de origem exerciam profissões intelectuais e científicas



Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Em termos de profissão de inserção aquando da chegada a Portugal, verifica-se que o processo de desqualificação profissional é comum aos três grupos de imigrantes em análise, verificando-se a sua concentração no conjunto das profissões não qualificadas. Os imigrantes moldavos parecem ter sido particularmente afectados por este processo de desqualificação, dado que passam a ser o grupo nacional com menor percentagem de activos nas profissões intelectuais e científicas e nas profissões de nível intermédio e, simultaneamente, a apresentar a maior proporção de trabalhadores não qualificados (Quadro 3.15).

QUADRO 3.15

Profissão dos imigrantes após a chegada a Portugal (%)

Sector de actividade	Nacionalidade			Total n=778
	Ucranianos n=463	Russos n=181	Moldavos n=134	
Profissões intelectuais e científicas	1,9	2,8	0,0	1,8
Profissões de nível intermédio	2,2	6,1	0,7	2,8
Pessoal dos serviços e vendedores	8,2	14,4	10,4	10,0
Operários, artífices e trabalhadores similares	17,5	9,4	12,7	14,8
Operadores de instalação de máquinas	4,3	2,8	3,7	3,9
Trabalhadores não qualificados	65,2	63,2	71,6	65,9
Outros grupos profissionais	0,7	1,3	0,8	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

3.4. Situação Actual

87% dos inquiridos encontravam-se empregados no momento do inquérito, 10% estavam desempregados e 3% eram inactivos. A elevada percentagem de desempregados, superior à média nacional, está relacionada com o facto de a maioria destes imigrantes estar inserida no sector da construção civil e obras públicas, sector que estava a ser altamente atingido pela recessão económica em 2004, ano em que decorreu o inquérito.

Enquanto na procura do primeiro emprego se notava uma relativa dependência de angariadores de mão-de-obra ou das agências de viagens do país de origem, na procura do emprego actual verifica-se uma maior independência desses mecanismos. Assim, enquanto que na procura do primeiro emprego estas situações representavam 15% agora representam apenas 6%. Esta maior independência do imigrante nota-se também pelo facto de 38% ter encontrado o actual emprego por si próprio. Tal como na procura do primeiro emprego, também agora se continua a verificar uma relativa importância dos mecanismos de apoio e dos canais de informação informais dentro do próprio grupo imigrante. Assim, 35% declarou ter obtido o actual emprego através de conhecidos da mesma nacionalidade ou familiares. Finalmente, há que registar um ligeiro aumento (de 8 para 13%) no número de imigrantes que conseguiram o actual emprego através de portugueses.

O recurso a modalidades de acesso ao emprego mais individuais e voltadas para o exterior da comunidade migrante é uma característica comum às três nacionalidades inquiridas. O recurso a estas modalidades de obtenção de emprego é particularmente saliente no caso dos imigrantes moldavos, em que 57,8% dos inquiridos afirmaram terem obtido o seu emprego actual por si próprios ou através da ajuda de cidadãos portugueses, o que contrasta com os 22,6% dos inquiridos da mesma nacionalidade que referiram ter obtido o seu primeiro emprego em Portugal através do recurso a estas duas formas de obtenção de emprego (Quadro 3.16).

QUADRO 3.16

Forma de obtenção do primeiro emprego e do emprego actual (%)

Forma de obtenção do emprego	Primeiro emprego				Emprego actual			
	Ucraniana n=513	Russa n=197	Moldava n=159	Total n=869	Ucraniana n=433	Russa n=157	Moldava n=135	Total n=725
Pelo próprio	12,3	10,2	15,1	12,3	36,3	38,9	42,2	37,9
Através de uma agência de viagens no país de origem	7,2	13,7	8,8	9,0	2,1	1,9	1,5	1,9
Através de portugueses	5,3	14,7	7,5	7,8	12,5	13,4	15,6	13,2
Através de familiares a viver em Portugal	22,6	17,8	27,0	22,3	9,7	7,6	14,8	10,2
Através de compatriotas a viver em Portugal	41,7	35,5	35,8	39,2	28,2	30,6	8,9	25,1
Através de angariador da comunidade imigrante	8,0	3,0	0,6	5,5	3,9	1,3	5,9	3,7
De outra forma	3,0	5,0	5,0	3,8	7,4	6,3	11,1	7,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

O aumento da percentagem de imigrantes das três nacionalidades que obtiveram o seu emprego actual de forma individual ou através do recurso a amigos e/ou conhecidos portugueses pode ser o resultado quer de uma crescente integração do conjunto dos imigrantes da Europa de Leste na sociedade portuguesa, quer da diminuição da capacidade da comunidade migrante veicular informações e contactos necessários à integração do migrante

no mercado de trabalho, quer, ainda, de “estratégias de alargamento de fronteiras” (Hirsch, 1972) por parte do imigrante de modo a alcançar um conjunto de empregos diferentes dos veiculados pela comunidade imigrante.

Na distribuição por sectores de actividade actual o factor mais relevante é a enorme descida verificada no sector da construção civil e obras públicas que aquando da entrada no mercado de trabalho concentrava 42% dos efectivos e agora concentra apenas 28%. Obviamente, esta descida está relacionada com a marcada recessão económica que este sector atravessa. De facto, dos imigrantes que entraram no mercado de trabalho por este sector, na actualidade 50% permanecem neste sector, 13% estão desempregados e os restantes mudaram de sector especialmente para o sector dos serviços. Relativamente às alterações verificadas nos outros sectores elas são pouco significativas como se pode ver pelo quadro que se segue.

QUADRO 3.17
Sectores de actividade no momento do inquérito

Sector de actividade	N	%
Agricultura e Pesca	47	6,4
Indústria Transformadora	85	11,6
Construção Civil	204	27,8
Comércio	35	4,8
Alojamento e Restauração	44	6,0
Serviços	197	26,8
Actividades Pessoais e Domésticas	60	8,2
Outro	62	8,4
Total	734	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Em termos de ocupações por grandes grupos profissionais nota-se uma descida significativa dos efectivos nas profissões não qualificadas (que passam de 66% para 38%) e um aumento dos operários, artífices e similares (que passam de 15% para 26%), dos operadores de instalação de máquinas (que passam de 4% para 10%), do pessoal de serviços e vendedores (que passa de 10% para 15%) e das profissões intelectuais e científicas (que passa de 2% para 7%). Apesar de se continuar a notar uma enorme discrepância entre as ocupações no país de origem e no de destino, verifica-se uma substancial melhoria nas ocupações detidas pelos imigrantes, nomeadamente patente no aumento significativo dos efectivos nas profissões intelectuais e científicas.

QUADRO 3.18
Profissão dos imigrantes no momento do inquérito (grandes grupos profissionais)

Grupos profissionais	N	%
Profissões intelectuais e científicas	48	7,2
Pessoal administrativo e similares	17	2,5
Pessoal dos serviços e vendedores	98	14,7
Operários, artífices e trabalhadores similares	172	25,7
Operadores de instalação de máquinas	67	10,0
Trabalhadores não qualificados	252	37,7
Outros	14	2,0
Total	668	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Com o prolongamento da estadia do imigrante em Portugal observam-se algumas alterações importantes ao nível da sua inserção no mercado de trabalho nacional. Quanto ao sector de actividade verifica-se que os imigrantes das três nacionalidades consideradas apresentavam no momento do inquérito uma estrutura ocupacional mais diversificada do que a estrutura ocupacional inicial. Com efeito, enquanto a construção civil funcionou como principal sector de inserção inicial dos imigrantes das três nacionalidades, no momento do inquérito a percentagem dos que se encontravam neste sector reduz-se substancialmente, em resultado da recessão económica experimentada por este sector de actividade. Esta redução verifica-se nos três grupos de imigrantes, sendo, porém, particularmente intensa entre os imigrantes originários da Rússia e da Moldávia (ambos os grupos registam uma redução de, aproximadamente, 40% no total de efectivos no sector da construção civil) e menor no caso dos imigrantes originários da Ucrânia (que apresentam uma diminuição de 28%). Os principais sectores de actividade privilegiados com a redução dos efectivos no sector da construção civil, são o sector dos serviços no caso dos imigrantes ucranianos e russos e a categoria residual dos outros sectores (e dentro desta categoria, o sector dos transportes, armazenagem e comunicações) no caso dos imigrantes moldavos. As alterações nos outros sectores de actividade não apresentam alterações significativas em relação ao momento de entrada conforme se pode ver através da comparação dos dados do Quadro 3.17 com os dados da tabela seguinte.

QUADRO 3.19

Sector de actividade dos imigrantes no momento do inquérito (%)

Sector de actividade	Nacionalidade			Total n=734
	Ucranianos n=437	Russos n=159	Moldavos n=138	
Agricultura e Pesca	6,6	9,4	2,2	6,4
Indústria Transformadora	13,3	8,8	9,4	11,6
Construção Civil	31,8	17,6	26,8	27,8
Comércio	4,8	5,7	3,6	4,8
Alojamento e Restauração	6,9	3,1	6,5	6,0
Serviços	24,3	32,1	29,0	26,8
Actividades Pessoais e Domésticas	5,9	16,4	5,8	8,2
Outro	6,4	6,9	16,7	8,4

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Um dado importante que emerge, ainda, da comparação das duas últimas tabelas é a redução do número de activos entre o momento de entrada e o momento do inquérito devido ao aumento do desemprego. Esta redução é comum aos três grupos de imigrantes, sendo, contudo, particularmente evidente no caso dos imigrantes russos que registam uma diminuição de 21,7% dos activos entre a data de entrada e 2004.⁵³

A análise das ocupações dos imigrantes por grandes grupos profissionais mostra que, apesar de se manter uma elevada discrepância entre a profissão exercida no país de origem e no país de destino, os três grupos de imigrantes apresentam uma ligeira aproximação às profissões detidas antes de emigrarem. Assim, enquanto entre a ocupação na origem e a primeira ocupação em Portugal os valores do índice de dissemelhança⁵⁴

53 Os imigrantes da Ucrânia registam uma redução de 16,3% e os da Moldávia diminuem 13,7%.

54 Utiliza-se aqui o índice de dissemelhança de Duncan e Duncan (1955a e 1955b), o qual neste caso mede o grau de afastamento ou ajustamento entre as estruturas profissionais dos imigrantes no seu país de origem e no país de destino. Os valores do índice variam entre 0 e 1, correspondendo estes dois limites, respectivamente, a um perfeito ajustamento e a um total afastamento das duas estruturas profissionais consideradas.

eram de 0,64 para os ucranianos, 0,69 para os russos e 0,75 para os moldavos, entre a ocupação no país de origem e a ocupação actual os valores do índice reduzem-se para, respectivamente, 0,49, 0,49 e 0,53. Para esta diminuição da diferença entre a profissão original e a profissão actual contribuiu decisivamente quer a forte redução dos imigrantes activos em ocupações não qualificadas, quer o aumento dos efectivos nas profissões intelectuais e científicas, dos operadores de instalação de máquinas e dos operários, artífices e trabalhadores similares (Quadro 3.20). Estas modificações na estrutura profissional dos imigrantes verificam-se nos três grupos de imigrantes, embora seja possível assinalar que nalguns grupos de profissões as alterações foram mais intensas para determinados grupos de imigrantes. Assim, por exemplo, relativamente aos trabalhadores não qualificados e aos operadores de instalações de máquinas verifica-se que os imigrantes moldavos são os que no conjunto dos imigrantes apresentam a maior variação entre a primeira e a actual ocupação em Portugal. Relativamente aos operários, artífices e trabalhadores similares verifica-se que a maior variação é registada pelos imigrantes da Ucrânia e da Rússia.

QUADRO 3.20

Profissão dos imigrantes no momento do inquérito (%)

Grandes Grupos Profissionais	Nacionalidade			Total N=668
	Ucranianos n=404	Russos n=141	Moldavos n=123	
Profissões intelectuais e científicas	5,9	10,6	7,3	7,2
Profissões de nível intermédio	2,0	3,5	0,0	1,9
Pessoal dos Serviços e Vendedores	11,6	18,4	20,3	14,7
Operários, artífices e trabalhadores similares	30,0	18,4	20,3	25,7
Operadores de instalação de máquinas	7,9	9,9	17,1	10,0
Trabalhadores não qualificados	41,1	34,8	30,1	37,7
Outros grupos profissionais	1,5	4,4	4,9	2,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Independentemente desta ténue aproximação à estrutura ocupacional dos imigrantes nos seus países de origem, é de realçar que a estrutura ocupacional actual dos imigrantes continua a não se encontrar, maioritariamente, relacionada quer com as habilitações escolares, quer com a experiência profissional adquirida pelos imigrantes nos seus países de origem. A tendência geral é para os imigrantes da Europa de Leste ocuparem posições profissionais em Portugal menos qualificadas do que aquelas que ocupavam nos seus países de origem. Regista-se, deste modo, um padrão de participação dos imigrantes da Europa do Leste no mercado de trabalho português já identificado no inquérito realizado em 2002 que assenta num processo de desqualificação das qualificações originais do imigrante.

Outro dado sobre a inserção laboral dos imigrantes refere-se ao exercício de uma segunda actividade. Dos inquiridos, 27% afirmaram exercer outra actividade, geralmente no mesmo sector em que desempenham a sua actividade principal. Assim, por exemplo, dos que tinham uma segunda actividade na construção civil 72% desempenham a sua principal actividade no mesmo sector.

Dos inquiridos empregados no momento do inquérito, 83% afirmou ter contrato escrito, os restantes 17% afirmaram não ter qualquer contrato. A distribuição por tipo de contrato era a seguinte:

QUADRO 3.21

Tipo de contrato de trabalho detido pelos imigrantes

Tipo de contrato	N	%
Contrato permanente	246	39,2
Contrato temporário	360	57,3
Trabalhador por conta própria	11	1,8
Outro	11	1,8
Total	628	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Do tipo de contrato dominante deduz-se haver uma grande precarização da relação laboral. 57% possui um contrato temporário, uma percentagem muito superior à dos trabalhadores nacionais que em 2004 apenas abrangia 15% dos trabalhadores por conta de outrem (INE, Indicadores Sociais, 2004). Em termos de horário de trabalho, 9% trabalha menos do que 35 horas semanais, 42% trabalha entre 36 e 40 horas semanais, 22% trabalha entre 41 e 45 horas semanais e 28% trabalha mais do que 45 horas. Claramente estamos perante horários particularmente longos, que em parte se explicam por uma percentagem significativa (27 %) exercer mais do que uma actividade.

Em termos salariais a maioria (60%) recebe entre 360 e 600 euros, sendo que a média é 627 e o desvio padrão é 313, o que indica existirem grandes assimetrias nesta variável. Tendo em conta que 55% dos inquiridos declara fazer horas extras e que, como referido, 27% exerce uma segunda actividade, apesar dos longos horários de trabalho, quando comparado com o salário médio nacional dos trabalhadores por conta de outrem, nota-se que os imigrantes auferem um salário médio que é, aproximadamente, 300 euros inferior à média nacional - 921,6 euros (DGEEP, Inquéritos aos Ganhos e Duração do Trabalho, 2004). A distribuição dos salários auferidos é a seguinte:

QUADRO 3.22

Salário auferido pelos imigrantes (em euros)

Categorias salariais	N	%
120,00 – 360,00 €	29	4,3
360,01 – 600,00 €	403	59,3
600,01 – 840,00 €	165	24,3
840,01 – 1080,00 €	54	7,9
1080,01 – 1320,00 €	12	1,8
Mais de 1320,00 €	17	2,5
Total	680	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Dos inquiridos a exercer uma actividade a esmagadora maioria (80%) desconta para a segurança social. Quanto aos que não descontam 40% diz que o não faz porque o patrão não quer e 8% porque o próprio não quer. Os restantes 52% indicam outras razões. Quanto à situação fiscal, 69% indica ter efectuado os pagamentos devidos. Dos 31% que não realizam os pagamentos devidos, 36% dizem não

o fazer porque o empregador não quer, 20% porque o próprio não quer e os restantes apresentam outras razões.

Em suma, temos que 17% não possui qualquer vínculo laboral, 20% não desconta para a segurança social e 31% não cumpre as suas obrigações fiscais. Estes três indicadores indicam diferentes formas de informalidade sendo que a relação com o estado tende a exibir maior informalidade do que a relação laboral.

Verificam-se, no entanto, algumas diferenças interessantes entre os imigrantes ucranianos, russos e moldavos (Quadro 3.23).

QUADRO 3.23

Profissão dos imigrantes no momento do inquérito (%)

Condições de trabalho	Nacionalidade			Total
	Ucranianos	Russos	Moldavos	
Existência de contrato escrito	n=469	n=165	n=138	n=772
Sim	83,2	79,4	84,1	82,5
Não	16,8	20,6	15,9	17,5
Tipo de contrato	n=384	n=129	n=115	n=628
Permanente	35,9	48,8	39,1	39,2
Temporário	61,5	43,4	59,1	57,3
Outro	2,6	7,8	1,7	3,6
Horas semanais de trabalho (em média)	n=461	n=164	n=132	n=757
até 35 horas	7,4	14,6	6,1	8,7
36 a 40 horas	43,4	40,2	37,9	41,7
41 a 45 horas	21,9	22,0	20,5	21,7
Mais de 45 horas	27,3	23,2	35,6	27,9
Salário mensal (em média)	n=407	n=150	n=123	n=680
120,00-360,00€	3,9	4,7	4,9	4,3
360,01-600,00€	60,9	61,3	51,2	59,3
600,01-840,00€	25,1	20,0	26,8	24,3
840,01-1080,00€	7,1	6,7	12,2	7,9
1080,01-1320,00€	1,5	1,3	3,3	1,8
Mais de 1320,00€	1,5	6,0	1,6	2,5

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Em termos gerais pode afirmar-se que os trabalhadores ucranianos inquiridos parecem apresentar condições de trabalho inferiores às dos seus colegas russos. Com efeito, quando comparados com os russos, os ucranianos têm uma maior proporção de contratos sem estabilidade, uma semana de trabalho com duração ligeiramente superior e salários mensais inferiores.⁵⁵ A situação dos trabalhadores moldavos situa-se entre

55 A média dos salários mensais é de 604,4□ para os ucranianos, 674,7□ para os russos e 645,9□ para os moldavos.

aqueles dois grupos de imigrantes: apresenta uma proporção de contratos temporários superior à dos russos, mas inferior (ainda que somente ligeiramente) à dos ucranianos; regista uma jornada de trabalho superior à dos imigrantes russos e ucranianos; auferem um salário mensal que, em média, se situa acima do auferido pelos ucranianos, mas abaixo do que recebem os trabalhadores russos.

3.5. Remessas para o país de origem

Todos os fluxos de trabalho promovem um contra-fluxo de remessas para o país de origem que tende a ser particularmente intenso no início do fluxo migratório. Os imigrantes de Leste não são excepção a esta regra. De facto, 60% dos inquiridos afirma enviar dinheiro para o seu país de origem. Semanalmente 42% dos imigrantes que enviam dinheiro para o seu país enviam entre 250 e 500 euros, 33% entre 101 e 250 euros e 19% entre 1 e 100 euros. Em média os envios semanais são de 279 euros, uma importância que deve representar um enorme esforço financeiro uma vez que esta população auferem, como referido atrás, em média 627 euros por mês. Os imigrantes ucranianos são os que afirmaram com maior insistência o envio de remessas para o seu país (63,0%). Trata-se de um dado interessante, uma vez que, como se acabou de referir atrás, este grupo de imigrantes é o que auferem salários mensais médios mais baixos. Por oposição, os imigrantes russos, que têm salários médios mais elevados, são os que menos afirmaram enviar dinheiro para o seu país de origem (53,4%). Os imigrantes moldavos encontram-se a este respeito na situação intermédia com 59,9 por cento dos inquiridos a indicarem realizar transferências monetárias para o seu país. Os imigrantes ucranianos, para além de serem os que mais remessas enviam para o seu país, são, também, os que, em média, enviam semanalmente quantitativos mais elevados (283,7€), ligeiramente acima dos montantes enviados pelos moldavos (279,5€) e significativamente mais do que o enviado pelos imigrantes russos (266,2€).

A forma como as remessas são enviadas varia, mas a maior parte indicou recorrer à Western Union (58%) para fazer os seus envios. É interessante notar que até à vinda destes imigrantes a Western Union não tinha uma presença significativa em Portugal e que actualmente possui uma extensa rede de filiais e de parcerias com os Correios de Portugal que se expandiu devido à presença destes imigrantes. Na captação deste negócio de transferências monetárias a Western Union beneficiou também de um *marketing* mais agressivo que a banca portuguesa uma vez que foi a primeira a anunciar e fornecer informação nas línguas nativas destes imigrantes. A Western Union sofre actualmente a competição da banca nacional, que também já promove publicidade específica para estes imigrantes, mas que na altura do inquérito ainda só conseguira captar 34% deste mercado. O envio de remessas por canais informais (nomeadamente através de amigos ou familiares) é bastante reduzido, representando apenas 3% dos envios. Facto relativamente interessante quando comparado com outros grupos imigrantes, nomeadamente o cabo-verdiano, em que os canais informais são largamente usados. As formas de envio das remessas são sensivelmente semelhantes em todos os grupos de imigrantes considerados, surgindo a empresa Western Union como a instituição privilegiada para efectuar as transferências de dinheiro dos imigrantes. O recurso a esta instituição financeira é, contudo, ligeiramente menor no caso dos imigrantes russos, os quais recorrem com maior frequência do que os restantes grupos de imigrantes às instituições bancárias. As percentagens dos que recorreram à Western Union foram: 59,1% para os ucranianos, 52,1% para os russos e 60,0% para os moldavos. Os imigrantes ucranianos, russos e moldavos que recorreram às instituições bancárias foram, respectivamente, 33,3%, 39,4% e 28%.

4. Processos de integração na sociedade portuguesa

A inserção económica dos imigrantes em Portugal constitui apenas uma das dimensões do processo de integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento. O sentido de evolução deste processo de integração poderá ser avaliado através do recurso a algumas questões que procuraram auscultar a opinião dos imigrantes relativamente às características dos empregos disponíveis e estes, conhecer as experiências de discriminação sentidas pelos próprios, reconhecer o seu grau de envolvimento com a sociedade portuguesa e perceber

as suas experiências futuras. Tratam-se de questões que, na sua maioria, não se dirigem directamente a avaliar a integração social, cultural e política dos imigrantes, mas que permitem analisar algumas das condições que poderão influenciar decisivamente a evolução daquelas formas de integração.

4.1. Opinião sobre os empregos disponíveis aos imigrantes

A percepção que os imigrantes tinham do tipo de emprego disponível para os imigrantes foi captada através de um conjunto de frases sobre as quais foi pedida uma opinião. Da análise destes resultados ressalta o seguinte. Primeiro, 61% considera que os empregos disponíveis para os imigrantes são sujos e mal pagos e 80% considera que os empregos disponíveis para os imigrantes são aqueles em que há falta de mão-de-obra. Os imigrantes ucranianos manifestam-se particularmente conscientes desta realidade (66,8%), o que poderá estar relacionado com o facto de ser também este grupo que apresenta a maior taxa de ocupação das profissões não qualificadas. Os valores dos imigrantes russos e moldavos que concordam com a afirmação de que “os empregos disponíveis para os imigrantes são sujos e mal pagos” são, respectivamente, 54,4% e 50,3%.

A afirmação de que os empregos disponíveis para os imigrantes são aqueles em que há falta de mão-de-obra merece a concordância de, aproximadamente, três quartos dos imigrantes das três nacionalidades.⁵⁶ Um elevado grau de concordância recebe, também, a afirmação de que os empregos disponíveis para os imigrantes são aqueles que os portugueses já não querem desempenhar.⁵⁷ Apesar de uma forte proporção de inquiridos exercer ocupações pouco ou nada qualificadas e mal pagas, as quais em períodos anteriores eram exercidas quase exclusivamente por imigrantes dos países africanos de expressão oficial portuguesa, não existe a percepção (por parte dos imigrantes de leste) de estarem a ocupar os empregos anteriormente ocupados por outros grupos de imigrantes e, deste modo, estarem a contribuir para a mobilidade profissional, ou para o afastamento daqueles grupos de imigrantes dos seus tradicionais locais de inserção laboral. Com efeito, quando questionados sobre se os empregos disponíveis para os imigrantes de leste eram iguais aos empregos disponíveis para os outros imigrantes, 69,7% dos ucranianos, 67,6% dos russos e 74,3% dos moldavos responderam afirmativamente.

Igualmente relevante parece-nos ser a opinião de 52% dos inquiridos que considera que os empregos disponíveis para os imigrantes não estão de acordo com as suas qualificações. Esta opinião vem apenas substanciar a enorme discrepância, já anteriormente notada, entre as qualificações académicas e profissionais da maioria destes imigrantes e as oportunidades de emprego a que têm acesso em Portugal.

QUADRO 3.24

Opinião dos inquiridos relativamente às características dos empregos disponíveis para os imigrantes (valor e percentagem dos que concordam com a afirmação proposta)

Características dos empregos disponíveis	N	%
“Os empregos disponíveis para imigrantes são compatíveis com as suas qualificações”	401	51,9
“Os empregos disponíveis para imigrantes são sujos e mal pagos”	468	60,6
“Os empregos disponíveis para imigrantes são empregos em que há falta de mão-de-obra”	607	79,8
“Os empregos disponíveis para imigrantes são empregos que os portugueses já não querem”	484	63,3

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

56 81,1% dos ucranianos, 73,8% dos russos e 88,7% dos moldavos concordaram com a afirmação proposta.

57 61,9% dos ucranianos, 61,6% dos russos e 69,1% dos moldavos concordaram com esta afirmação.

Uma análise por grupos de nacionalidades apresenta ainda outros dados relevantes. A maioria dos imigrantes ucranianos e moldavos referiram a desadequação entre a ocupação em Portugal e o seu nível de qualificação (respetivamente, 52,8 e 57,6%), enquanto os imigrantes russos manifestaram alguma indecisão (17,8%) ou concordância (37,2%) relativamente à afirmação proposta⁵⁸ para aferir a opinião dos imigrantes relativamente à adequação das ocupações exercidas com a qualificação detida. Trata-se de um resultado interessante se tivermos em consideração que os imigrantes originários da Rússia detinham, em maior proporção do que os outros dois grupos de nacionalidade, habilitações académicas de nível superior (politécnico ou universitário), sem contudo apresentarem uma estrutura ocupacional significativamente diferente da dos restantes grupos de imigrantes.

4.2. Experiências de discriminação

Questionámos também estes imigrantes sobre as suas experiências de discriminação no trabalho e nos espaços públicos. As respostas obtidas apontam para que as experiências de discriminação tendem a diminuir do trabalho para os espaços públicos. De notar que o inquérito realizado em 2002 apontava para índices de discriminação menores em todos os espaços considerados. Estes resultados estão de acordo com resultados obtidos em anteriores trabalhos em que também se verificava uma tendência decrescente da discriminação dos lugares privados para os espaços públicos (Baganha, 1996). Pensamos que tal se deve ao facto das sanções sociais serem maiores nos espaços públicos do que nos espaços privados (Vala, 1999a; Vala, 1999b).

QUADRO 3.25

Experiência de atitudes discriminatórias em diversos espaços sociais (valor e percentagem dos que responderam afirmativamente)

Espaço de discriminação	N	%
No trabalho	370	41,4
Em lojas, cafés, transportes públicos, etc.	177	20,2
Na rua	152	17,4

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Quanto às experiências de discriminação dos imigrantes é possível afirmar que, em termos gerais, os inquiridos das três nacionalidades referiram em maior proporção terem sido alvo de práticas discriminatórias no local de trabalho do que nos espaços públicos (lojas, cafés, transportes públicos, rua). Uma análise mais atenta do Quadro 3.26 permite verificar que os imigrantes ucranianos indicaram em menor proporção terem sido alvo de discriminação quer no local de trabalho, quer na rua e que as experiências de discriminação em lojas, cafés e transportes públicos são sensivelmente semelhantes para as três nacionalidades.

QUADRO 3.26

Experiência de atitudes discriminatórias em diversos espaços sociais (valor e percentagem dos que responderam afirmativamente) (%)

Local da discriminação	Nacionalidade			Total
	Ucranianos	Russos	Moldavos	
No trabalho	39,0	44,4	45,7	41,4
Em lojas, cafés, transportes públicos	20,3	19,5	20,5	20,2
Na rua	15,9	21,3	17,5	17,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

58 A afirmação sobre a qual se pedia a opinião dos inquiridos foi a seguinte: “na sua opinião os empregos disponíveis para imigrantes são compatíveis com as suas qualificações?”

4.3. Alguns indicadores de integração

Apesar desta população ter chegado há muito pouco tempo a Portugal e portanto estar ainda no início do seu processo de integração, decidimos colocar algumas questões que nos permitissem ter uma ideia da integração funcional destes imigrantes. Um dado importante para conhecer as condições de integração dos imigrantes refere-se ao seu nível de conhecimento da língua portuguesa. É através do domínio da língua que os imigrantes conseguem estabelecer e manter formas de relacionamento mais regulares, intensas e completas com os cidadãos portugueses e com as diversas instituições da sociedade portuguesa. O Quadro 3.27 apresenta o grau em que os imigrantes afirmaram dominar cada uma das três valências linguísticas inquiridas.

É interessante notar que apesar do pouco tempo de permanência em Portugal, 46% dos inquiridos afirma falar bem ou muito bem português e 40% afirma conseguir ler textos em português rapidamente. O domínio da escrita é inferior uma vez que só 18% afirma ser capaz de escrever muito ou suficientemente bem em português.

A frequência de cursos de língua portuguesa por parte de 37% dos inquiridos aponta para uma auto aprendizagem da língua por uma parte significativa deste grupo.

De facto, só 3% afirma não ser capaz de falar português e 8% de não ser capaz de escrever português. A organização destes cursos esteve a cargo de diversas organizações e instituições, de notar contudo que apenas 19% dos inquiridos que frequentaram um curso de língua portuguesa refere o Programa “Portugal Acolhe” como a entidade organizadora.

QUADRO 3.27

Competência linguística dos inquiridos

Valência linguística	N	%
Nível de fluência do português falado		
Muito bom	47	5,3
Suficientemente bom	360	40,4
Mais ou menos	459	51,5
Não consegue falar	25	2,8
Grau de rapidez na leitura do português		
Muito rápido	44	4,9
Suficientemente rápido	315	35,2
Lentamente	470	52,5
Não consegue ler	67	7,5
Nível de escrita em português		
Muito bom	20	2,2
Suficientemente bom	136	15,3
Mais ou menos	547	61,4
Não consegue escrever	188	21,1

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

À parte o forte domínio da língua portuguesa por parte da generalidade dos imigrantes inquiridos, nota-se que os de origem moldava apresentam um maior nível de domínio da língua lusa do que os restantes imigrantes (Quadro 3.28). Tal é evidente em todas as valências linguísticas inquiridas, sendo as diferenças em relação aos outros dois grupos de imigrantes superiores a 20 pontos percentuais no caso da expressão e da leitura e superior a 10 pontos no caso da escrita do português. Este maior domínio da língua do país de acolhimento por parte dos imigrantes moldavos poderá ficar a dever-se a uma maior proximidade entre a língua moldava (de origem latina) e as restantes duas línguas (de origem eslava).

QUADRO 3.28

Profissão dos imigrantes no momento do inquérito (%)

Competência linguística	Nacionalidade			Total
	Ucranianos	Russos	Moldavos	
Nível de fluência do português falado	n=526	n=204	n=161	n=891
Muito bom	2,5	6,4	13,0	5,3
Suficientemente bom	36,7	38,2	55,3	40,4
Mais ou menos	59,1	49,0	29,8	51,5
Não consegue falar	1,7	6,4	1,9	2,8
Grau de rapidez na leitura do português	n=528	n=206	n=162	n=896
Muito rápido	3,0	3,9	12,3	4,9
Suficientemente rápido	27,8	37,4	56,2	35,2
Lentamente	60,0	50,5	30,2	52,5
Não consegue ler	9,1	8,3	1,2	7,5
Nível de escrita em português	n=526	n=204	n=161	n=891
Muito bom	1,1	3,4	4,3	2,2
Suficientemente bom	10,8	16,2	28,6	15,3
Mais ou menos	66,5	55,9	51,6	61,4
Não consegue escrever	21,5	24,5	15,5	21,1

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Em todos os grupos de nacionalidades verifica-se que a auto-aprendizagem, isto é, a aprendizagem da língua portuguesa sem recurso a cursos de língua portuguesa especificamente criados para responder às necessidades deste grupo de imigrantes, assume uma forte relevância, não se notando diferenças significativas entre os grupos.⁵⁹ No caso dos imigrantes que frequentaram os cursos de língua portuguesa, verificam-se algumas diferenças interessantes quanto à instituição organizadora a que cada um dos três grupos estudados ocorreu com maior frequência. Assim, deixando de lado a categoria residual 'outras instituições', os imigrantes moldavos recorreram com maior preponderância a cursos organizados pela Igreja

59 $\chi^2(2, 893) = 2,406, p > 0,05$. 64,7% dos ucranianos, 58,6% dos russos e 61,5% dos moldavos afirmaram não ter frequentado um curso de língua portuguesa.

Católica (36,4%), os imigrantes russos frequentaram em maior proporção cursos oferecidos pelas associações de imigrantes (26,9%) e os imigrantes ucranianos recorreram, sobretudo, à Igreja Católica (24,7%) e ao programa “Portugal Acolhe” (23,5%).

O facto dos imigrantes moldavos referirem um maior nível de conhecimento do português poderá explicar que este grupo de imigrantes recorra, como referido atrás, com maior frequência aos seus próprios recursos para encontrar o seu emprego. Mas, como também se viu atrás, não é suficiente para garantir a este grupo de imigrantes uma integração no mercado de trabalho substancialmente diferente da dos outros dois grupos de imigrantes.

4.4. Participação associativa

Outro indicador que apuramos foi o grau de participação em instituições e organizações sociais e políticas. Os resultados são os que se indicam no Quadro 3.29. A principal conclusão a tirar sobre o grau de participação destes imigrantes quer em instituições ou organizações sociais e políticas é que esta participação é apenas numericamente significativa nas instituições religiosas e nos sindicatos. Atribuímos esta maior participação em instituições religiosas à necessidade de manutenção de laços de apoio e de convívio com imigrantes da região de origem. E atribuímos a maior participação nos sindicatos ao papel que estes desempenharam na legalização destes imigrantes bem como à necessidade sentida por uma parte importante destes imigrantes de resolver conflitos laborais, nomeadamente o atraso no pagamento de salários.

QUADRO 3.29

**Participação em diferentes tipos de organizações
(valor e percentagem dos que responderam afirmativamente)**

Tipo de organização	N	%
Organizações sociais ou partidos políticos portugueses	2	0,9
Organizações sociais de imigrantes ou partidos políticos que incluem imigrantes de diferentes países	14	6,2
Organizações sociais de imigrantes ou partidos políticos que incluem imigrantes do seu país de origem	25	11,0
Sindicatos	54	23,8
Comunidade religiosa/Igreja	81	35,7
Outras organizações sociais	51	22,5

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Da questão relativa à participação associativa dos imigrantes inquiridos ressalta, como já referido anteriormente, o fraco envolvimento dos imigrantes na generalidade das instituições ou organizações sociais ou políticas. Esta constatação é válida para todos os imigrantes, independentemente da sua nacionalidade. A excepção a este padrão não participativo dos imigrantes regista-se nas instituições religiosas e nos sindicatos em que os três grupos de inquiridos registam valores ligeiramente superiores aos registados nas restantes esferas de participação sugeridas (partidos políticos, organizações sociais portuguesas ou de imigrantes). É também nestas duas organizações que se observam as maiores diferenças entre os três

grupos de imigrantes, sendo os imigrantes moldavos os que referiram um maior grau de participação.⁶⁰ Se atribuirmos, como fizemos anteriormente, a maior participação nas instituições religiosas e nos sindicatos, respectivamente, à necessidade de manutenção dos laços de apoio e de convívio com os imigrantes de origem e ao papel desempenhado pelos sindicatos na legalização dos imigrantes e na resolução dos conflitos laborais, os dados relativos à participação diferencial dos três grupos de imigrantes nestas duas instituições parecem sugerir que os imigrantes moldavos sentem com mais intensidade do que os outros grupos de imigrantes esta necessidade de apoio da comunidade de origem e dos sindicatos.

4.5. Planos futuros

A maioria dos imigrantes inquiridos entende que a sua vinda para Portugal foi positiva (63%) e apenas 11% entende que foi negativa, os restantes entendem que nem ganharam nem perderam com a sua vinda para Portugal. Independentemente desta avaliação positiva apenas aproximadamente um terço dos imigrantes pretende ficar em Portugal.

Com efeito, a maioria dos inquiridos tem uma concepção temporária do seu projecto migratório. De facto, 47% afirma pretender regressar ao seu país de origem e apenas 29% pensa ficar em Portugal. É interessante notar que 7% pretende obter documentação portuguesa que lhe permita emigrar para outro país da União Europeia. Daqueles que tencionam regressar ao seu país de origem, 44% pretende regressar no curto prazo (no espaço de três anos), 33% pretende ficar até cinco anos, 6% até dez anos e 17% pretende ficar mais de dez anos.

Os imigrantes ucranianos afirmam maioritariamente o seu desejo de apenas permanecerem temporariamente em Portugal e depois regressar ao seu país de origem (54,2%), enquanto os imigrantes russos e moldavos manifestaram uma maior tendência à fixação em Portugal (respectivamente, 36% e 34,6%). Estes dois últimos grupos de imigrantes são, também, os que se encontram mais indecisos relativamente às suas perspectivas futuras (20% de cada um dos grupos).

Dos inquiridos que declararam pretender regressar ao seu país de origem, uma forte proporção dos membros de cada grupo nacional pretende fazê-lo no espaço de três anos.⁶¹ Conjugando os dados relativos aos planos futuros com os referentes ao tempo de estadia planeado, pode concluir-se que os imigrantes ucranianos apresentam projectos migratórios de natureza mais temporária e de menor duração do que os restantes dois grupos de nacionalidades: 80,6% dos imigrantes ucranianos deseja regressar ao seu país no espaço de 5 anos, enquanto que a percentagem de imigrantes russos e moldavos que exprimiram o mesmo desejo é, respectivamente, de 67,7 e 72,3%.

Conclusão

Num contexto de alargamento da União Europeia, em que um número substancial de estudos se preocupava sobretudo com os efeitos que esse alargamento teria sobre os fluxos de imigração com origem nos novos países aderentes,⁶² foi interessante verificar que a maior parte dos imigrantes que nesse período chegou a Portugal era originária de países que não faziam nem fazem (pelo menos no futuro próximo) parte do grupo de países candidatos à integração na União Europeia.

60 14,1% dos imigrantes moldavos afirmaram participar quer em sindicatos, quer em comunidades religiosas. Os valores para os imigrantes ucranianos foram, respectivamente, 4,3 e 8,7% e para os imigrantes russos os valores foram de 5,1% e 7,6%.

61 43,9% dos ucranianos, 40,3% dos russos e 46,8% dos moldavos pretendem regressar ao seu país no espaço de três anos.

62 Cf., por exemplo, Hönekopp e Werner (2000), Aleckel e Untiedt (2001).

Do ponto de vista da história recente, as raízes do recente fluxo migratório de nacionais de países da Europa de leste para Portugal têm origem num conjunto de imigrantes pioneiros que chegam a Portugal em meados dos anos 90 e após a adesão de Portugal ao Espaço Schengen. Trata-se de um período pós dissolução da União Soviética, em que o agravar da crise económico-social dos países de origem coincidiu com uma forte necessidade de mão-de-obra no mercado de trabalho português. Estes imigrantes pioneiros, poucas centenas de início,⁶³ permanecem maioritariamente ilegais no país e servem de chamariz para as várias dezenas de milhar que chegarão entre 2000 e 2002. As nacionalidades mais representadas neste grupo genérico dos imigrantes da Europa de Leste são em Dezembro de 2002, por ordem de grandeza, a Ucrânia, a Moldávia, a Roménia e a Rússia. Sob a designação geral de imigrantes da Europa de Leste incluem-se, no entanto, cidadãos de muitos outros países como a Bielorrússia, a Bulgária ou a Polónia. Numericamente o grupo mais importante é o formado por cidadãos da Ucrânia que se tornou, no espaço de dois ou três anos, a nacionalidade líder do ranking de imigrantes legalmente residente em Portugal, superando o grupo tradicionalmente maioritário constituído por cidadãos da antiga colónia portuguesa de Cabo Verde.

Referências Bibliográficas Parte I:

- ALECKE, Björn e UNTIEDT, Gerhard (2001) - "Migration aus den EU-Beitrittsländern Polen und Tschechien in die Europäische Union. Potential und regionale Verteilung", in RIEDEL, Jürgen e UNTIEDT, Gerhard (eds.), *EU-Osterweiterung und deutsche Grenzregionen*. Teilprojekte, ifo Institut für Wirtschaftsforschung, Forschungsnetzwerk Strukturentwicklung und Förderpolitik Dresden (ifo Dresden Studien 28/II), pp. 317-384.
- ARBER, Sara (1993) - "Designing samples", in GILBERT, Nigel (ed.), *Researching Social Life*, Londres, Sage Publications, pp. 68-92.
- BAGANHA, Maria I. (1996) - *Immigrants Insertion in the Informal Economy: The Portuguese Case*, First Report of the MIGRINF Project., Coimbra, CES/FEUC.
- BAGANHA, Maria I., MARQUES, José e GÓIS, Pedro (2004) - "The unforeseen wave: migration from Eastern Europe to Portugal", in BAGANHA Maria I. e FONSECA, Maria Lucinda, *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, pp. 23-39.
- BORJAS, George J. (1989), "Economic theory and international migration", in *International Migration Review*, vol. 23, n.º3, pp. 457-485.
- BORJAS, George J. (1990), *Friends or Strangers*, Nova Iorque, Basic Books.
- BOYD, M. (1989) - "Family and Personal Networks in Migration", in *International Migration Review*, Special Silver Anniversary issue, n.º 23, pp.638-670.
- BRÜCKER, H., et al. (2000) - *Studie über die Auswirkung der EU-Erweiterung auf de Beschäftigung und die Arbeitsmärkte in den Mitgliedstaaten*, Final Report, Part A Analysis, Brussels (http://europa.eu.int/comm/employment_social/free_movement/news/parta.pdf [acedido em Janeiro de 2004])
- CARVALHO, Catarina e BAIÃO, Ana (2002) - "Reviver o passado em Lutsk. De volta à Ucrânia sem saudades", in *Expresso Revista*, n.º 1538, pp. 60-80.
- CASTLES, Stephen (1998) - "New Migrations, Ethnicity and Nationalism in Southern and East Asia", *Working Paper WPTC-98-09*, University of Oxford, Transnational Communities Programme.
- DUNCAN, Otis Dudley e DUNCAN, Beverly (1955a) - "A Methodological Analysis of Segregation Indexes.", in *American Sociological Review*, pp.210-217.

63 Em 1997, de acordo com o SEF o total de imigrantes da Europa de Leste a quem foram concedidas autorizações de residência foi de 82 indivíduos. Em 1998 de 1090 e em 1999 de 1077 indivíduos.

- DUNCAN, Otis Dudley e DUNCAN, Beverly (1955b) - "Residential Distribution and Occupational Stratification.", in *American Journal of Sociology*, pp. 493-503.
- FASSMANN, Heinz e MÜNZ, Rainer (2002) - "EU enlargement and future East-West Migration", in International Organization for Migration (ed.), *New challenges for migration policy in Central and Eastern Europe*, Genebra.
- FASSMANN, Heinz e MÜNZ, Rainer (eds.) (2000) - *Ost-West-Wanderung in Europa*, Viena, Böhlau Verlag.
- FASSMANN, Heinz e MÜNZ, Rainer (2002) - "Die Osterweiterung der EU und ihre Konsequenzen für die Ost-West-Wanderung"; in BADE, Klaus J. e MÜNZ, Rainer (eds.), *Migrationsreport 2002. Fakten - Analysen - Perspektiven*, Frankfurt a.M.: Campus, pp. 61-98.
- FRANK, Ove, e SNIDJERS, Tom (1994) - "Estimating the size of hidden populations using snowball sampling", in *Journal of Official Statistics*, vol.10, n.º1, pp.53-67.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa, RATO, Helena e MORTÁGUA, Maria João (2005) - *Novos Caminhos da Europa. A Imigração de Leste*, Oeiras, Celta Editora.
- GOEDINGS, Simone (2000) - "EU Enlargement to the East and Labour Migration to the West Lessons from previous enlargements for the introduction of the free movement of workers for Central and East European Countries", in *IISG Research Papers*, n.º 36, International Institute of Social History Amsterdam.
- GRABBE, Heather (2000) - "The sharp edges of Europe: extending Schengen eastwards", in *International Affairs*, vol.76, n.º3, pp. 497-514.
- GUILD, Elspeth (2001) - Moving the Borders of Europe, The inaugural lecture delivered during the official ceremony on the occasion of the assumption of the professorship of the CPO Wisselleerstoel at the University of Nijmegen, the Stichting Steunfonds Juridisch (Post) Doctoraal Onderwijs on 30 May 2001 (www.jur.kun.nl/cm/rt/articles/oratieEG.pdf [acedido em 10/10/2003]).
- HARRIS, John R. e TODARO, Michael P. (1970) - "Migration, unemployment and development: a two-sector analysis", *The American Economic Review*, vol.60, n.º1, pp. 126-142.
- HECKATHORN, Douglas D. (1997) - "Respondent-driven sampling: A new approach to the study of hidden populations", in *Social Problems*, n.º 44, pp. 174-199
- HILLMANN, Felicitas e HEDWIG, Rudolph (1996) - "Jenseits des brain drain. Zur mobilität westlicher Fach- und Führungskräfte nach Polen", in *Discussion Paper FS I*, Berlim, Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung, pp. 96-103.
- HIRSCH, Paul M. (1972) - "Processing fads and fashions: an organizational set analysis of culture industry systems.", in *American Journal of Sociology*, n.º77, pp.639-659.
- HÖNEKOPP, Elmar E WERNER, Heinz (2000) - *Eastward Enlargement Of The European Union: a Wave of Immigration?*, IAB Labour Market Research Topics, n.º 40/2000, Nürnberg: Institut für Arbeitsmarkt- und Berufsforschung der Bundesanstalt für Arbeit (IAB).
- INSPEÇÃO-GERAL DO TRABALHO, ALTO COMISSÁRIO PARA A IMIGRAÇÃO E MINORIAS ÉTNICAS, E SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (2002) - *Relatório Sobre a Evolução do Fenómeno Migratório*.
(http://www.idict.gov.pt/Docum_IGT).
- INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO) (2002) - *Transformation and Migration in Central and Eastern Europe*. Final Project Report, Genebra, ILO.
- KALTON, Graham e ANDERSON, Dallas W. (1986) - "Sampling rare populations", in *Journal of the Royal Statistical Society*, vol. 149, pp. 65-82.
- KARPACHOVA, Nina (2003) - *Стан дотримання та захисту прав громадян України за кордоном* (Special Report of the Ukrainian Parliament Commissioner For Human Rights: Report of the Ombudsmen Nina Karpachova) <http://www.ombudsman.kiev.ua/publ/s-d-Int.rar> [acedido em 1/10/2003, o texto original foi traduzido para poder ser lido pela equipa de investigação).

- MALYNOVSKA, Olena (1996) - Migration und Migrationspolitik in der Ukraine nach 1991, Bericht des Bundesinstitut für ostwissenschaftliche und internationale Studien (BIOst), nº 42/1996, Berlin: Deutsches Institut für Internationale Politik und Sicherheit.
- MALYNOVSKA, Olena (2001) - "Migration and Migration Policy in Ukraine", in *Migration Policies and EU Enlargement. The case of Central and Eastern Europe*, Proceedings of the Seminar on «The recent developments in migration and the labor market in Central and Eastern Europe in the context of European Union enlargement», Bratislava, March 2000, Paris, OECD.
- MARQUES, José Carlos (2008), *Os Portugueses na Suíça. Migrantes Europeus*, Lisboa, ICS.
- PIRES, Rui Pena (2002) - "Mudanças na Imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1988-2001.", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º39, pp.151-166.
- PIROZHKOVA, Sergei I. (1996) - "Trends in Ukrainian Migration and Short term Work Trips", in AZRAEL, Jeremy R., PAYIN, Emil A., MCCARTHY, Kevin F. e VERNEZ, Georges (eds.), *Cooperation and Conflict in the Former Soviet Union: Implications for Migration*, RAND, CF-130-CRES, Santa Monica, California
- POHJOLA, A. (1991) - "Social Networks - Help or Hindrance to the migrant", in *International Migration*, n.º29/3, pp.435-444.
- RUDOLPH, Hedwig (1994) - "Ex Oriente Lux? Gastwissenschaftlerinnen und Gastwissenschaftler aus Mitteleuropa und der ehemaligen UdSSR an deutschen Forschungsinstituten.", *Discussion Paper FS I 94-105*, Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung, Berlin.
- SALT, John (2001) - "Europas Migrationsfeld", *Zeitschrift für Bevölkerungswissenschaft*, vol. 26, n.º3-4, pp. 295-325.
- SATZEWICH, Vic (2002) - *The Ukrainian Diaspora*, Londres, Routledge.
- TODARO, M. P. (1976): "Internal Migration in Developing Countries: A Review of Theory, Evidence, Methodology and Research Priorities", in *International Labour Office*, Genebra.
- SUDMAN, S., SIRKEN, M. G. e COWAN, C. D. (1988) - "Sampling rare and elusive populations", in *Science*, n.º 240, pp. 991-996.
- TRADES UNION CONGRESS (2004) - *Gone West. Ukrainians at work in the UK*, EURID.
- UKRAINIAN PARLIAMENT COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (UPCHR) (2003) - *Special state of observance and protection of the rights of Ukrainian citizens abroad*. Report of the Ukrainian parliament commissioner for human rights, Kiev.
- VALA, Jorge (1999a) - *Novos Racismos: Perspectivas comparativas*, Oeiras, Celta Editora.
- VALA, Jorge et al. (1999b) - *Expressões dos racismos em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- WORLD BANK (2003), "Ukraine at a Glance", *Data by Country*, (http://www.worldbank.org/cgi-bin/sendoff.cgi?page=%2Fdata%2Fcountrydata%2Faag%2Fukr_aag.pdf [acedido em Abril de 2004]).
- ZOLBERG, Aristide R. (1981), "International Migration in Political Perspective", in KRITZ, Mary M.e KEELY, Charles B. (eds.), *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements*, New York, Center for Migration Studies.
- STANDING, Guy e ZSOLDOS, László (2001), *Coping with Insecurity: The Ukrainian people's Security Survey*, International Labour Office, Socio-Economic Security Programme, Genebra, OIT.